

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

MENSAGEM

APRESENTADA AO

CONGRESSO NACIONAL

NA ABERTURA

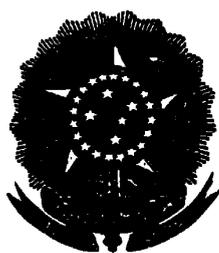
DA

SEGUNDA SESSÃO DA NONA LEGISLATURA

PELO

PRESIDENTE DA REPUBLICA

Wenceslau Braz Pereira Gomes



RIO DE JANEIRO

1916

IMPRESA NACIONAL

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

MENSAGEM

APRESENTADA AO

CONGRESSO NACIONAL

NA ABERTURA

DA

SEGUNDA SESSÃO DA NONA LEGISLATURA

PELO

PRESIDENTE DA REPUBLICA

Wenceslau Braz Pereira Gomes



RIO DE JANEIRO

—
1916

Senhores Membros do Congresso Nacional

Em cumprimento do que preceitua a Constituição, venho pela segunda vez dar-vos conta da situação do Paiz e indicar-vos as providencias e reformas que me parecem convenientes e opportunas.

Foi, como sabeis, em periodo muito delicado da vida nacional que, cedendo á imposição do mandato que me foi conferido, assumi o Governo da Republica.

Desde o inicio de minha administração encontrei dificuldades sem par na nossa historia, quer da ordem politica, quer da ordem economico-financeira.

Eram e são muitas dellas de feição a não poderem ser solvidas dentro do limitado prazo decorrido.

Moldando a administração pela mais severa moralidade; agindo com o maior respeito á lei; fazendo justiça sem indagar de quem se tratava; collocando a gestão dos negocios publicos acima dos interesses partidarios, reiterarei em minha primeira Mensagem o appello que havia feito na plataforma, a todos os chefes politicos, a todos os brasileiros para a grande obra do congraçamento, necessaria á solução dos graves problemas nacionaes.

Tenho o prazer de confessar que meu appello foi correspondido pela grande maioria da Nação, que, compenetrada de seus altos deveres no momento excepcional, em que nos achamos, tem apoiado o Governo no desempenho de sua ardua missão.

Si nem tudo quanto desejava fazer, foi feito; si nem todos os problemas nacionaes tiveram solução,

foi porque não se resolve em um ou dous annos uma profunda crise que vem, ha cerca de tres lustros, minando o organismo nacional, tornando-se cada vez mais complexa e mais difficil de solução.

Além disso, cumpre assignalar que a nossa crise financeira aggravou-se com a crise mundial.

Não obstante, o periodo de anno e meio de minha administração póde apresentar resultados abonadores de sua dedicação á causa publica.

Poderia citar o regulamento de custas, que tem defeitos, mas attendeu a velha aspiração geral; a promulgação do Codigo Civil; a reforma do ensino; a regulamentação de muitos serviços publicos; o desempenho difficil mas estricto de nossos deveres de Paiz neutro; as grandes economias realizadas em todos os ramos da administração; as providencias de ordem economica, especialmente sob o ponto de vista da pecuaria.

Quanto a economias, não raro se ouve que Governo e Congresso ficaram muito aquem das que exigia a situação.

Ha ainda, por certo, economias a fazer; mas em abono dos Poderes Publicos, justo é que se faça um rapido confronto entre as despesas de annos anteriores com as deste anno.

Em 1912 despendeu-se realmente 788.000:000\$, e, em 1913, 762.000:000\$, reduccão feita ao cambio de 16 d.

O orçamento da despesa deste anno consigna o total de 84.000:000\$, ouro, e 409.000:000\$, papel; e subordinou-se a administração ao regimen dos duodecimos.

Si ainda é elevado o orçamento da despesa deste anno, deve ser o facto levado á conta da inclusão no orçamento das verbas para todos os serviços (o que anteriormente não se fazia) e do grande augmento do serviço de juros, determinado pelas emissões de titulos para a liquidação dos exercicios anteriores a 1915 e resgate da metade dos titulos-ouro tambem emittidos para os fins acima indicados.

A extraordinaria elevação de preços dos productos estrangeiros, especialmente do carvão; a dos fretes e seguros maritimos determinará com segurança a necessidade de alguns creditos supplementares. Não fôra isso, a administração federal ficaria dentro das verbas votadas, quanto á quasi totalidade destas.

Na minha primeira Mensagem ao Congresso tive oportunidade de accentuar, como o faço agora, a absoluta necessidade de uma reforma eleitoral capaz de produzir os resultados por que aneia a opinião publica do Brasil.

Disse alli:

« Não ha duvidar: esta reforma se impõe hoje mais do que nunca.

« Precisamos garantir o alistamento e a eleição contra os assaltos dos defraudadores; precisamos impedir as duplicatas e triplicatas de actas e de juntas apuradoras.

« É tambem indispensavel que a apuração e o reconhecimento sejam a expressão da verdade eleitoral.

« De nada valerão, porém, taes medidas, por melhores que sejam, si não houver a elevação moral e patriótica dos que têm a missão de cumprir a lei eleitoral.

« Não fechemos os olhos á evidencia: o actual regimen eleitoral não póde continuar; a Nação está a exigir do Congresso a reforma eleitoral e o cumprimento exacto dessa reforma por parte de todos, mas especialmente dos Membros do Congresso que devem dar o exemplo.»

Dous assumptos de transcendental importancia reclamam tambem a vossa attenção: a construcção naval, e o aproveitamento do nosso carvão.

Não se comprehende que até hoje tenhamos atirado para segundo plano, sinão completamente esquecido, problemas vitaes como os supra indicados.

Relativamente ás providencias que a situação financeira exige, direi em capitulo especial.

RELAÇÕES EXTERIORES

Com a satisfação de poder registrar que permanecem felizmente inalteradas as nossas boas relações com todos os Estados estrangeiros, tenho a deplorar, entretanto, ainda uma vez, a luta armada em que continuam empenhadas as grandes Potencias da Europa.

No anno transcorrido da ultima Mensagem que tive a honra de dirigir ao Congresso Nacional, e em consequencia de novas declarações de guerra entre varios Estados europeus, foram expedidos decretos mandando observar completa neutralidade nas guerras declaradas entre o Reino da Italia e o Imperio Austro-Hungaro (decreto n. 11.590, de 24 de maio de 1915); entre o Reino da Italia e o Imperio Turco (decreto n. 11.684, de 24 de agosto de 1915); entre o Imperio Britannico e o Reino da Bulgaria (decreto n. 11.751, de 22 de outubro de 1915); entre os Reinos da Italia e da Bulgaria (decreto n. 11.763, de 27 de outubro de 1915); entre a Republica Portuguesa e o Imperio da Allemanha (decreto n. 11.984, de 10 de março de 1916).

Esse formidavel conflicto internacional, que perdura desde mais de anno e meio, além do profundo sentimento de pesar que nos causa pelos soffrimentos de tantas Nações amigas, acarreta-nos graves perturbações de ordem economica e financeira, difficultando sensivelmente o nosso commercio maritimo pela deficiencia e insegurança dos transportes.

Cabe-me dar-vos conta da acção desenvolvida pelo Governo para o fim de manter inviolada a nossa neutralidade e ainda para salvaguardar valiosos interesses nacionaes.

Já na minha Mensagem de 3 de maio do anno passado assim me exprimi:

« Desde o inicio da guerra que o Governo Inglez fez sentir que, de modo algum, consentia no commercio entre os seus inimigos e seus subditos; após a

Nota circular allemã de 4 de fevereiro de 1915, notificando o bloqueio da Mancha, os Governos Francez e Inglez fizeram a declaração constante da Nota colectiva de 1 de março deste anno de que « se julgam com liberdade de acção para capturar e conduzir aos respectivos portos os navios que transportam mercadorias suspeitas de destino, propriedade ou origem inimiga ».

« Equivale essa declaração anglo-franceza á revogação do principio internacional, adoptado pela declaração de Paris, de 1856, de que a bandeira neutra cobre a carga.

« Essa medida geral prejudica consideravelmente o commercio dos Paizes neutros.

« O Governo Brasileiro, procurando resguardar os seus direitos de neutro e sabendo cumprir os deveres que delles decorrem, tem se abtido de discutir, no momento de paixões, as providencias e represalias alternativamente tomadas pelos belligerantes e susceptiveis de serem consideradas em divergencia com as convenções existentes, ou com os principios geralmente acceitos do Direito Internacional, reservando-se, no entanto, para fazer valer os seus direitos e os dos seus nacionaes nos casos concretos em que possam ser attingidos. »

Infelizmente, ao envez de diminuirem, mais se têm aggravado as exigencias e difficuldades impostas aos neutros pelos Paizes belligerantes.

A escassez crescente dos meios de transporte aggravada pela recrudescencia destruidora da acção dos submarinos; o bloqueio decretado para as mercadorias procedentes dos Imperios Centraes ou a elles destinadas; as restricções decretadas pelos Governos belligerantes á exportação dos productos do seu solo e da sua industria,— taes as causas, na mór parte irremoviveis, que se oppõem á satisfacção das nossas necessidades commerciaes e industriaes, determinando uma consequente diminuição das nossas rendas publicas.

A importação de productos de origem allemã e austriaca está paralysada, sendo impossivel o

transporte por mar de mercadorias encommendadas depois de 1 de março do anno passado. Para o recebimento de mercadorias compradas e expedidas antes daquella data, o commercio brasileiro tem lutado com difficuldades, devendo valer-se da intervenção diplomatica, para conseguir o transbordo e reexpedição de cargas existentes a bordo de navios allemães refugiados em portos europeus.

De accôrdo com a doutrina anglo-franceza, que exigia ser o importador um negociante ou firma commercial provadamente neutra, era necessario que o pagamento de taes mercadorias estivesse effectuado antes de 1 de março, por meio de saque tomado em banco neutro. A 1 de novembro do anno passado, porém, cessou em absoluto o transporte das mercadorias de procedencia allemã.

Muito se preoccupou o Governo Federal com as mercadorias destinadas ao nosso commercio, conservadas a bordo de vapores allemães que, no começo das hostilidades, se acolheram a portos neutros, como os da Hespanha e Portugal.

A principio, os interessados, para obterem o transbordo dessas mercadorias para outro navio que as transportasse aos respectivos destinos, trataram directamente com as agencias e directorias das companhias de navegação; mas essas negociações, após muitas delongas, não lograram resultado satisfactorio.

Sciende das queixas dos importadores brasileiros, teve o Governo que agir por seu Ministerio das Relações Exteriores e, naturalmente, começou por negociar, por intermedio da nossa Legação em Berlim, o modo de solverem elles os seus compromissos sobre fretes e taxas de arribada forçada com as companhias proprietarias dos vapores, accôrdo esse que só foi ultimado a 26 de maio do anno passado, ficando estatuido que o transbordo das mercadorias se fizesse até 30 de junho seguinte.

Consultados então os Governos alliados sobre o livre transito dessas mercadorias, responderam que

só era possível fazendo-se o exame de cada caso concreto, em face da prova de estarem satisfeitas as condições exigidas para o dito transporte de mercadorias allemãs compradas antes de 1 de março de 1915.

Sómente os importadores que exhibiram taes provas obtiveram o livre transito das suas encomendas. O Governo Federal, porém, não accitou sem discussão a doutrina anglo-franceza e esforça-se por conseguir o transbordo e transporte desses carregamentos mediante accôrdo.

Com a requisição pelo Governo Portuguez dos vapores allemães, acolhidos nos portos de Portugal e suas possessões, houve o temor, logo dissipado, de medidas especiaes para as alludidas mercadorias, por parte daquelle Governo, que, respondendo á consulta feita pelo Governo do Brasil, declarou não se oppôr ao transporte dellas e estar prompto a isental-as de quaesquer direitos aduaneiros, mesmo os de armazenagem.

É bem sensível que ainda não hajam chegado a bom exito as negociações entabuladas com os Governos belligerantes para a importação das anilinas, de que muito necessitam as nossas fabricas de tecidos. O Governo tudo tem feito e continúa a fazer no sentido de uma solução favoravel, si bem que no assumpto a intransigencia dos belligerantes tenha sido constante, para todos os Paizes que, como nós, têm desejado fazer essa importação.

Nossa exportação não podia deixar de soffrer os effeitos da conflagração européa. O café, carecendo de transporte, está privado de grande numero de mercados consumidores e sujeito ainda a apprehensões por parte dos belligerantes, em alguns casos.

O Ministerio das Relações Exteriores teve occasião de intervir em varias apprehensões. Os motivos allegados são, na maioria dos casos, suspeições levantadas contra os consignatarios ou suspeitas

oriundas da nacionalidade dos socios das casas exportadoras estabelecidas no Brasil.

A este respeito, não deixa de ter actualidade a transcripção do seguinte trecho da Mensagem de 3 de maio do anno passado:

«As nossas relações commerciaes com os Paizes europeus soffreram as inevitaveis consequencias da guerra; os belligerantes fizeram saber aos Paizes neutros quaes os productos considerados como contrabando de guerra, mas essa declaração se tornou arbitraria e exaggerada pelo prisma por que encararam os contrabandos condicionaes, tornando instavel o commercio internacional e sujeito ás interpretações as mais diversas dos respectivos tribunaes de presas.

«Pela legislação vigente, conforme nesse ponto aos princípios do Direito Mercantil do Occidente, o Governo Brasileiro sempre considerou como brasileiras as sociedades commerciaes constituidas com séde no Brasil e com os respectivos contractos commerciaes registrados nas juntas commerciaes brasileiras, com abstracção completa da nacionalidade dos individuos componentes das mesmas.

«Embora dahi resulte que a personalidade juridica dessas sociedades seja distincta da personalidade de seus membros, todavia o Governo Brasileiro não presta apoio ás reclamações que sociedades mercantis, compostas de individuos de nacionalidade estrangeira, levantem contra actos de qualquer das Nações belligerantes, sinão quando, pelo prévio exame dos factos e detida apreciação das circumstancias, estiver convencido não só do seu absoluto fundamento, como de que a acção dessas sociedades é extreme de quaesquer intuitos politicos.

«Quer o Governo Brasileiro, por essa fórma, evitar que um principio juridico, verdadeiro e fecundo nas relações pacificas, possa ser desviado dos seus intuitos normaes de tutela e organização para acobertar actos que se não ajustem á neutralidade que o Brasil tem rigorosamente mantido.

«Seguindo este criterio teve o Governo Brasi-

leiro occasião de intervir junto ás Potencias belligerantes no sentido de serem desembaraçadas apprehensões feitas de mercadorias brasileiras.

« Com satisfacção posso assegurar ao Congresso Nacional que a acção da nossa diplomacia foi coroada de exito na maioria dos casos concretos em que interveio.»

Por intermedio de nossa Legação em Londres, obtivemos que o café deixasse de ser considerado contrabando absoluto e passasse a ser incluído na categoria dos artigos de contrabando condicional.

Em outubro do anno passado, recebemos do Governo de Sua Majestade Britannica a communição da lista das firmas importadoras de café, estabelecidas nos portos do mar do Norte e do Baltico, que não eram suspeitas ao mesmo Governo. Essa lista, porém, já não póde servir de criterio para a segurança do nosso commercio de exportação, visto como aquelle Governo já a declarou officialmente obsoleta.

Além disso, resolveu o mesmo Governo restringir o commercio dos Paizes neutros do Norte da Europa á média da importação nelles realizada durante os ultimos annos anteriores á declaração de guerra.

Estas restricções feitas ao nosso commercio de café foram e são applicadas aos demais artigos de producção brasileira, como dos demais Paizes neutros.

Logo no começo das hostilidades, foi pelo Governo do Estado de S. Paulo solicitada a intervenção do Governo Federal junto ao do Imperio Allemão, afim de ser evitada uma possível requisição dos cafés da valorização existentes em Hamburgo e em Bremen, e, posteriormente, dos que se achavam em Trieste e em Antuerpia; aquelles depositados no nome de firmas allemãs e estes ultimos no de firmas de Paizes seus inimigos.

As negociações foram bem succedidas e o nosso café foi vendido ao preço de 65 marcos por saca de

50 kilos de café, do typo superior, preço excepcionalmente vantajoso naquelle momento.

O producto das vendas operadas foi collocado num banco de Berlim.

O Governo Allemão havia, porém, decretado medidas rigorosas para vedar a sahida do ouro, mesmo para Paizes neutros.

Em taes circumstancias, de accôrdo com o Governo do Estado de S. Paulo, o Ministerio das Relações Exteriores fez sentir ao Governo Allemão a sua responsabilidade decorrente da prohibição de sahida da avultada somma produzida pela venda do nosso café, e não se tendo chegado a accôrdo sobre varios alvitres suggeridos, definimos aquellas responsabilidades pedindo:

— O reconhecimento da responsabilidade do Governo Allemão pelo effectivo e opportuno pagamento desse deposito;

— A fixação de um cambio da moeda allemã para o effeito do pagamento final; e a

— Elevação do juro do deposito.

Dessas seguranças, além de outras questões de detalhe, a primeira e principal já foi dada pelo Governo Allemão e, quanto ás demais, estão sendo devidamente estudadas e discutidas.

Quanto ao café depositado no Havre, tivemos noticias, em janeiro do corrente anno, de que se estudava a conveniencia de requisital-o, mediante um preço fixado pela commissão militar de compras. Por intermedio da nossa Legação em Paris, pôde o Governo Brasileiro obter a segurança de que o da Republica Franceza nenhuma medida tomaria no assumpto, sem prévio conhecimento do Estado de S. Paulo.

Em março ultimo, uma forte corrente de opinião, no parlamento e nos circulos commerciaes, suggeriu em França o alvitre de ser suspensa a importação do café, bem como na Inglaterra, sob os fundamentos de se acharem aquelles Paizes providos em quantidade superior á média do consumo an-

nual e de ser urgente a utilização de todos os transportes marítimos para a introdução do trigo e do açúcar, cuja falta se fazia sentir. Novos esforços empregou o Governo Brasileiro e com êxito até agora para que tal medida não fosse adoptada.

Foram feitas na Inglaterra varias apprehensões de carregamentos de fumo exportados da Bahia, mas os nossos exportadores na quasi sua totalidade tiveram os seus direitos attendidos pelas providencias tomadas pelo Governo Federal. Ultimamente, foi prohibida na Grã-Bretanha a importação do fumo, assim como a de artigos de luxo.

Quanto ao cacão brasileiro, a sua exportação tem sido assás difficultada, de um lado pela preferencia dada em certos Paizes belligerantes ao cacão proveniente das respectivas colonias, de outro pelo temor da reexportação para os Imperios Centraes. No anno passado, teve o Ministerio das Relações Exteriores, de accôrdo com o Governo Suisso, de intervir junto ao Governo Francez contra certas prohibições decretadas para o livre transitio do nosso cacão exportado para a Suissa, ficando permittida a livre passagem de 20.000 quintaes mensaes de cacão brasileiro, por accôrdo que agradecemos.

O Governo Brasileiro muito se interessa pela exportação da borracha nacional, principal producto dos nossos dous Estados do extremo Norte. Dada a concurrencia do producto similar procedente da Asia, embora de qualidade reconhecidamente inferior, e as suspeições lançadas a casas exportadoras, a exportação desse producto tende a se tornar cada vez mais restricta. Não obstante, o Ministerio das Relações Exteriores, attendendo a justos reclamos, continuará as negociações para minorar os prejuizos das praças do Pará e de Manãos, e o Governo Brasileiro cogita de providencias que lhe permittam fornecer vapores para auxiliar o transporte desse producto.

Ao lado desses factos, praz-me consignar o incremento que vae tendo a exportação das nossas carnes congeladas, dos couros e de outros productos nacionaes, assim como o desenvolvimento de industrias que vão nos fornecendo artigos que eram, antes da guerra, monopolio de fabricantes estrangeiros.

Nosso intercambio maritimo diminuiu muito e tende a escassear ainda mais; os vapores estrangeiros aos poucos vão abandonando os portos neutros; os pertencentes ás frotas mercantes dos Paizes belligerantes são successivamente requisitados para os respectivos serviços de guerra; as companhias de navegação suecas e o Lloyd Real Hollandez estão com as suas viagens reduzidas, para não dizer quasi suspensas.

Com prazer registro os esforços das empresas nacionaes de navegação para minorar a nossa crise de transporte, salientando o Lloyd Brasileiro e as Companhias de Commercio e Navegação e Nacional Costeira, cuja actividade tem sido notavel, quer no serviço de nossa cabotagem, quer no nosso commercio internacional. A esta ultima companhia o Governo Inglez deu, attenciosamente, a pedido do do Brasil, permissão para a retirada de dous navios que alli tinha em construcção e que já estavam sujeitos á requisição para o serviço daquelle Governo.

O Lloyd Brasileiro tem prestado reaes serviços ao transporte de café para os Estados Unidos, e a Companhia Commercio e Navegação já enviou varios vapores com carregamentos de café para os portos europeus, especialmente scandinavos. Devo, porém, consignar que as exigencias dos belligerantes na verificação dos carregamentos são tão minuciosas que impõem aos vapores grande perda de tempo e consequentes prejuizos.

O Governo Brasileiro, conscio de que cumpriu um dever nacional, expediu o decreto n. 11.806, de 9 de dezembro de 1915, sujeitando á expropriação por utilidade publica todos os navios mercantes bra-

sileiros, medida essa que impediu maiores difficuldades ao nosso commercio.

Aos Governos belligerantes reconhece o Governo Brasileiro e agradece o tratamento amistoso e as attenções recebidas, apesar dos embaraços e prejuizos que lhe tem causado a presente guerra.

O Governo Brasileiro não podia deixar em desamparo o commercio de exportação da herva-mate nacional, producto este que tem grande consumo nos paizes do Prata e do qual se faz actualmente extensa propaganda na Europa.

Attendendo ao appello dos productores e exportadores brasileiros, o Ministerio das Relações Exteriores alcançou que nas Republicas Argentina e Oriental do Uruguay fossem adiadas para mais de tido estudo medidas planejadas por aquelles paizes e que seriam prejudiciaes ao nosso commercio.

O Congresso Nacional já está no conhecimento do resultado da acção conjuncta levada a effeito pelo Brasil e Republicas Argentina, do Chile, Uruguay, Guatemala e Bolivia para o restabelecimento das relações entre os Estados Unidos da America e os Estados Unidos Mexicanos.

Faço sinceros votos para que cessem completamente as lutas que vêm perturbando o regular exercicio das instituições na Republica dos Estados Unidos Mexicanos.

Além do navio-escola « Presidente Sarmiento » que, em setembro do anno passado, visitou os portos do Rio de Janeiro e de Santa Catharina, em viagem de instrucção, aqui tivemos, a 15 de novembro, o cruzador argentino « Nueve de Julio », em missão especial, para commemorar o anniversario do advento da Republica.

Por occasião da posse do actual Presidente do Chile, S. Ex. o Sr. Juan Luis Sanfuentes, desejando o

Governo do Brasil dar novo testemunho de amizade á Nação Chilena e tambem de apreço pessoal ao seu primeiro magistrado, determinou que os Ministros Diplomaticos Srs. Luis Rodrigues de Lorena Ferreira e Luis Martins de Souza Dantas assistissem á solemnidade, em meu nome, no character de Embaixadores Extraordinarios. Procurei assim retribuir igual demonstração amistosa feita ao Brasil no acto de minha investidura.

Realizou-se, em 5 de outubro do anno passado, com a presença do Sr. Regis de Oliveira, nosso Embaixador em Lisbôa e acreditado em missão especial, a posse do Presidente da Republica Portugueza, o Exm. Sr. Dr. Bernardino Machado, que tão gratas recordações deixou entre nós, como Embaixador da sua Patria.

Á solemne coroação do Imperador Yoshihito do Japão, que teve logar a 10 de novembro de 1915, em Kyoto, associou-se o Governo Brasileiro por uma Embaixada sua e por honras especiaes ao pavilhão japonez.

A visita official do nosso Ministro de Estado das Relações Exteriores ás Republicas do Uruguay, Argentina e Chile, a convite dos respectivos Governos, veio sem duvida fortalecer ainda mais os sentimentos cordiaes que ligam entre si o Brasil e essas nações do nosso Continente. E é com especial agrado que, neste momento, renovo a expressão do vivo reconhecimento do Governo e do Povo Brasileiro pela carinhosa acolhida que recebeu no seio dos paizes amigos o representante do Brasil.

No dia 9 de maio, o representante do Brasil e o da Republica Oriental do Uruguay, que, por uma especial gentileza, foi o proprio Presidente, S. Ex. o Sr. Feliciano Viera, inauguraram solememente o marco internacional da cochilha do Aceguá, o ultimo da linha divisoria agora demarcada e no qual foi collocada uma placa de bronze com o busto do Ministro Rio-Branco, o iniciador do Tratado de 30 de outubro

de 1909, que estabeleceu a nova linha fronteira entre os dous paizes.

Dahi dirigiu-se o Ministro Lauro Müller para Montevideo, onde permaneceu de 10 a 13 de maio, recebendo as mais captivantes demonstrações de sympathia e apreço. Na noite de 13, partiu para Buenos-Aires, a bordo de um navio da Armada argentina, sendo alli festivamente recebido; e a 15, em companhia do Ministro das Relações Exteriores da Argentina, o Sr. Dr. José Luiz Murature, seguiu pela cordilheira para Santiago do Chile. A visita á capital chilena estendeu-se da tarde de 17 á noite de 20 de maio, não sendo menos effusiva e penhorante a sua recepção. De Santiago regressaram os Ministros, com o seu collega chileno, o Sr. Dr. Alejandro Lyra, a Buenos-Aires na noite de 22. Quiz assim o nosso Ministro das Relações Exteriores estar presente ás festas de maio commemorativas da independencia e fundação da Republica Argentina. Até o dia 28, permaneceu o Sr. Lauro Müller na capital platina, cercado das mais sollicitas demonstrações de apreço e de affectuosa sympathia, que tambem se estenderam á officialidade e guarnição do — scout — «Bahia», que alli foi saudar o pavilhão argentino, em 25 de maio.

Foi então que os tres Ministros das Relações Exteriores do Brasil, Argentina e Chile, Plenipotenciarios dos seus respectivos Governos, firmaram o tratado que o Congresso Nacional já approvou, o qual, affirmando a estreita e intima amizade existente entre os tres paizes, facilita, para a sua constancia inalteravel no futuro, a solução pacifica das controversias internacionaes.

O Embaixador do Brasil em Washington, o Sr. Domicio da Gama, acaba de receber dos Governos de Guatemala e dos Estados Unidos da America a honrosa designação de Commissario estrangeiro, por parte do primeiro ou do segundo desses dous paizes, nas Comissões Permanentes de investigação creadas pelos tratados de 20 de setembro de 1913 e

15 de setembro de 1914, respectivamente celebrados pelo Governo Americano com a Republica de Guatemala e com o Imperio Britannico.

Semelhante distincção já havia recebido anteriormente o Sr. Dr. José Carlos Rodrigues, nomeado para igual funcção em outra Commissão Permanente, pelo Governo dos Estados Unidos da America.

A Conferencia Financeira Pan-Americana, promovida pelo Governo dos Estados Unidos com o intuito de procurar estabelecer mais estreitas e efficazes relações financeiras entre as nações do Continente e, outrosim, de estudar em commum os assumptos bancarios, de transportes e commercio em geral, effectuou a sua reunião inaugural em Washington, de 24 a 29 de maio de 1915. A ella compareceu o Brasil, representado por seu Delegado o Sr. Dr. Amaro Cavalcanti.

De accôrdo com a deliberação alli tomada, já se organizou no Brasil a Alta Commissão Internacional, que funciona nesta Capital, sob a presidencia do Ministro da Fazenda.

A 2ª Conferencia Financeira Pan-Americana acaba de reunir-se no mez passado em Buenos-Aires, tendo sido a nossa Delegação presidida pelo Ministro da Fazenda, Sr. Dr. João Pandiá Calogeras.

A Delegação dos Estados Unidos da America, chefiada pelo Secretario do Thesouro, o Sr. William Mc. Adoo, em seu trajecto para Buenos-Aires, a bordo do cruzador couraçado « Tennessee », desembarcou no Rio de Janeiro, entre 24 e 27 de março, dando-nos o prazer e a honra de sua visita.

O corpo diplomatico brasileiro teve a deplorar a perda do nosso Embaixador em Lisboa, o Sr. Dr. Francisco Regis de Oliveira, occorrida inopinadamente a 22 de janeiro.

O Governo Portuguez decretou que lhe fossem prestadas as honras funebres de Chefe de Estado e ainda offereceu um navio de guerra para a transladação do corpo até o Brasil. Esta ultima home-

nagem não pôde ser acceita pelo Governo do Brasil, porque havia recommendação do finado para que seu corpo fosse sepultado na Italia, em mausoléo da familia.

Em 20 de novembro, falleceu o Sr. Pedro Maximow, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario do Imperio da Russia, acreditado desde 6 de maio de 1910 junto ao Governo Brasileiro, que, deplorando o triste facto, prestou ao illustre extincto as devidas homenagens.

A 10 de fevereiro, passou o 4º anniversario da morte do inolvidavel Ministro Rio-Branco. Em visita especial, que fiz nesse dia ao Ministerio das Relações Exteriores, tive o prazer de inaugurar a — Bibliotheca do Barão do Rio-Branco — e, na propria sala em que se finou o grande brasileiro, a collecção de objectos d'arte que lhe pertenceram e foram adquiridos pelo Governo. Associei-me assim á feliz inspiração de memorar e perpetuar, de fórma tão sympathica, a passagem de Rio-Branco no Palacio Itamaraty.

O Director Geral, Sr. Frederico Affonso de Carvalho, após mais de 48 annos de bons serviços ininterruptos, requereu a sua aposentadoria em agosto do anno passado; e, por esse motivo, pediu tambem dispensa do cargo de Sub-Secretario de Estado das Relações Exteriores, que vinha exercendo, em commissão, desde 16 de março de 1914. Tendo-lhe sido concedida a dispensa, em 20 de agosto do anno passado, foi para esse cargo nomeado, na mesma data, o Sr. Dr. Gastão da Cunha, nosso representante diplomatico na Hespanha.

A Commissão de Limites do Brasil com a Bolivia occupou-se, durante o anno de 1915, com os trabalhos de escriptorio concernentes á demarcação da fronteira Norte entre os dous paizes, na bacia do Amazonas, executada em virtude do que determinou o Tratado de Petropolis, de 17 de novembro de 1903, com as modificações do Accôrdo de Petropolis, de

10 de fevereiro de 1911. O Chefe da Comissão entregou o seu Relatório e 26 cartas e mappas relativos a esse serviço.

Quanto á fronteira com a Republica Oriental do Uruguay, a Comissão Mixta já ultimou definitivamente os serviços de campo na Lagôa Mirim e Rio Jaguarão, e, bem assim, os trabalhos de escriptorio dessa demarcação relativos á execução do Tratado de 30 de outubro de 1909. Dentro em breve, devem ser assignadas as actas de encerramento das operações, as cartas dos levantamentos executados e a carta geral da fronteira modificada.

A mesma Comissão estava tambem incumbida de executar o disposto na Convenção de 7 de maio de 1913, demarcando a linha divisoria actual, pelo arroio S. Miguel, desde a bocca até o Passo-Geral. Por esse lado, a Comissão Brasileira tambem já concluiu os trabalhos de campo e os de escriptorio.

Continuam suspensos os trabalhos de demarcação na fronteira com o Perú, em virtude das notas de 16 e 19 de agosto de 1914, trocadas nesta cidade. Nesse accôrdo ficou estabelecido que os trabalhos assim adiados só poderiam recommençar, em época préviamente fixada, mediante novo accôrdo entre os dous Governos interessados.

Como resultado da suspensão desse serviço foi dispensada a Comissão Brasileira. O seu Chefe, porém, já tinha apresentado ao Ministerio o Relatório do serviço feito e, bem assim, os graphics dos levantamentos executados.

Na fronteira com os Estados Unidos de Venezuela, a Comissão Mixta conseguiu executar o Protocollo de Caracas, de 29 de fevereiro de 1912, que mandou demarcar de novo a linha geodesica Rio Negro-Maturacá, e, em Conferencias de 23 de janeiro e 23 de fevereiro de 1915, declarou concluidos os respectivos trabalhos de campo e encerrados os referentes a esse Protocollo.

A Comissão Brasileira já concluiu tambem os seus serviços de escriptorio e o respectivo Chefe

apresentou ao Ministerio o Relatorio geral, que assim poz termos aos trabalhos dessa Commissão.

Continúa dependendo de vossa approvação o Protocollo de 28 de dezembro de 1912, assignado nesta cidade, entre o Brasil e a Bolivia, para declarar de nenhum effeito o anterior Protocollo de 14 de novembro de 1910, ambos referentes a novos traçados do Ramal da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, indicado no art. VII do Tratado de Petropolis, de 17 de novembro de 1903. O Acto de 1910 já fôra approvedo pelo Legislativo, em resolução de 29 de maio de 1912, sancionada e publicada pelo decreto n. 2.579, de 7 de junho desse anno, quando, a instancias do Governo Boliviano, foi negociado e concluido o Accôrdo de 1912, para estabelecer terceiro traçado, mais recommendavel por varias razões de ordem economica e technica.

Estão iniciadas as negociações, entre os Governos Brasileiro e Uruguayo, para a construcção e uso de uma ponte sobre o Rio Jaguarão, com o fim de ligar a cidade brasileira de Jaguarão, na margem esquerda, á Villa Rio-Branco (antiga Artigas), na margem direita do rio.

Sobre direitos autoraes, em materia de propriedade litteraria, scientifica e artistica, por depender da troca das Ratificações entre os dous Governos, ainda não foi promulgada a Convenção do Rio de Janeiro, de 15 de dezembro de 1913, concluida com a Republica Franceza, e já ratificada pelo Governo Brasileiro desde 22 de abril de 1915.

Tendo sido depositada, no dia 5 de maio do anno passado, a Ratificação brasileira da Convenção de Buenos-Aires, de 11 de agosto de 1910, foi essa Convenção aqui promulgada, pelo decreto n. 11.588, de 19 de maio do anno findo.

Foi promulgada, pelo decreto n. 12.030, de 19 de abril ultimo, a Convenção de Arbitramento entre o Brasil e o Reino da Dinamarca, concluida e as-

signada em Copenhague, a 27 de novembro de 1911. Com essa promulgação, ascendeu a 25 o numero de Actos dessa natureza actualmente em vigor; havendo mais seis já ratificados pelo Governo Brasileiro, mas cuja vigencia ainda depende da troca dos respectivos instrumentos de ratificação com a outra Parte Contractante e da subsequente promulgação.

Foram apresentados ao Congresso, em 28 e 30 de unho de 1915, dous Tratados assignados pelo Brasil com outros paizes americanos: — o primeiro, celebrado em Washington, a 24 de julho de 1914, com os Estados Unidos da America, para o arranjo amigavel de qualquer difficuldade que possa surgir entre os dous paizes; — o segundo, convencionado com a Republica Argentina e o Chile, em Buenos-Aires, a 25 de maio de 1915, para facilitar a solução amigavel de questões não incluídas nos Tratados de arbitragem permanente já vigentes entre os mesmos paizes. Approvados, foram sancionados pelos decretos ns. 3.018 e 3.019, de 10 de novembro ultimo.

Pelo Tratado de Washington, as duas Altas Partes Contractantes assentam em submeter á investigação de uma Commissão Permanente, que sobre ellas dará parecer, todas as difficuldades de character internacional que surjam entre ellas e não possam ser directamente resolvidas por via diplomatica, nem caibam nos termos da Convenção de Arbitramento existente entre ambas; e accordam em não declarar guerra uma á outra nem começar hostilidades emquanto não fôr apresentado o resultado dessa investigação.

Pelo Tratado de Buenos-Aires, as controversias que no futuro se suscitarem, qualquer que seja a sua origem, entre os tres paizes, ou entre dous delles, e que não puderem ser resolvidas por via diplomatica, nem submettidas a arbitramento segundo os Tratados existentes ou outros posteriores, serão submettidas ao exame e parecer de uma Commissão Permanente, composta de um Delegado de cada paiz e que se reunirá em Montevideo. As tres Potencias obrigam-se a não praticar actos de hostilidade, em-

quanto a mencionada Commissão não tiver apresentado o seu Parecer, ou emquanto não houver decorrido o prazo de um anno, a contar da data da constituição daquella Commissão; e declaram mantidos os compromissos estabelecidos pelos alludidos Tratados de Arbitramento, actuaes ou futuros, e, bem assim, a obrigação de cumprir os laudos arbitraes nas questões que tenham sido ou forem resolvidas, de conformidade com os mesmos Tratados.

Ainda não foi fixada a época de convocação da 5ª Conferencia Internacional Americana, a reunir-se em Santiago do Chile. Perduram os motivos que determinaram seu adiamento indefinido, desde novembro de 1914.

Com relação á 4ª Conferencia Pan-Americana, de Buenos-Aires em 1910, já estão devidamente promulgadas (decreto n. 11.588, de 19 de maio de 1915), as respectivas Convenções, a saber :

— Convenção de 11 de agosto de 1910, sobre Propriedade Litteraria e Artistica;

— Convenção da mesma data, sobre Reclamações Pecuniarias;

— Convenção de 20 do mesmo mez, sobre Patentes de Invenção, Desenhos e Modelos Industriaes; e

— Convenção desta ultima data, sobre Marcas de Fabrica e de Commercio.

As Resoluções assignadas nessa Conferencia não exigiam as formalidades de ratificação e subsequente archivo dos respectivos instrumentos. Dentre as 19 então subscriptas, 10 havia que, pelo assumpto, tambem dispensavam a formalidade da approvação legislativa. As outras 11 foram submettidas á apreciação do Congresso, juntamente com aquellas quatro Convenções (mensagem de 30 de julho de 1913); e, tendo sido esses 15 Actos approvados pela resolução legislativa de 31 de outubro de 1914, foi esta sancionada e publicada pelo decreto n. 2.881, de 9 de novembro.

Depois de expedido o decreto de promulgação daquellas Convenções, foi publicada a adesão da Bolivia a todos os Actos da Conferencia de Buenos-Aires (decreto n. 11.591, de 26 de maio de 1915).

Quanto aos actos assignados na 3ª Conferencia Internacional Americana (Rio de Janeiro, 1906), cumpre lembrar o que já assignalei na Mensagem precedente, relativamente ás tres Resoluções que acompanharam a mensagem de 16 de novembro de 1909, e sobre as quaes ainda se não pronunciou o Poder Legislativo.

A Resolução de 7 de agosto de 1906, relativa á reorganização da Secretaria Internacional das Republicas Americanas (actual União Pan-Americana, órgão da União das Republicas Americanas), com séde em Washington, já ficou prejudicada e não poderá ter seguimento, pelo facto de haverem sido approvadas pelo Congresso duas Resoluções (6ª e 7ª) de 11 de agosto de 1910, da 4ª Conferencia, cujas disposições modificaram ou autorizaram a modificar o plano adoptado em 1906.

Por outro lado, a Resolução (3ª), de 13 de agosto de 1906, que recommendou a creação de Secções especiaes (Commissões Pan-Americanas), determinando as suas funcções, já está implicitamente approvada por aquella decisão do Congresso; por isso que a materia nella comprehendida foi reproduzida no art. 10 da 6ª Resolução de 1910 e, bem assim, no art. III do Projecto de Convenção recommendado pela 7ª Resolução do mesmo anno. Isso, entretanto, não prejudica a nova approvação especial dessa materia, em confirmação do voto anterior.

Finalmente, até agora continúa sem solução a Resolução (10ª), de 23 de agosto de 1906, que recommenda aos Governos a celebração de uma Conferencia Internacional Americana, com séde na cidade de S. Paulo.

A Comissão Internacional de Jurisconsultos, creada pela 3ª Convenção da 3ª Conferencia Pan-

Americana, para preparar dous Codigos, um de Direito Internacional Publico e outro de Direito Internacional Privado, destinados a reger as relações entre os paizes americanos, celebrou a sua primeira reunião nesta Capital e aqui tambem deve ser effectuada a segunda.

As seis Sub-Commissões especiaes, em que foi dividida a commissão geral, com sédes em diversas cidades do Continente, não apresentaram ainda os resultados finaes dos seus trabalhos. Subsiste, portanto, o motivo que determinou o novo adiamento da 2ª reunião para a época que fôr designada pelo Governo Brasileiro, em combinação com a que fôr tambem novamente fixada para a celebração da 5ª Conferencia Internacional Americana. Essa deliberação foi tomada, em sessão da União Pan-Americana, realizada em Washington, a 8 de abril de 1915.

A deficiencia da verba votada para Congressos, Conferencias e Exposições internacionaes e ainda as dificuldades do actual momento levaram o Governo a restringir o mais que pôde a sua participação nessas reuniões. Não lhe sendo, entretanto, possivel recusar systematicamente todos os convites recebidos, enviou Delegados ás seguintes: Congresso Medico Pan-Americano, realizado em S. Francisco da California, de 17 a 21 de junho de 1915; 19º Congresso Internacional dos Americanistas, celebrado em Washington, de 27 a 31 de dezembro do mesmo anno; 2º Congresso Scientifico Pan-Americano, reunido, ainda em Washington, de 27 de dezembro de 1915 a 8 de janeiro do corrente; e 1ª Conferencia Aeronautica Pan-Americana, promovida pelo Aero-Club do Chile, recentemente effectuada, em Santiago, de 9 a 11 de março.

Já foram promulgadas (decreto n. 11.587, de 19 de maio de 1915) as tres Convenções assignadas em 10 de maio de 1913, na Conferencia Internacional Sul-Americana de Defesa Agricola, reunida em Montevideo.

A primeira, concluída entre nove paizes, estabeleceu uma regulamentação internacional para a defesa da agricultura contra males que a flagellam; a segunda, relativa á exploração dos focos de origem de gafanhotos (*Shistocerca paranensis*), foi subscripta apenas por cinco Estados; a terceira, que interessa a oito paizes, estabeleceu medidas defensivas contra a irrupção de males desconhecidos que possam prejudicar a agricultura.

De accôrdo com o disposto no art. 8º da 1ª Convenção, o Governo Argentino convocou a 2ª reunião da Conferencia para a cidade de Buenos Aires, em junho do corrente anno.

Continuamos ligados ao Instituto Internacional de Agricultura de Roma, creado pela Convenção Internacional de 7 de junho de 1905, concluída na mesma cidade. Contribuimos para a sua manutenção e nelle estamos representados por um Delegado Brasileiro.

Depois de detidos estudos no Ministerio das Relações Exteriores, no da Fazenda e no da Justiça e Negocios Interiores, foram remetidos á Camara dos Deputados (mensagem de 3 de novembro de 1915), os seguintes Actos concluidos na Conferencia Internacional da Haya sobre Direito Cambial, na sessão de 1912:

— Convenção sobre a Unificação do Direito relativo a Letras de Cambio e a Notas Promissórias, assignada em 23 de julho de 1912 pelos Delegados de 27 paizes;

— Regulamentação uniforme desses titulos de credito, destinada a servir de Lei Universal na especie (annexa á Convenção, mas sem data e não subscripta pelos Delegados).

O Protocollo de encerramento da Conferencia, da mesma data da Convenção e subscripto pelos Delegados de 30 paizes, não exige a formalidade de sua apresentação ao Congresso.

Não teve andamento o projecto relativo ao Cheque; e, na época actual, seria impossivel dar-lhe

seguimento pela convocação de uma nova sessão da Conferencia.

Sobre direito marítimo, nada ha que accrescentar ao que foi communicado na minha anterior Mensagem, por não se ter realizado a projectada sessão geral da Conferencia de Direito Marítimo Internacional de Bruxellas.

Quanto á Policia Sanitaria pendem ainda da vossa approvação:

— Convenção Sanitaria Internacional, assignada em Paris, a 17 de janeiro de 1912, entre 40 paizes (mensagem de 21 de outubro de 1914). Apesar de ratificada por alguns Governos, ainda não vigora, por não ter sido lavrada a Acta Geral do deposito ou archivo das ratificações;

— Convenção Sanitaria Internacional, assignada em Montevideo, a 21 de abril de 1914, entre o Brasil e as Republicas Argentina, do Paraguay e Oriental do Uruguay (mensagem de 24 de setembro de 1914);

— Convenção Internacional Sul-Americana de Policia Veterinaria, concluida em Montevideo, a 8 de maio de 1912, entre o Brasil, Republica Argentina, Chile, Paraguay e Republica Oriental do Uruguay (mensagem de 30 de junho de 1914).

Dessas tres Convenções, a de Paris, de 1912. deve substituir a anterior, de 1903, por ella revista e modificada.

Na cidade do Rio de Janeiro, deve reunir-se a 2ª Conferencia Internacional Sul-Americana de Policia Veterinaria, conforme o voto unanime da primeira e no intervallo maximo de quatro annos; mas, é prematuro tratar da sua reunião, por não estar ainda vigorando a respectiva Convenção.

Apesar de estarem pelo Governo Brasileiro promulgados (decreto n. 11.481, de 10 de fevereiro de 1915), ainda não entraram em vigor os dous Actos de 23 de janeiro de 1912, concluidos na pri-

meira Conferencia Internacional do Opio, realizada na Haya:— a respectiva Convenção Internacional e o Protocollo de encerramento da Conferencia. Subscriptos a principio por 12 Estados, depois receberam as assignaturas de mais 30, por meio de um Protocollo suplementar, e, bem assim, a de numerosas colonias e possessões.

Duas outras Conferencias, reunidas na mesma cidade, em 1913 e 1914, examinaram a questão da possibilidade de fazer entrar em vigor a Convenção, havendo a terceira resolvido o caso pela affirmativa e declarado que a Convenção entraria em vigor, para todos os signatarios, quando todos a tivessem ratificado. Decidiu, porém, que, si até o dia 31 de dezembro de 1914 todos elles não houvessem depositado as suas ratificações, seria licito aos que tivessem preenchido essa formalidade fazer entrar em vigor o mesmo Acto, conferida tambem essa faculdade aos que posteriormente depositassem os seus instrumentos de ratificação; para o que ficaria aberto na Haya um Protocollo especial, destinado a receber as assignaturas dos que desejassem auferir a mesma vantagem.

O Governo Brasileiro não usou dessa faculdade, nem lhe consta que outros o hajam feito.

Para que a Convenção do Opio possa ser efficazmente executada no Brasil, tornam-se necessarias algumas medidas administrativas e outras de competencia legislativa; e, para esse ultimo ponto, tenho a honra de chamar a vossa esclarecida attenção.

Ultimamente, foram communicadas e publicadas as seguintes adhesões de Governos estrangeiros aos Actos vigentes sobre propriedade industrial:

— Á Convenção da União de Paris, de 20 de março de 1883, para a protecção da Propriedade Industrial, revista em Bruxellas a 14 de dezembro de 1900 e em Washington a 2 de junho de 1911 — da Grã-Bretanha, pelas suas possessões, Dominio da Nova Zelandia, Colonia de Ceylão, e Colonia de Trindade e Tobago, a partir de 20 de junho de 1913.

(decreto n. 11.728, de 6 de outubro de 1915)— do Imperio Allemão, pelos paizes sob o seu protectorado, a partir de 1 de maio de 1913 (decreto n. 11.729, da mesma data do anterior);

— Ao Accôrdo de Madrid, de 14 de abril de 1891, concernente á repressão das falsas indicações de procedencia sobre as mercadorias, revisto em Washington, a 2 de junho de 1911 — da Grã-Bretanha, pelas suas Colonias de Ceylão, e de Trindade e Tobago, a partir de 1 de setembro de 1913 (decreto n. 11.730, de 6 de outubro de 1915); — do mesmo Governo Britannico, pelo Dominio da Nova Zelandia, a partir de 20 de junho de 1913 (decreto n. 11.784, de 24 de novembro de 1915).

As relações entre os diferentes membros da União Telegraphica Internacional são actualmente regidas pela — Convenção Telegraphica Internacional — assignada em S. Petersburgo, a 10/22 de julho de 1875, completada pelas disposições do regulamento do serviço internacional annexo á mesma Convenção, o qual tem soffrido diversas modificações, autorizadas pelo art. 13 da Convenção, em successivas revisões, feitas em Conferencias posteriores á de S. Petersburgo; vigorando presentemente a ultima revisão desse texto, de 11 de junho de 1908, adoptada na Conferencia de Lisboa.

Foi ultimamente communicada e publicada a adhesão da França a esses dous Actos, pela Colonia da Costa Franceza de Somalis (decreto n. 11.975, de 23 de fevereiro de 1916).

O Brasil não é signatario da Convenção, mas ligou-se a ella pouco depois da sua entrada em vigor (1 de janeiro de 1876), pelas Declarações de accessão e de acceitação, de 4/16 de julho de 1877, trocadas em S. Petersburgo (decreto n. 6.701, de 1 de outubro de 1877), nas quaes estão consignadas as condições da adhesão, no tocante a taxas. A ultima revisão do regulamento, que aqui entrou em vigor em 1 de julho de 1909, foi approvada pelo decreto n. 7.349, de 4 de março desse anno.

Em additamento ao que expuz na Mensagem anterior, cabe-me communicar que continuam em vigor os Accôrds celebrados pelo Brasil com a Grã-Bretanha e a França, permittindo, durante a actual guerra, a permuta de telegrammas commerciaes redigidos em determinados codigos. Posteriormente, foram concluidos Accôrds semelhantes com a Republica de Portugal e o Reino de Italia, tendo sido tambem ampliados os anteriores, com a admissão de outros codigos.

Ao Congresso já foram apresentados, com a mensagem de 16 de março de 1915, os seguintes Actos, que trazem a data de 25 de outubro de 1913 e foram concluidos na 2ª Conferencia Internacional da Hora, reunida em Paris:

— Convenção Internacional da Hora, subscripta a principio por 18 paizes, e posteriormente por mais oito;

— Estatutos organicos para funcionamento da Associação Internacional da Hora annexos á Convenção e com o mesmo numero de signatarios;

— Acta de assignatura da Convenção, subscripta sómente pelos 18 primeiros signatarios desta.

Taes Actos ainda não foram approvados; mas o Congresso, mesmo antes de os receber, julgou a materia de utilidade publica, na sessão de 1914, incluindo na lei da despesa para o exercicio de 1915 (art. 78, verba 12ª, tit. II), a consignação — Subvenção á Commissão Internacional da Hora, etc.—.

Tambem assim o julgou o meu antecessor, solicitando, na mensagem de 13 de novembro de 1914, o credito necessario para manter na ilha Fernando de Noronha a Estação Radio-telegraphica destinada á transmissão da hora universal.

Quanto aos Actos geraes relativos á Radio-telegraphia, assignados em 5 de julho de 1912, na Conferencia de Londres, — Convenção Radio-telegraphica Internacional, Protocollo Final e regulamento de serviço a ella annexo, — já aqui promul-

gados têm sido recebidas diversas communições do « Foreign Office », por intermedio da Legação Britanica nesta Capital, indicando os Governos que já effectuaram o deposito das ratificações e as adhesões verificadas, além de outras annotações referentes á extensão daquellas ratificações aos dominios e colonias de varios Estados, e, bem assim, ás reservas até agora declaradas.

Quanto a assumptos postaes, foi celebrado um Accôrdo particular, de character administrativo, com o Governo Italiano, para a troca de correspondencia diplomatica, em malas especiaes, estando entabuladas diversas negociações com outros Governos para accôrdos similares.

A Convenção de 31 de outubro de 1914, concluida com a Republica Argentina para a permuta de encomendas postaes sem valor declarado, aguarda approvação legislativa (mensagem de 4 de novembro de 1914).

Em relação aos Actos Postaes de Roma, de 26 de maio de 1906, foram recebidas as seguintes communições já devidamente publicadas:

— De deposito das Ratificações da Convenção Principal, pelas Republicas de Guatemala e do Paraguay (decreto n. 11.619, de 30 de junho de 1915);

— De deposito das Ratificações da mesma Convenção, pelas Republicas do Ecuador e de Honduras (decreto n. 11.651, de 28 de julho de 1915);

— De deposito das Ratificações, pela Republica do Perú, da Convenção Principal e do Accôrdo para o serviço de vales postaes (decreto n. 11.650, de 28 de julho de 1915);

— De adhesão da Grã-Bretanha, pelos Estados Federadòs Malayos (Negri, Sembilan, Pahang, Perak e Selangor), á Convenção Principal e ao Accôrdo relativo á permuta de cartas e caixas com valor declarado; este ultimo limitado ás cartas (decreto n. 11.592, de 26 de maio de 1915);

— De adhesão da Grã-Bretanha: á Convenção Principal, em nome dos Estados Malayos não fe-

derados de Kedah e Kelantan (inclusive tambem os Estados de Perlis e de Brunei);—e ao Accôrdo relativo á permuta de cartas e caixas com valor declarado, porém limitado ás cartas, em nome do Estado de Kedah (decreto n. 11.911, de 20 de janeiro de 1916).

Pelo decreto n. 11.867, de 12 de janeiro ultimo, expedido pelo Ministerio da Fazenda, foi renovada para o actual exercicio, a partir de 1 de janeiro, a redução de direitos de importação, já outras vezes concedida, a alguns artigos de producção dos Estados Unidos da America, em compensação de concessões feitas a generos de producção brasileira. Tal redução foi autorizada pelo art. 2º, alinea X, § 1º da lei n. 3.070 A, de 31 de dezembro de 1915.

Foi novamente prorogado, até 31 de dezembro de 1917, o Accôrdo commercial provisorio aqui concluido com a Italia, resultante das Notas trocadas em 5 de julho de 1900, entre este Governo e a Legação Italiana.

Para dar cumprimento ao disposto no art. 20 da lei n. 3.089, de 8 de janeiro do corrente anno, foi expedido o decreto n. 11.976, de 23 de fevereiro, determinando que a tabella de emolumentos consulares, annexa ao decreto n. 8.492 A, de 30 de dezembro de 1910, fique substituida pela nova tabella que acompanha aquelle decreto, devendo esta entrar em vigor no dia 1 de abril e sendo observado, em sua execução, o disposto nas instrucções da mesma data, annexas ao referido decreto.

JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES

O acontecimento de relevancia maior que teve logar ultimamente e se relaciona com a pasta da Justiça e Negocios Interiores, foi a votação final e consequente promulgação do Codigo Civil Brasileiro.

Imprimiu-se especial realce á solemnidade da assignatura do grande monumento juridico, afim de

patentear o interesse que o Governo tomava pela realização de antiga aspiração nacional.

Não esmorece o Governo no seu proposito de conseguir justiça prompta e pouco dispendiosa.

Urge pôr termo aos embargos a accórdãos de decisões sobre aggravos e outros recursos protelatorios introduzidos na justiça do Districto Federal.

Em boa hora o Congresso iniciou a revisão da lei de organização judiciaria e dos projectos de codigo do processo civil e criminal.

Concluidos estes trabalhos, teremos tornádo mais segura e celere a marcha dos feitos no fôro local.

Secundando a acção do Poder Legislativo, o Executivo promulgou o decreto n. 11.842, de 29 de dezembro de 1915, que approvou o novo Regimento de Custas para a Justiça do Districto Federal, do que provém notavel reduccão nos emolumentos até então cobrados aos litigantes.

Começa emfim o tribunal do jury a cumprir a sua missão de defesa social contra o crime: raras as absolvições injustificaveis, condemnados quasi todos os culpados. Em regra as absolvições não excedem de 10% do numero dos réos, algarismo este que outr'ora correspondia ao das condemnações. Por sua vez o Governo é cauteloso em conceder indultos, afim de não animar pela longanimidade a pratica dos delictos.

Reproduziram-se em 1915, porém cada vez com intensidade menor, as tentativas de perturbação da ordem, juguladas pelo Governo em novembro de 1914.

Houve, entretanto, dous factos de excepcional gravidade, que causaram grande emoção no Paiz.

No saguão de um dos principaes hotéis do Rio de Janeiro, foi morto, com uma punhalada vibrada traiçoeiramente, o vice-presidente do Senado, general José Gomes Pinheiro Machado. Foi preso o assassino, seguindo o processo os tramites legais para apurar responsabilidades.

Mais de 200 sargentos da guarnição desta Capital tentaram um levante da tropa visando subverter a ordem constitucional e auferir vantagens individuais. Descobertos a tempo, graças á vigilancia e energia das autoridades militares e civis, foram rigorosamente punidos, de accôrdo com a lei.

Ainda ultimamente, houve nova tentativa de perturbação da ordem publica, que fracassou pela vigilancia das autoridades civis.

Manteve-se o Governo Federal nos limites rigorosos das normas constitucionaes em suas relações com os Estados.

Relativamente ao Estado do Espirito Santo e por occasião da apuração da eleição presidencial, tive necessidade de enviar para alli uma força de 50 praças do Exercito. Este acto foi mal comprehendido por uma parte da imprensa e pelo proprio governo local.

Uma nota official dada, immediatamente, pela Secretaria da Presidencia esclareceu o alcance da medida.

Eil-a :

«Tendo sido informado, por telegramma do delegado fiscal e do inspector da Alfandega da cidade de Victoria, de que a guarda desta ultima repartição era dada muito irregularmente, e conhecedor de que a dos Correios fôra retirada, o Governo Federal, ante a noticia que lhe foi officialmente transmittida de que se procurava forçar a entrega de actas eleitoraes, dirigidas á junta apuradora, ao presidente da Camara Municipal da capital, resolveu usar do direito que lhe assiste, fazendo seguir para aquelle Estado uma pequena força, afim de garantir ás repartições publicas federaes o seu perfeito funcionamento.

Que a situação naquella circumscripção da Republica é delicada affirmam os adversarios do governo local, que se queixam de perseguições e vexames, e dil-o o proprio presidente, assegurando que ha um plano revolucionario para depôl-o. Em

taes condições, era medida de cautelosa prudencia o Governo Federal adoptar providencias que lhe permittam manter com regularidade os serviços da União.

Quem conhece o feitio moral do Sr. Presidente da Republica sabe perfeitamente bem que S. Ex. não exorbitará, em hypothese alguma, das normas que lhe são traçadas pela Constituição. Neste, como em qualquer outro caso, S. Ex. agirá com a serenidade de sempre.»

Foi o Nordeste assolado por terrivel secca, o que obrigou o Thesouro a soccorrer os flagellados, promovendo obras regionaes, distribuindo sementes ao reaparecerem as chuvas, transportando famintos e mais tarde restituindo-os aos seus lares.

O altruismo dos particulares muito auxiliou o poder publico, promovendo festas de caridade em todo o Paiz e remettendo viveres e dinheiro para os patricios perseguidos pelo flagello regional.

Estando o Congresso Nacional reunido, e competindo-lhe resolver a respeito, conforme o espirito da Constituição da Republica, submetti-lhe, em mensagem de 10 de junho de 1915, a questão relativa á dualidade de governo no Estado das Alagôas.

Quanto ao do Rio de Janeiro, de que me occupei na minha anterior Mensagem, teve fim este caso pelo archivamento da respectiva mensagem sobre a intervenção no alludido Estado.

Cada vez mais se torna necessaria, como já vos disse, uma nova lei, que venha garantir a verdade nas eleições, precedidas de um alistamento regular, sem as falhas que se notam nos actuaes, cujo processo deve ser reformado. Nutro fundada esperanza de que o Congresso Nacional, dentro em breve, leve a termo esse importante e inadiavel assumpto, de interesse geral, porque só com as medidas de tal ordem poderão os cidadãos concorrer ás urnas, confiantes nos resultados do pleito.

O Governo tomou a peito pôr termo ás desordens que, por occasião dos pleitos eleitoraes, rebaixavam a Capital da Republica ao nivel de qualquer aldeia sertaneja.

Duas eleições se fizeram sem que a ordem publica fosse seriamente perturbada.

Resta ao Congresso completar a obra, não permitindo que fiquem impunes os autores de abusos commettidos nós recintos onde a policia não tem ingresso.

Foi satisfactorio o estado sanitario da Capital da Republica, no anno de 1915. O coefficiente annual da mortandade foi de 22,54 por 1.000 habitantes. No grupo das molestias evitaveis ha que assignalar a terminação da epidemia da variola do anno anterior e o incremento do numero de casos fataes de febre typhoide e doenças paratyphicas, superior ao anno de 1914, e, por isso exigindo maior somma de trabalho da repartição encarregada de velar pela saúde da collectividade.

É preciso, porém, fazer notar que as origens do mal, para serem efficientemente destruidas, exigem obras federaes e municipaes de certo alcance financeiro, como sejam as que se relacionam com a distribuição da rêde de esgotos a zonas urbanas e suburbanas que ainda a não possuem, e a regularização do leito de rios e vallas, e seu capeamento na parte habitada.

A tuberculose manteve elevado, em 1915, o seu quinhão mortuario, tendo sido de 4.438 o numero de obitos. O Governo não se descurou do seu dever relativamente a este assumpto, e, si ainda não pôde enfrentar o problema no seu conjuncto, o que demanda grandes sommas, procurou attenuar os maleficios da peste branca, autorizando o isolamento, em pavilhões especiaes, de quantos nelles coubessem regulamentarmente, convindo que o Congresso Nacional habilite o Poder Executivo, para este effeito, com os precisos creditos.

Iniciou o Governo o pagamento pontual á Santa

Casa de Misericórdia da metade das despesas com a manutenção de um hospital para mulheres tuberculosas em Cascadura, em virtude de lei. Abriu quatro arejadas e espaçosas enfermarias para tuberculosos abertos no Hospital S. Sebastião, permitindo a admissão de quantos doentes alli se apresentem. Installou, em cada delegacia de saúde, um dispensario, de modo que o tuberculoso tenha perto de sua casa o medico, os remedios e outros auxilios de urgencia. Pretende mais ainda, porém depende isso de autorização do Congresso : em vez de obrigar os desgraçados a recolherem-se ao hospital quando estiverem mais ou menos perdidos, franquear aos chamados tuberculosos fechados um retiro saudavel, alegre sanatorio, onde reconstituam as forças e se salvem emquanto fôr tempo.

Para esse fim altamente humano poderá servir o hospital de Jurujuba, si o Congresso não preferir conservar os alienados na ilha do Governador e installar os tuberculosos curaveis nos pavilhões já existentes em Jacarépaguá.

Assim ficará o problema da tuberculose atacado por quasi todas as suas faces : dispensario, sanatorio, hospitalização. A parte referente ás habitações e aos alimentos é mais da alçada da Prefeitura, com a qual combinará a acção a Directoria Geral de Saúde Publica.

Entre os problemas sanitarios que aguardam solução radical, por motivo dos dispendios especiaes que são reclamados, cumpre-me suscitar a vossa attenção para o da extincção da febre amarella em cidades brasileiras que ainda soffrem desse mal evitavel. De tal facto se origina a necessidade da defesa permanente desta Capital contra a possivel invasão da molestia epidemica que tanto contribuiu para seu descredito, acarretando graves empecilhos ás relações commerciaes entre os Estados da Federação. Não ha duvida que urge pôr um paradeiro definitivo a mal tamanho, pela execução da prophylaxia especifica, já coroada de exito em toda parte em que foi integralmente obedecida. Para isto solicito a vossa es-

pecial atenção, convindo conceder ao Governo os necessarios creditos.

Os convenios sanitarios internacionaes de Paris e Montevideo, assignados pelos representantes do Brasil, este em 1914 e aquelle em 1912, nos obrigaram a manter os nossos portos sufficientemente organizados e providos do competente material sanitario. Para corresponder a tal compromisso, torna-se preciso que o Governo fique devidamente habilitado.

Tendo a malaria reaparecido em Jacarépaguá, na zona pantanosa, e tendo ficado provado, durante a formidavel erupção epidemica de principios de 1915, que a causa principal do alastramento da molestia provém da falta de medicamentos, resolveu o Governo custear, com a verba exigua de soccorros publicos, a manutenção de um posto medico e distribuição gratuita de remedios na zona flagellada. Por sua vez a Prefeitura tomou as providencias que lhe cabiam, para desobstruir brejos e lagôas, onde são gerados os mosquitos transmissores do impaludismo.

No regulamento da marinha mercante e de navegação de cabotagem, approvedo pelo decreto n. 10.524, de 23 de outubro de 1913, poderiam ser feitas, mediante autorização legislativa, algumas modificações, no sentido de melhorar a sua execução, principalmente na parte relativa á interferencia da Directoria Geral de Saúde Publica.

Infelizmente, em virtude das actuaes condições financeiras do Paiz, acham-se suspensas as obras do Instituto Oswaldo Cruz, onde estão por concluir a bibliotheca, o museu e a sala de cursos, e paraly-sadas a construcção do hospital e o acabamento do aquario, agora de grande necessidade para inicio dos estudos de biologia marinha, os quaes serão feitos naquelle importante estabelecimento, visto que se deu a extincção do departamento que, no Ministerio da Agricultura, tinha a seu cargo taes pesquisas.

Estou certo que o Congresso Nacional, logo que se offereça opportunidade, autorizará a concessão

dos creditos necessarios para a terminação dessas importantes obras.

Por entender que infringe o preceito constitucional, invadindo a esphera das attribuições privativas do Poder Executivo, deixei de dar cumprimento ao art. 13 da lei n. 3.089, de 8 de janeiro ultimo, sobre a nomeação effectiva, com inobservancia das respectivas disposições regulamentares, de um assistente interino desse instituto.

Continúa a merecer a attenção do Governo o Territorio do Acre, onde foram feitas algumas substituições nos cargos de prefeito.

Urge uma lei geral, remodeladora da justiça e da administração do Territorio, visto que a organização actual é defeituosissima, dá margem aos maiores abusos e cria para o Executivo Federal serias e constantes difficuldades.

De accôrdo com a autorização constante do art. 7º, n. VI, da lei n. 3.089, de 8 de janeiro de 1916, orçamento da despesa, foram organizadas as policias militar e civil das diversas prefeituras, dentro dos limites alli estabelecidos.

Por não ter, ainda, sido approvedo pelo Congresso Nacional o capitulo VI do titulo II do decreto n. 9.831, de 23 de outubro de 1912, conforme dispõe o art. 432 e foi solicitado pelo Poder Executivo, em mensagem de 2 de dezembro de 1914, houve necessidade de nomear novos vogaes para os conselhos municipaes no Territorio do Acre, visto estar findo o prazo de tres annos estabelecido no art. 430 do alludido decreto.

Dependente ainda de vossa approvação está, desde já, produzindo bons resultados o decreto n. 11.530, de 18 de março de 1915, pelo qual foram reorganizados o ensino secundario e o superior na Republica.

Restabeleceu-se o antigo rigor nos exames de preparatorios em todo o Brasil, de sorte que diminuiu de mais de 60% o numero dos matriculados

nas academias do Rio de Janeiro, S. Paulo e Recife. Dos que escapavam das primeiras provas, ainda muitos foram eliminados pelo exame vestibular, que constitue um segundo crivo, para apurar as incompetencias e repellil-as dos cursos superiores.

Segue rigoroso e normal o processo de equiparação dos institutos aos congeneres federaes. Graças a uma disposição inserta na Reforma do Ensino, foi possivel enfrentar o problema inadiavel da construcção do edificio para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que será pago com as rendas do proprio instituto, mediante um credito de 3.000:000\$, aberto pelo Banco da Republica. Tambem com o producto da propria renda, não mais distribuida quasi totalmente entre os professores, o Collegio Pedro II concluirá as obras do edificio do Externato.

Completando a organização dada á Bibliotheca Nacional pelo decreto n. 8.835, de 11 de julho de 1911, foi creado, pela lei n. 3.089, de 8 de janeiro de 1916 (art. 2º, n.28), mais um logar de bibliothecario e supprimido um de sub-bibliothecario. Esta providencia fez desaparecer a anomalia de ser uma das secções dirigida por um funcionario de categoria inferior á dos demais directores.

Foi reorganizada, com proveito para o ensino e sem augmento de despesa, a Escola Nacional de Bellas Artes, que teve novo regulamento, expedido com o decreto n. 11.749, de 13 de outubro de 1915.

O regimento interno, de que trata o art. 48, letra — f — do alludido regulamento, foi approvedo pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, em portaria de 21 de janeiro do corrente anno.

Pelo decreto n. 11.748, de 13 de outubro ultimo, e em virtude da autorização constante do art. 3º, § 6º da lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915, foi reorganizado o Instituto Nacional de Musica, dando-se-lhe novo regulamento, sem augmento de despesa.

Continúa a Brigada Policial a sua antiga tradição, defensora irreductivel da autoridade constituida. Foi reorganizada, por decreto n. 12.014, de 29 de março ultimo, reduzindo-se o pessoal distrahido para serviços alheios ao policiamento, supprimindo disposições irritantes dos anteriores regulamentos e cercando de garantias os bons elementos.

GUERRA

De accôrdo com as autorizações dadas pela lei n. 2.924, de 5 de janeiro do anno findo, foram remodelados os diversos departamentos administrativos e technicos do Exercito, supprimindo-se no quadro dos funcionarios de algumas repartições os cargos dispensaveis, respeitados os direitos dos actuaes serventuarios. Essas suppressões produziram uma economia de 69:600\$000.

A remodelação teve em vista, principalmente, definir melhor as attribuições de cada repartição, estabelecendo de modo mais preciso as intimas relações existentes, tanto entre o Gabinete do Ministro e a Directoria de Expediente, como entre a Directoria de Contabilidade e os Ministerios da Guerra e da Fazenda, evitadas aqui todas e quaesquer collisões entre os preceitos das duas subordinações a que esta directoria está sujeita.

No Departamento da Guerra, foi preciso separar os serviços de ordem puramente technica e relativos á engenharia, artilharia e saúde, dos referentes exclusivamente ao pessoal, dos quaes passou elle a se encarregar. Assim foram creadas as tres directorias de serviços technicos: de Engenharia, Material Bellico e Saúde.

Ainda com o fim de definir attribuições, cuja complexidade difficultava a execução dos serviços, foram creadas a Directoria de Administração e a Intendencia da Guerra, duas repartições que surgiram do desdobramento dos serviços do extincto Departamento da Administração. Não houve accrescimo de despesa com essas separações, antes produ-

zindo-se a economia acima referida, porque a translação dos serviços acarretou necessariamente uma translação do pessoal e do material nelles empregados.

A remodelação geral dos serviços do Ministerio da Guerra está contida nos nove regulamentos approvados pelo decreto n. 11.853 A, de 31 de dezembro de 1915.

Proseguindo na execução do plano de remodelação do Exercito, de accôrdo com as autorizações da lei n. 2.924 já citada, foram creadas as Inspeções de Armas e de Serviços, dotando-se, desse modo, o Alto Commando com os órgãos necessarios para tornar effectiva, sobre todas as forças, a sua acção fiscalizadora, e assegurar o preparo e a efficiencia da tropa para a guerra.

Pelo decreto n. 11.540, de 7 de abril de 1915, foi approvado o regulamento para os grandes commandos, commandos de Brigada e de Circumscripção Militar, ficando desse modo especificadas as attribuições dos órgãos de que dispõe o Alto Commando para exercitar sua autoridade e acção directora e administrativa.

Integrada, dessa maneira, com a nova regulamentação das repartições, a remodelação a que se refere a Mensagem apresentada ao Congresso no anno findo, e na qual se instituiu a organização divisionaria para a ordem de batalha do Exercito, vão sendo tomadas as medidas preparatorias para dotar a Nação com reservas instruidas e em numero sufficiente, meio unico de, com um pequeno Exercito como o nosso, assegurarmos a defesa efficaç do Paiz.

Uniformizadas as datas de praça dos homens actualmente nas fileiras, e dos que se venham a alistar, a incorporação, como a exclusão, será feita em época fixa, o que facilitará a instrucção do contingente, tornando mais efficaç o trabalho dos officiaes.

A renovação da classe sob as bandeiras terá inicio no fim do corrente anno, facilitada, como foi, essa operação, pela lei de fixação de forças, que res-

tringiu a permanencia nas fileiras, por meio de engajamentos.

Tomadas essas e outras medidas preparatorias, serão preenchidos, em novembro futuro, os claros do Exercito por meio do voluntariado sem premio, na fórma do § 4º do art. 87 da Constituição, e do art. 10 do regulamento approved pelo decreto n. 6.947, de 8 de maio de 1908, e, si este não bastar, será o effectivo orçamentario completado pela incorporação dos cidadãos alistados de accôrdo com a lei n. 1.860, de 4 de janeiro de 1908.

Urge que tenha execução o sorteio militar.

Afim de dotar o Exercito com os meios necesarios á instrucção efficiente da tropa foram mandadas adaptar as fazendas de Sapopemba e Gericinó, pertencentes ao Ministerio da Guerra, para campo de instrucção das forças da guarnição desta Capital, cedendo o Ministerio da Fazenda o campo de Santo Agostinho, no Curato de Santa Cruz, para os exercicios da Escola Pratica do Exercito.

Pelo decreto n. 11.459, de 27 de janeiro de 1915, ficou regulamentada a promoção ao primeiro posto no quadro de intendentes, estabelecido para isso o concurso entre os sargentos-ajudantes e 1ºs sargentos com menos de 35 annos de idade e que alliem á robustez physica bom comportamento.

Terminadas as operações de guerra no Contestado, tornou-se necessario deixar ahi um forte destacamento das tres armas, afim de apoiar a acção das policias dos dous Estados, no restabelecimento da ordem; mas, surgindo continuas queixas de um e de outro lado, e a imminencia de serio encontro de forças de um e de outro Estado, foi preciso entregar á tropa federal o policiamento da região comprehendida entre os rios Timbó e Paciencia, com inteira exclusão das forças estaduaes. Essas providencias acarretam, porém, augmento de despesas, principalmenté nas verbas de transporte e de etapas.

A guerra actual, que conflagrou quasi toda a Europa, impedindo-nos o recebimento de artigos in-

dispensaveis ás nossas necessidades militares, veio pôr em evidencia que precisamos tomar providencias, de modo a prover os estabelecimentos fabris militares com os nossos proprios recursos, ao menos no essencial.

É, pois, urgente desenvolver e completar a Fabrica de Cartuchos e Artefactos de Guerra, afim de podermos preparar completamente e na quantidade necessaria a munição de infantaria, e pôr o Arsenal desta Capital em condições de fabricar os projectis para a artilharia.

O deposito de remonta organizado na Coudelaria Nacional de Saycan vae produzindo bons resultados, auxiliando, por meio de seus reproductores, o melhoramecto da raça cavallar, para o que tem attendido aos pedidos de diversos criadores. Dispondo de reproductores dos dous sexos, de puro sangue inglez e arabe, a Coudelaria vae obtendo novos reproductores.

Todas as despesas, tanto da Coudelaria, como do deposito annexo, são custeadas com as suas proprias rendas.

A instrucção da tropa tem melhorado constantemente, o mesmo se dando com o preparo dos officiaes nas escolas militares.

É tambem bastante sensivel o resurgimento das sociedades de tiro, diversas já se tendo reorganizado, e outras augmentado o numero de seus socios.

As vantagens da instrucção militar nos collegios e nos outros estabelecimentos civis de instrucção vão sendo comprehendidas, tendo no anno findo muitos delles pedido instructores militares.

A disciplina da tropa, que se mantinha em condições lisonjeiras, foi infelizmente perturbada, no fim do anno passado, como já vos disse, por um grande numero de sargentos da guarnição desta Capital.

Esses inferiores, cedendo á suggestão de pessoas extranhas ao Exercito, e sob o pretexto de trabalharem a favor de um projecto de lei, a elles referente, apresentado á Camara dos Deputados, tomaram parte em reuniões, nas quaes se discutiam questões politicas e se preparava um movimento de perturbação da ordem publica.

A vigilancia das autoridades militares, secundada pela das autoridades civis, não permittiu que se desse começo á execução dos planos, que incontestavelmente trariam graves perturbações e sacrificios de vida, sem comtudo haver probabilidades de exito final.

Foram presos os primeiros indicados como fazendo parte do movimento, e aberto um inquerito, que provou estarem nelle envolvidos, com maior ou menor culpabilidade, 243 sargentos e 14 praças de menor graduação. O numero, embora grande, em absoluto, é todavia menor do que a metade dos sargentos em serviço nos corpos desta Capital, onde havia mais de 600 inferiores.

Não se tendo chegado a iniciar o movimento sedicioso, foram essas praças castigadas com o maximo das penas disciplinares, e, em seguida, excluidas, por não convir á disciplina do Exercito sua permanencia nas fileiras.

É, por certo, lamentavel esse acto de indisciplina, mas convem notar, para honra do Exercito, que, sendo os sargentos os intermediarios entre os officiaes e as praças, não conseguiram interessar nos seus planos um unico official, nem tiveram prestigio para arrastar os soldados de suas unidades, que se conservaram fieis aos seus deveres, cumprindo sem vacillações todas as ordens relativas á prisão e escolta dos sargentos culpados; mesmo um destes, que tentou sublevar a guarda que commandava, foi nisso obstado pelo cabo da mesma.

No tocante ás despesas, apresenta o Ministerio da Guerra sensivel concurso para o equilibrio das finanças publicas, com a accentuada differença para

menos, não só quanto a seus créditos orçamentarios, como em relação aos supplementares.

E maior ainda não é tal decrescimo, dada a circumstancia de necessitar o Governo da conservação, em operações de guerra no Contestado, de grande parte de suas forças de terra, o que acarretou a continuação inevitavel de um effectivo superior ao orçamentario, além das despesas avultadas e imprescindiveis decorrentes da mobilização e manutenção de numerosa força em pé de guerra. Dahi ter sido precisa, no anno proximo passado, a concessão do credito supplementar ao orçamento de 1915, de 6.577:684\$009.

Entretanto, apesar dessa situação anormal, felizmente conjurada, a demonstração infra das dotações orçamentarias e supplementares concedidas ao Ministerio da Guerra, nos ultimos seis annos, de 1910 a 1915, prova exuberantemente a asserção da redução consideravel nas despesas com o Exercito Nacional.

Despesas globaes, orçamentarias e supplementares, por exercicio :

| | |
|----------------|-----------------|
| 1910: | |
| Papel. | 68.369:309\$925 |
| Ouro | 750:000\$000 |
| 1911: | |
| Papel. | 90.437:612\$351 |
| Ouro | 1.300:000\$000 |
| 1912: | |
| Papel. | 84.785:946\$290 |
| Ouro | 300:000\$000 |
| 1913: | |
| Papel. | 84.152:567\$769 |
| Ouro | 300:000\$000 |
| 1914: | |
| Papel. | 76.347:012\$656 |
| Ouro | 250:000\$000 |
| 1915: | |
| Papel. | 71.058:927\$228 |
| Ouro | Não houve. |

Para o anno corrente, o orçamento é o seguinte :

| | |
|----------------|-----------------|
| Papel. | 64.814:031\$410 |
| Ouro | 50:000\$000 |

MARINHA

A administração da Marinha exerceu-se com regularidade e, si não houve grandes progressos a assignalar, o que não era possível em face do momento financeiro, comtudo foi de notar, como todos comprehenderam, a directriz traçada pelo Governo para redução das despesas. Devo chamar vossa attenção para a elaboração do orçamento neste exercicio; a experiencia de annos anteriores induz a essa observação. O exercicio de 1915 exigiu um credito suplementar de 7.737:000\$, o que fez montar o exercicio á cifra total de 43.746:000\$000. Para o exercicio corrente o orçamento votado foi de 35.066:000\$, quantia até certo ponto insufficiente em comparação com as da ultima decada; os limites a que póde attingir a redução da despesa estão ultrapassados em muitas verbas.

E' conveniente fazer sobresahir a quanto montam as reduções feitas nas verbas que correspondem ao tratamento do material, comparando-se o periodo de 1907 a 1916, em que a vida do Paiz apresentava aspectos differentes.

Aquellas reduções foram: na verba — Munições Navaes — de 33 % a 60 %; na de — Combustivel — 33,3 % a 44,5 %, e na de — Material de Construção Naval — de 40 % a 70 %, isto comparados apenas os numeros das dotações orçamentarias.

Si se accentuar as fluctuações dos preços nos mercados, quer do Paiz, quer do estrangeiro, concluir-se-ha que as porcentagens referidas elevaram-se a muito mais.

O carvão, por exemplo, está sendo vendido por preços exorbitantes em todo Paiz, além de haver relativa falta nos mercados. Em periodo normal, no anno de 1914, o Ministerio da Marinha fez contracto para aquisição de 50.000 toneladas a 37 «shillings» cada uma ou 27\$750 em nossa moeda.

Pela cotação actual de 120\$ a tonelada e a dotação orçamentaria já reduzida relativamente a

outros exercicios, não será possível adquirir mais de 8.333 toneladas de carvão, o que é por certo, absolutamente insufficiente. Esta cifra representa na verba — Combustivel — a extraordinaria redução de 83,3 %. Esta circumstancia deve, pois, ser levada em conta na preparação dos orçamentos.

Para completar a organização administrativa, diversos regulamentos foram promulgados, todos tendentes a manter a unidade administrativa que foi o espirito da remodelação executada pela actual administração. Outros estão em estudos e ser-vos-hão apresentados no correr da presente sessão legislativa. Como mais importante destaca-se o que deve pôr em execução a fusão dos quadros de officiaes de Marinha e engenheiros-machinistas, já adoptada na Inglaterra e Estados Unidos ha longo tempo com resultados satisfactorios. Si os principios em que a idéa repousa são por si bastantes para recommendal-a, o exemplo da economia que se espera obter, cerca de 1.500:000\$, confirma o desejo de vel-a realizada.

Ao lado desse regulamento, tereis opportunidade de vos manifestar sobre os que se referem a promoções e quadro de reserva.

O ensino naval, organizado em vista das necessidades da Marinha teve um funcionamento regular; os resultados obtidos foram satisfactorios. Como complemento, a esquadra esteve em movimento para tirocinio a todo pessoal dos navios. Pela primeira vez foram realizados exercicios de conjuncto com os submersiveis, dos quaes resultou a esperanza de que não longe estará o tempo em que poderemos nos orgulhar de nossa efficiencia naval. Além dos exercicios feitos na medida dos recursos orçamentarios, ainda outros navios estiveram em movimento para garantia da neutralidade que o Governo decretou em face do conflicto europeu. Esse serviço tem tido exito completo. Para manutenção das boas relações internacionaes, de que é ciosa a

politica do Governo, o cruzador «Bahia» fez uma viagem a Buenos-Aires em maio para assistir as festas da independencia Argentina.

O navio-escola «Benjamin Constant» fez uma longa viagem pela costa do Brasil para attender ás exigencias da instrucção dos futuros officiaes. Ha conveniencia no proseguimento dessas viagens e exercicios. Para este fim deveis contemplar o orçamento da Marinha com as verbas necessarias; ao lado da exigencia da redução das despesas, é preciso ter em conta o preço a que vae attingindo o material em consequencia de circumstancias varias.

As dotações orçamentarias devem estar na proporção deste augmento.

Ainda sobre a movimentação dos navios, deve ser referido o aproveitamento dos transportes de guerra para conducção de mercadorias a portos estrangeiros e acquisição ahi de sobresalentes necessarios ao serviço da Marinha. E' assim que o transporte «Sargento Albuquerque» está terminando sua primeira viagem desse genero com resultados animadores. O transporte «Carlos Gomes» está terminando os concertos indispensaveis para ser utilizado do mesmo modo.

Parte do material fluctuante necessita de reparos urgentes e de material necessario para substituição da tubulação de oito contra-torpedeiros que, estando em regular estado de conservação, podem ainda ter vida por mais cinco annos, si fôr feito quanto antes esse serviço. Os dous — scouts — que são o «Rio Grande do Sul» e o «Bahia» e os — destroyers — «Santa Catharina» e «Parahyba» substituiram os tubos de suas caldeiras e fizeram reparo em suas turbinas. Os demais navios têm soffrido os reparos periodicos que são indispensaveis. Tudo tem sido feito no limite das dotações orçamentarias. Melhores resultados poderiam ser obtidos si o aparelhamento do Arsenal de Marinha estivesse na altura dos serviços exigidos. Infelizmente ainda por algum tempo não se poderá dar

solução ao problema do preparo de nossos arsenaes; entretanto, nos limites dos orçamentos votados, diversos melhoramentos têm sido introduzidos, quer quanto á aquisição de machinismos aperfeiçoados, quer quanto ao arranjo e electrificação das officinas, com o que se obtem maior rendimento.

Sabeis que estava resolvida a construcção de um arsenal na ilha das Cobras; os trabalhos de preparação do dique, cáes e carreira tinham sido, por contracto, concedidos á «Société Française d'Entreprises au Brésil»; o contracto foi rescindido.

Como vêdes, embora com orçamentos limitados, a administração naval não tem estado inactiva. Diversas medidas têm sido postas em pratica; outras estão em estudos. Citei-vos algumas: a distribuição dos officiaes de accôrdo com as respectivas patentes, evitando o abono de gratificações superiores, a regularização do serviço de aquisição de materiaes, a revisão das lotações dos navios e estabelecimentos, a unificação de todos os foguistas numa classe dependente do Corpo de Marinheiros Nacionaes serão outras que concorrerão para se poder organizar um projecto de orçamento que seja a expressão da verdade.

A economia foi o escopo da administração naval. Mas, é preciso notar: economia não é só não despender, é, sobretudo, utilizar-se conveniente e sabiamente dos recursos disponiveis. A Marinha tem contribuido vantajosamente para o equilibrio financeiro; a redução de suas despesas tem attingido a milhares de contos de réis; só em pessoal houve uma redução de mais de 5.000 praças. O aparelhamento da defesa naval de um paiz exige despesas vultuosas. E' certo que o momento não comporta a solução de todos os problemas, mas devemos não esmorecer em procurar dar-lhes inicio. Póde-se dizer que os primeiros passos estão dados; é necessario proseguir.

VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS

Na Mensagem que tive a honra de vos dirigir ao ser installada a sessão legislativa do anno passado, accentuei a imperiosa necessidade que havia e que subsiste ainda de retardar ou suspender a execução de varios serviços a cargo do Ministerio da Viação e Obras Publicas, dada a situação delicada de nossas finanças, accrescentando que, si providencias nesse sentido podiam ser, como foram, facilmente adoptadas quanto ás obras que estavam sendo executadas por administração, outro tanto não succedia em relação áquellas sobre as quaes tinham sido firmados contractos. No tocante a estas era indispensavel que, conhecidas e examinadas préviamente as responsabilidades exactas que haviamos assumido, procurassemos as soluções mais convenientes, harmonizando do melhor modo os direitos dos contractantes e os interesses do Thesouro.

Havia, portanto, um trabalho preliminar a fazer, que era apurar a extensão real de nossos compromissos, especialmente sobre viação ferrea e portos, os que mais pesam sobre o orçamento.

Em 31 de dezembro de 1914, os nossos encargos, neste particular, eram os seguintes :

Relativamente a estradas :

Em £ :

| Titulos das emissões | Capital circulante |
|--------------------------------|--------------------|
| « Rescission Bonds » | 12.935.480 |
| Estradas do Ceará | 2.400.000 |
| | <hr/> |
| | 15.335.480 |

Em francos:

| | |
|-------------------------------------|-------------|
| Itapura a Corumbá | 98.735.000 |
| Estrada de Ferro de Goyaz | 98.464.500 |
| Viação Bahiana | 60.000.000 |
| | <hr/> |
| | 257.249.500 |

ou, ao todo, £ 25.625.460, a que ainda é necessario adicionar £ 600.000, antecipação da emissão de £ 2.400.000 a fazer, nos termos da clausula LX do decreto n. 9.155, de 29 de novembro de 1911, e accôrdo firmado com a Companhia Estrada de Ferro

de Santa Catharina, em 26 de dezembro do mesmo anno.

Ao cambio de 12 d., essa importancia representa em moeda nacional 524.509:200\$000.

A emissão de apolices da divida interna para aquisição e construcção de estradas subia, na mesma época, a 196.983:000\$000.

Quanto a portos:

Em £:

| | |
|--|------------|
| Porto do Rio de Janeiro (1903) | 8.500.000 |
| " " " " " (1911) | 4.500.000 |
| " " Recife (1913). | 3.500.000 |
| | 16.500.000 |

Em francos:

| | |
|---------------------------------|------------|
| Porto do Recife (1909). | 40.000.000 |
|---------------------------------|------------|

ou, ao todo, £ 18.100.000.

O capital circulante desses emprestimos é de £ 16.841.000, que, ao cambio de 12 d., representam 336.820:000\$000.

Em 1903, houve tambem uma emissão de apolices da divida interna de 17.300:000\$ para as obras do porto do Rio de Janeiro.

Sommando as parcellas indicadas, encontramos 1.075.612:200\$, compromisso que não era e não é susceptivel de redução, exigindo avultadas importancias para o serviço de juros e amortização.

Mas, além delle, muitos outros existiam e existem, a saber: em relação a estradas, os de garantias de juros, os de novas emissões de apolices para dar cumprimento a contractos em vigor e os decorrentes da necessidade de obter novos recursos para os pagamentos a effectuar em dinheiro, uma vez que os saldos dos emprestimos anteriormente realizados seriam insufficientes, em alguns casos, para fazer face ás despesas a que nos obrigamos.

No que diz respeito a portos: os de garantias de juros a empresas constructoras e arrendatarias e os advindos de obras em andamento, como, por exemplo, as da barra do Rio Grande do Sul, para as quaes não tinhamos recorrido a operações de credito.

As dotações orçamentarias para esse serviço foram, nos seis ultimos annos, as seguintes :

| Annos | Total-papel | Total-ouro |
|----------------|----------------|----------------|
| 1910 | 1.814:500\$324 | 5.104:063\$353 |
| 1911 | 1.862:380\$036 | 5.999:903\$353 |
| 1912 | 953:902\$643 | 2.999:931\$676 |
| 1913 | 1.858:780\$060 | 8.415:336\$780 |
| 1914 | 1.993:780\$056 | 8.056:672\$770 |
| 1915 | 1.993:780\$056 | 8.674:072\$770 |

Sendo a dotação orçamentaria de 953:902\$643, papel, e 2.999:951\$676, ouro, insufficiente para o pagamento das garantias de juros referentes ao anno de 1912, foi de accôrdo com o decreto legislativo n. 2.737, de 2 de janeiro de 1913, e o decreto do Poder Executivo, n. 9.984, da mesma data, aberto o credito suplementar de 904:850\$413, papel, e 5.405:121\$094, ouro.

Reduzida a papel, ao cambio de 12 d., a parte ouro, verifica-se que se elevam a mais de 21.000:000\$ da nossa moeda as despesas annuaes com garantias de juros, que só cessarão depois de decorrido o prazo de 30 annos. Continuando as construcções, outros depositos seriam necessarios e a despesa tenderia sempre a crescer, durante muitos annos, pois as garantias já effectivas estão, em geral, ainda longe de seu termo.

Novas emissões de apolices :

Segundo o relatorio da Inspectoria Federal das Estradas, relativo ao anno de 1914, as novas emissões de apolices seriam approximadamente de 190.000:000\$; mas, attentos os precedentes conhecidos da Madeira-Mamoré, S. Luiz a Caxias e outras estradas, é natural que se tenha duvida quanto ao acerto da previsão.

Pagamentos em dinheiro :

Os dados officiaes indicavam que, além dos pagamentos a effectuar pelos saldos dos emprestimos já feitos, seriam ainda necessarios para occorrer ás despesas em dinheiro com a execução integral dos contractos existentes cerca de 300.000:000\$000.

Garantias de juros a empresas constructoras e arrendatarias de portos:

Não é possível em relação a estas fixar sommas exactas: as responsabilidades são ora maiores ora menores, correspondendo, como correspondem, á diferença entre a renda liquida das taxas arrecadadas e os juros a pagar.

O quadro que se segue dá bem uma idéa das alternativas a que estão sujeitos os pagamentos:

| ANNOS | PORTOS | | |
|----------------|----------------|--------------|-------------------|
| | Pará | Bahia | Rio Grande do Sul |
| 1911 | 1.064:720\$565 | 448:085\$797 | 392:117\$091 |
| 1912 | 1.327:804\$301 | 723:432\$179 | 555:427\$701 |
| 1913 | 2.433:167\$598 | 834:052\$485 | 1.010:547\$522 |
| 1914 | 4.102:924\$131 | 814:797\$015 | 1.409:087\$493 |

Estes pagamentos são em ouro.

Ha ainda a adicionar-lhes os do porto da Victoria que, no exercicio de 1913, por exemplo, montaram a 197:819\$608, papel.

Existem as da barra do Rio Grande do Sul, contractadas por 18.000:000\$, ouro, dos quaes a primeira prestação, no valor de 5.400:000\$, já se tornou exigivel e as do porto do Recife, que muito provavelmente não poderão ser concluidas com os recursos dos emprestimos realizados.

Foi depois de conhecer em detalhes a situação que ali fica esboçada, apenas em parte, que o Governo iniciou o trabalho de revisão de contractos, sem duvida o mais importante e proveitoso de quantos, no Ministerio da Viação e Obras Publicas, reclamavam a sua carinhosa solicitude.

A tarefa era ardua e ingrata. Tinhamos praticado, sem cautelosa moderação, uma larga politica de melhoramentos materiaes, deixando de calcular previdentemente os sacrificios a que ella nos arrastaria, e dali os maiores embaraços a vencer no momento em que tivemos de modificá-la: estavamos presos á letra dos contractos e precisavamos con-

trariar as resistencias de todos a quem se acenou com melhoramentos que se tornaram irrealizaveis.

Isto, por um lado. Por outro, a necessidade de estudar com segurança os accôrdos a fazer, de modo a não perder e inutilizar de todo os esforços despendidos: a não realização da despesa nem sempre importa em hem entendida economia. Felizmente, o exito da acção do Governo vae se accentuando a cada dia que passa. Entramos francamente na phase das combinações finaes.

A solução de velhas reclamações, como as da Madeira-Mamoré; as revisões de contractos, como os das estradas de S. Paulo-Rio Grande, Theresopolis e linhas complementares do Rio Grande, e de companhias de navegação, como a Maranhense, a Pernambucana e a Costeira; a rescisão de contractos, como o de Barbará & Filhos; o exame de contractos não ultimados legalmente, como os dos portos de Jaraguá, Corumbá e prolongamento do cães desta Cápital, ora affectos ao conhecimento e resolução do Congresso Nacional; a liquidação de contractos de obras e fornecimentos á Central do Brasil e Oeste de Minas, no valor de mais de 80.000:000\$; a verificação de contas da Noroeste do Brasil pela construcção da Itapura a Corumbá, apurando-se um saldo a favor do Thesouro de mais de 15.000:000\$; a limitação de depositos por parte de empresas que gosam de garantias de juros; a regularização de questões pendentes quanto a pagamentos de quotas de arrendamento e fiscalização assim como de tomadas de contas; accôrdos de resultados vantajosos, como o que foi feito com as Docas de Santos, para marcar o inicio do prazo depois do qual é possivel a encampação das obras do porto; o estudo completo de contractos como os da Norte do Brasil, S. Luiz a Caxias, Timbó a Propriá, Viação Bahiana, Victoria a Minas, Goyaz, Santa Catharina e Constructora, em relação a alguns dos quaes já estão sendo redigidas as clausulas para a revisão; são, entre outros, actos que demonstram a sinceridade e firmeza com que o Governo procura executar o programma que se traçou.

E, no meio desses actos de que resultaram economias e cessação de responsabilidades avultadissimas, tratando-se de contractos que sobem a centenas de milhares de contos, conforme algarismos constantes da exposição que me apresentou o Sr. Ministro da Viação em 15 de novembro do anno passado, só um provocou protesto judicial dos interessados: foi o que decretou a caducidade do contracto de construcção da Rêde Cearense. Mas, ainda neste particular, agi de accôrdo com clausulas expressas do mesmo contracto e forçado pela desidia e incapacidade da companhia, que, fallida, não podia satisfazer ás obrigações que contrahira.

O quadro que se segue indica os creditos orçamentarios votados e as despesas por elles realizadas nos cinco ultimos exercicios:

| ANNOS | PAPEL | | OURO | |
|----------------|----------------------|----------------|----------------------|--------------|
| | Dotação orçamentaria | Saldo | Dotação orçamentaria | Saldo |
| 1911 | 114.324:66\$353 | 6.220:559\$555 | 10.038:953\$890 | 339\$264 |
| 1912 | 121.810:380\$235 | 6.430:313\$793 | 12.878:925\$377 | 125:662\$385 |
| 1913 | 130.983:959\$360 | 6.688:556\$528 | 12.943:712\$400 | 285\$608 |
| 1914 | 121.160:037\$356 | 1.946:29\$250 | 10.672:059\$136 | \$054 |
| 1915 | 101.825:236\$556 | 1.345:957\$902 | 11.056:045\$136 | 11:209\$362 |

Creditos e pagamentos em apolices:

| Annos | Credito aberto | Despesa paga |
|----------------|-----------------|-----------------|
| 1911 | 35.000:000\$000 | 34.925:071\$098 |
| 1912 | 50.000:000\$000 | 49.780:409\$548 |
| 1913 | 55.000:000\$000 | 48.607:349\$374 |
| 1914 | 20.000:000\$000 | 19.975:000\$000 |
| 1915 | 25.000:000\$000 | 22.484:479\$753 |

Creditos extra-orçamentarios:

| ANNOS | CREDITOS SUPPLEMENTARES | | CREDITOS EXTRAORDINARIOS E ESPECIAES | |
|----------------|-------------------------|----------------|--------------------------------------|----------------|
| | Papel | Ouro | Papel | Ouro |
| 1911 | 3.768:193\$337 | 50:639\$174 | 24.076:389\$332 | 245:622\$318 |
| 1912 | 1.280:624\$412 | 5.405:121\$094 | 45.515:071\$303 | — |
| 1913 | — | — | 7.951:757\$101 | 1.372:175\$318 |
| 1914 | 1.160:174\$310 | 549:335\$207 | 70.230:000\$000 | — |
| 1915 | 1.346:093\$997 | — | 13.817:153\$314 (*) | 910:727\$326 |

(*) Inclusive 7.200:000\$ para obras na zona flagellada.

É de notar que algumas despesas existem que não figuravam nos orçamentos, como, por exemplo, as que correm por depositos especiaes e as que são custeadas pela caixa de portos. Estas ultimas já foram, em parte, incluídas no orçamento em vigor; mas a medida deve ser generalizada, de modo a que, embora elevadas, as cifras correspondam com exactidão ás despesas que terão de ser realmente feitas.

De accôrdo com as autorizações constantes da lei n. 2.924, de 5 de janeiro de 1915, foram reformados os regulamentos da Secretaria de Estado da Viação e Obras Publicas pelo decreto n. 11.442, de 13 de janeiro de 1915; da Inspectoria Federal de Viação Maritima e Fluvial pelo decreto n. 11.456, de 20 de janeiro; da Inspectoria Geral de Illuminação pelo decreto n. 11.457, da mesma data; da Inspectoria Federal das Estradas pelo decreto n. 11.469, de 27 de janeiro; da Inspectoria de Obras contra as Seccas pelo decreto n. 11.474, de 3 de fevereiro; da Repartição de Aguas e Obras Publicas pelo decreto n. 11.515, de 4 de março; da Repartição Geral dos Telegraphos pelo decreto n. 11.520, de 10 de março; da Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes pelo decreto n. 11.526, de 17 de março, e da Inspectoria de Esgotos da Capital Federal pelo decreto n. 11.565, de 28 de abril de 1915.

As despesas com o pessoal da Secretaria de Estado, Inspectoria Federal de Estradas, Inspectoria de Obras contra as Seccas, Inspectoria Geral de Illuminação, Repartição Geral dos Telegraphos, Inspectoria Federal de Viação Maritima e Fluvial, Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes e Fiscalização do Porto do Rio de Janeiro, Inspectoria de Esgotos da Capital Federal e Repartição de Aguas e Obras Publicas, que se elevavam a 22.273:090\$ ficaram reduzidas a 19.667:465\$, o que demonstra uma differença para menos de 2.605:625\$000.

Durante o anno de 1915, nas vias ferreas fiscalizadas pela Inspectoria Federal das Estradas, os ser-

viços das linhas em tráfego foram effectuados sem occurrencias dignas de nota.

Nas linhas em construcção o proseguimento das obras resentiu-se das circumstancias especiaes decorrentes da conflagração européa, importando as medições provisórias de obras contractadas em quantia sensivelmente inferior ao total dos certificados expedidos em 1914, conforme se verifica do quadro a seguir :

| | |
|---|-----------------|
| 1914 | |
| Em apolices | 35.826:700\$608 |
| » dinheiro | 19.510:960\$897 |
| Total | 54.337:661\$505 |
| 1915 | |
| Em apolices | 17.492:848\$277 |
| » dinheiro | 6.298:505\$397 |
| » ouro, £, á Estrada do Ferro Madeira-Mamoré. | 899.250 |

Resulta que o novo onus do Thesouro corresponde tão sómente aos juros das novas apolices emittidas para o pagamento de 17.492:848\$277, importancia muito inferior aos dos exercicios anteriores.

As quotas de arrendamento apuradas no exercicio de 1914 importaram em 4.439:901\$794, não computada a da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré correspondente ao 2º semestre.

Ainda não puderam ser verificadas nem foram arrecadadas todas as quotas referentes ao anno de 1915, estando apenas apuradas as de algumas estradas na importancia total de 1.322:597\$475. Cumpre, entretanto, notar que estas importancias podem ainda soffrer alterações, devido a terem sido annulladas para verificações mais precisas as tomadas de contas da « Great Western of Brazil Railway Company » referentes aos dous semestres de 1914 e a do 2º semestre de 1915.

Como consequencia de inaugurações a extensão total da Viação Geral da Republica e das linhas fiscalizadas pela Inspectoria Federal das Estradas passou a ser respectivamente de 15.005km,976 e 26.281km,823, contra 14.786km,533 e 26.062km,380 em 1914.

A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré acha-se em regimen de trafego normal em toda a sua extensão embora não estejam ainda concluidas todas as dependencias, funcionando algumas estações em edificios provisorios, restando proceder-se á medição para liquidação definitiva das contas de construcção.

E nesse intuito submetti á apreciação do Congresso Nacional, em mensagem de 23 de junho de 1915, a exposição que me fôra apresentada pelo Ministro da Viação e Obras Publicas quanto á necessidade de ser solicitada a precisa autorização para ser aberto um credito extraordinario na importancia de 150:000\$, afim de ser effectuada a medição final dos trabalhos de construcção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

Depende, assim, de resolução do Congresso Nacional, a execução desses serviços.

A Estrada de Ferro do Tocantins continúa, como no anno anterior, a manter apenas em trafego uma extensão de 45 kilometros.

A construcção dos 376km,436 da Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias proseguiu, executada simultaneamente em diversos trechos, estando a via permanente assentada na extensão de 251km,900, em segmentos distanciados uns dos outros.

Tendo a «South American», arrendataria da Rêde Cearense, cuja extensão em trafego é de 758km,864, deixado de attender a todas as providencias de ordem administrativa, para dar exacto cumprimento ás obrigações contractuaes, especialmente na parte relativa á construcção, cujas obras foram por ella suspensas, tornou-se indispensavel que o Governo agisse a bem dos interesses da União, decretando a caducidade do respectivo contracto, sob os fundamentos constantes do decreto n. 11.692, de 25 de agosto de 1915.

As obras dos prolongamentos passaram a ser feitas administrativamente, correndo as despesas por conta do deposito destinado a esses trabalhos, e o serviço do trafego ficou sendo custeado por conta

da renda arrecadada nas suas linhas, conforme é declarado no decreto n. 11.750, de 22 de outubro, até que o Congresso Nacional resolvesse sobre o assumpto, o que fez no orçamento em vigor.

A Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte continúa a manter em trafego a extensão de 144km,308, estando em construcção 65, sendo 38 kilometros de Lages a Caicó e 27 de Lages a Macau, já se tendo procedido á inauguração da grande ponte metallica sobre o rio Potengy.

Na rêde a cargo da «Great Western of Brazil Railway Company», que dispõe de 1.617km,412 de linhas em trafego, continuam paralyzados os trabalhos de construcção.

Na Rêde de Viação Geral da Bahia, com a extensão total de 1.708km,543 em trafego, de 442km,325 em construcção e 1.808km,049 com estudos approvados, foram entregues ao trafego 84km,569, durante o anno de 1915, sendo 73km,119 entre Rosario e Propriá e 11km,450 do ramal de Murta a Capella.

Acham-se em trafego na Estrada de Ferro Victoria a Minas 590km,678, em construcção 41km,984, com estudos approvados 248km,542.

O prolongamento da Estrada de Ferro de Maricá a Iguaba Grande, com 65km,690 de extensão, já se acha concluido, estando actualmente em trafego 131km,590 dessa estrada.

Na Estrada de Ferro Theresopolis, em virtude da revisão do seu contracto, vac ser reconstruida a linha actualmente em trafego, que será prolongada apenas até Sebastiana. Foram já approvados os estudos de reconstrucção entre Raiz da Serra e Theresopolis e de um pequeno trecho de Theresopolis a Varzea. A revisão teve por principal objectivo reduzir os grandes encargos para a União decorrentes do primitivo projecto.

A extensão total das linhas que constituem a Estrada de Ferro de Goyaz é de 1.546km,229, estando em trafego 471km,621, em construcção 571km,035 e com estudos approvados 503km,573.

Attingiu a 1.249km,671 a extensão em tráfego na Rêde Sul Mineira em 1915, tendo sido nesse periodo terminada a construcção do trecho de 29km,300 entre Guaxupé e Biguatinga. No ramal de Tres Corações a Lavras ficou concluido o preparo do leito e foram assentados mais 16 kilometros de via permanente, achando-se em construcção nas diversas linhas 242km,792.

Na rêde a cargo da Companhia S. Paulo-Rio Grande foi entregue ao tráfego o trecho de 53 kilometros entre Jaguarahyva e S. José da Boa Vista, do ramal de Paranapanema, e foram concluidos os trabalhos de reforço das pontes que já não offerciam a necessaria segurança dada a distribuição de carga resultante do peso do material rodante e de tracção e da composição de trens actualmente reclamada pelo serviço do tráfego. A revisão do contracto desta companhia permittiu reduzir os compromissos assumidos pelo Governo, sendo consolidadas pelo decreto n. 11.905, de 19 de janeiro do corrente anno, as clausulas dos contractos anteriores para ficarem definidas com mais clareza e precisão as relações de direito entre o Governo e a companhia.

A extensão em tráfego da Rêde de Viação do Rio Grande do Sul ficou accrescida de 2km,484, de Sant'Anna do Livramento á fronteira e do trecho concluido na linha de S. Pedro á margem esquerda do Jaguary, com a extensão de 11km,380 entre São Pedro e o povoado do mesmo nome. Foi revisto o contracto para a construcção das vias ferreas de S. Pedro a S. Luiz e S. Borja e prolongamento do ramal de Quarahy a Alegrete, reduzindo-se as obras a executar e os encargos do Thesouro.

Foi inaugurada a ponte internacional sobre o Quarahim.

A extensão das linhas em tráfego na Estrada de Ferro Central do Brasil, em 31 de dezembro de 1915, era de 2.289km,928, sendo 904km,935 de bitola larga de 1m,60; 1.236km,658 de bitola estreita de um metro e 148km,335 de bitola mixta, estando em

construcção 142km,103, de bitola larga na linha de Bello Horizonte.

Durante o anno ficou concluido o cadastro da linha do Centro, no trecho de Entre Rios a Barra Longa, feita, assim, a ligação com o da Rio das Flores.

O serviço do trafego tem sido muito regularizado, não obstante resentir-se a parte referente ao transporte de viajantes, da insufficiencia de carros, e lutar a divisão do trafego com sérias difficuldades para a illuminação dos carros, devido á carencia absoluta de material.

A receita total da estrada, no anno de 1915, elevou-se a 41.808:567\$, que se discrimina, comparativamente á de 1914, em :

| | 1915 | 1914 |
|--|------------------------|------------------------|
| Receita do trafego | 39.209:425\$000 | 37.115:493\$000 |
| Por conta de ministerios, Estados e Prefeitura | 2.213:285\$000 | 3.110:344\$000 |
| Arrecadada pela thesouraria | 318:724\$000 | 183:536\$000 |
| Receita ficticia | 67:133\$000 | 457:340\$000 |
| | <u>41.808:567\$000</u> | <u>40.866:713\$000</u> |

donde se verifica haver um excesso nas receitas do trafego, em 1915, de 2.093:932\$ e de 941:854\$ na receita total.

O credito orçamentario votado para as despesas da estrada em 1915, na importancia de 35.248:535\$, foi insufficiente para o seu custeio, o que me levou a solicitar-vos, por mensagem de 30 de junho do mesmo anno, um credito suplementar na quantia de 16.341:969\$500.

Com o fim de diminuir a despesa da estrada foi determinada a substituição do carvão mineral pelos combustiveis oleoso e lenhoso.

A extensão das linhas em trafego na Estrada de Ferro Oeste de Minas era, em 31 de dezembro de 1915, de 1.693km,716, representando um accrescimento de 127km,608 sobre a extensão trafegada anteriormente, em 31 do mesmo mez do anno anterior, augmento esse decorrente da inauguração dos trechos de 69km,554 na linha de Divinopolis a Santo

Antonio do Monte, e de 58km,054 na de Cedro a Arantes. Nessa extensão total das linhas em trafego acham-se comprehendidos 208 kilometros de navegação fluvial e 1.485km,716 de linhas ferreas, das quaes 721km,217 com bitola de 0m,76, 749km,188 com bitola de um metro e 15km,311 com bitola mixta.

Attendendo a necessidades locais e tendo em vista as vantagens colhidas com o augmento de renda da estrada, a directoria creou em 1915 trens de suburbios entre Bello Horizonte e Capella Nova, serviço que tem sido effectuado com resultados proveitosos.

A receita e despesa importaram em 1915, respectivamente, em cerca de 4.269:169\$986 e 4.265:172\$879.

Nas linhas ferreas e fluvial foram transportados durante o anno 343.942 passageiros, 37.011 animaes, 5.238.600 kilos de encomendas e 113.286.600 kilos de mercadorias, sendo transmittidos 33.521 telegrammas.

O trafego da Estrada de Ferro Itapura a Corumbá conservou-se normal durante o anno, apesar de se resentir da falta de material rodante e não estarem concluidas todas as obras.

O trecho conhecido pela designação de — Pantanal —, em uma extensão total de 42 kilometros, a partir de Porto Esperança, e bem assim a tangente do Rodrigo, proxima á estação de Guaycurús, ainda estão muito abaixo do nivel definitivo, de modo que nas enchentes ficarão alagados, podendo mesmo ocasionar a suspensão do trafego.

Todas as obras de arte desde Campo Grande até Esperança, 380 kilometros, ainda são provisórias, sendo que as tres grandes pontes, duas sobre o rio Aquidauana e uma sobre o Miranda, exigem ou substituição pelas vigas metallicas definitivas ou obras de consolidação de elevado dispendio.

A crise de transporte actual veio crear para esta estrada uma situação especial, em relação ao Estado

de Matto Grosso, tornando o seu trafego muito mais intenso.

A estrada, porém, não está aparelhada para auxiliar eficazmente o progresso que se nota principalmente no Sul do Estado, especialmente por não haver sido ainda construida a ponte sobre o rio Paraná e pela insufficiencia de material rodante.

Apesar de todas as difficuldades as rendas da estrada vão crescendo gradativamente, ao mesmo tempo que se estabilizam as despesas de custeio.

Em 1914 a renda propria da estrada foi de 539:223\$940, e em 1915 de 706:265\$235, não estando, porém, ainda toda apurada.

A despesa que em 1914 só com o pessoal importara em 2.867:605\$842, baixou em 1915 a 2.193:779\$925, devendo ainda ser menor no corrente anno.

A despesa com o material foi em 1915 de 541:841\$043 e no corrente exercicio será de 573:110\$, de accôrdo com o orçamento approvedo.

Em 21 de agosto de 1915 procedeu-se á medição final dos trabalhos executados pela Companhia de Estradas de Ferro Noroeste do Brasil no trecho de Itapura a Porto Esperança, durante o periodo de seu contracto, rescindido pelo decreto n. 10.533, de 23 de outubro de 1913.

Essa medição serviu de base ao balanço definitivo para a apuração das contas daquella companhia para com o Thesouro Nacional, balanço que accusa um debito de mais de 15.000:000\$ contra a Noroeste.

A companhia, em declaração annexa ao mesmo balanço, não nega sua divida, apenas resalva algumas parcellas, cujo pagamento reclama, como acto de equidade.

A conflagração européa, occasionando enorme diminuição no nosso intercambio commercial com os paizes estrangeiros, em vista das difficuldades e perigos da navegação, o que deu logar á exaggerada carestia dos fretes, determinou em 1915 o incremento do trafego da marinha mercante nacional, não só

em relação aos transportes para o exterior, como também relativamente ao proprio intercambio estadual da Republica.

A sensível differença do movimento de trafego pôde ser constatada pelo exame da demonstração a seguir, organizado pela Inspectoria Federal de Viação Maritima e Fluvial e referente aos annos de 1914 e 1915, indicando as cifras relativas aos transportes para os portos americanos e europeus :

| | Numero de vo- lumes | Peso em kilos | Fretes |
|----------------------|------------------------|------------------|-----------------|
| New York: | | | |
| 1915 | 1.680.756 | 98.856.466 | 5.549:169\$870 |
| 1914 | 459.057 | 27.576.206 | 681:868\$200 |
| New Orleans: | | | |
| 1915 | 503.043 | 33.344.080 | 1.686:911\$600 |
| 1914 | — | — | — |
| Barbados: | | | |
| 1915 | 6.550 | 649.349 | 13:372\$000 |
| 1914 | — | — | — |
| Montevideo: | | | |
| 1915 | 649.270 | 25.903.339 | 740:516\$000 |
| 1914 | 620.577 | 24.678.882 | 808:843\$000 |
| Buenos-Aires: | | | |
| 1915 | 363.107 | 10.262.535 | 370:472\$000 |
| 1914 | 101.706 | 5.828.626 | 122:609\$000 |
| Suecia: | | | |
| 1915 | 245.013 | 15.890.780 | 2.435:960\$329 |
| 1914 | — | — | — |
| RESUMO | | | |
| 1915 | 3.508.039 | 184.906.549 | 10.796:401\$799 |
| 1914 | 1.181.340 | 58.083.714 | 1.613:320\$200 |

Os dados acima referem-se apenas ao Lloyd Brasileiro e á Companhia Commercio e Navegação, que executou o serviço de transporte para a Suecia.

A necessidade de obstar a alienação de navios nacionaes, desde que se verificou já haver sido concluida a de varias unidades da nossa marinha mercante, motivou a expedição do decreto n. 11.806, de 9 de dezembro de 1915, pelo qual foram declarados de necessidade publica, enquanto durar a guerra europeá, os navios nacionaes, para os effeitos de sua desapropriação.

O resumo seguinte permite o confronto de dados essenciaes referentes aos serviços de navegação

executados em 1914 e 1915 pelas companhias e empresas fiscalizadas pelo Governo e pelo Lloyd Brasileiro, hoje pertencente ao patrimonio nacional:

| | 1915 | 1914 | Diferenças constatadas em 1915 |
|--------------------------------------|-----------------|-----------------|--------------------------------|
| Numero de viagens redondas | 1.781,5 | 2.004,5 | — 223 |
| » » milhas percorridas | 3.132.275,5 | 3.425.210,5 | + 8.065 |
| Passageiros de 1ª classe | 84.010 | 96.328 | — 12.318 |
| » » 3ª classe | 96.642 | 106.239 | — 9.597 |
| Receita de passagens | 8.374.329\$558 | 8.799.042\$300 | — 424.712\$822 |
| Numero de volumes | 29.366.167 | 29.977.422 | — 611.255 |
| Peso de cargas (kilos) | 1.506.985.948 | 1.489.425.000 | + 318.560.948 |
| Frete de cargas | 47.315.688\$948 | 29.253.359\$200 | + 18.062.359\$748 |
| Numero de animaes | 10.155 | 23.987 | — 13.832 |
| Frete de animaes | 218.972\$750 | 172.794\$240 | + 46.178.510 |
| Consumo de combustivel (kilos) | 381.201.633 | 385.308.000 | — 4.106.362 |
| » » lubrificantes (litros) | 412.193 | 425.033 | — 12.840 |
| » » estopa, (kilos) | 47.891 | 60.305 | — 12.414 |
| Receitas diversas | 59:321\$450 | — | + 59:321\$450 |
| Renda bruta total. | 55.968:312\$706 | 38.225:165\$820 | + 17.743:146\$886 |

Convem entretanto notar que excluindo-se dos totaes de 1914 as parcelas correspondentes á Empresa de Navegação Sul-Rio Grandense, á Empresa de Navegação Bahiana, á Empresa de Navegação Lorentzen, á Empresa de Navegação La Rocque, Frota & Comp. e á Empresa de Navegação Rio-S. Paulo, cujos dados em 1915 não se acham incluídos neste resumo por não se acharem nesse anno sob a fiscalização do Governo, as diferenças passariam a ser as seguintes:

| | Menos | Mais |
|--|--------------|-----------------|
| Numero de viagens redondas. | 138 | |
| » » milhas percorridas | — | 111.048 |
| Passageiros de 1ª classe | 7.148 | |
| » » 3ª classe | 5.513 | |
| Receita de passagens | 226:808\$172 | |
| Numero de volumes | 449.685 | |
| Peso de cargas (kilos). | — | 364.101.948 |
| Frete de cargas | — | 19.069:260\$308 |
| Numero de animaes | 9.730 | |
| Frete de animaes | — | 103:520\$010 |
| Consumo de combustivel (kilos) | 5.965.638 | |
| » » lubrificantes (litros) | 4.449 | |
| » » estopa (kilos) | 9.760 | |
| Receitas diversas | — | 59:321\$450 |
| Renda bruta total. | — | 19.005:293\$596 |

dados que demonstram notavel augmento de rendas para as empresas e companhias de navegação fiscalizadas pelo Governo.

Os serviços dos portos de mar, quer de construcção, quer de exploração, soffreram no decurso

do anno passado sensível depressão, tanto na execução das obras, como principalmente quanto aos resultados economicos do trafico, em consequencia das graves perturbações que a guerra européa trouxe ao movimento maritimo mundial e ás transacções commerciaes entre os paizes todos, não só das nações belligerantes, como tambem das que se conservaram neutraes.

No porto de Manáos nenhuma obra nova foi levada a effeito, consistindo os serviços executados em simples reparações e conservação nos armazens, fluctuantes e outras dependencias do porto. Devido á grande redução no movimento commercial cinco dos seus armazens foram fechados, havendo na renda arrecadada de 1.898:142\$824 um decrescimo de cerca de 14% comparada com a do anno anterior.

No porto do Pará as obras a cargo da companhia «Port of Pará» limitaram-se aos serviços de dragagem para a conservação do canal e ao proseguimento das obras do novo deposito de inflammaveis e explosivos, que está sendo construido em Miramar. A renda bruta foi de 3.542:674\$940, inferior de 15,36% á do anno precedente.

Nos portos de S. Luiz do Maranhão, de Amarração, de Fortaleza, de Natal, de Cabedello e de Aracajú, foram effectuados serviços administrativos de fixação de dunas, de dragagem e outros trabalhos dentro dos credits abertos para cada porto.

Os serviços do porto do Recife, que tinham sido suspensos em agosto de 1914, foram recommçados em meados do anno findo, achando-se actualmente perfeitamente regularizados, mas limitados ao maximo mensal de trabalhos no valor de 1.000.000 de francos, em virtude de um accôrdo firmado com a «Société de Construction du Port de Pernambuco» a cujo cargo se acha a execução das obras.

Sobre uma extensão de 850 metros de cáes de oito metros d'agua, inteiramente concluidos, acham-se construidos tres armazens e dous galpões,

sendo que a terminação de mais dous armazens e um galpão depende apenas do calçamento interno.

O respectivo trecho de cáes já está aparelhado de vias ferreas e, em parte, de guindastes de meio portico, e os armazens e galpões providos de pequenos guindastes internos.

A usina que terá de fornecer energia electrica não só para o movimento desses aparelhos como para a illuminação, já está prompta para funcionar, e as canalizações electricas já em parte assentes.

A muralha do cáes de 10 metros d'agua ficou terminada na extensão de 411 metros com o aterro bastante adiantado, feito de areias dragadas; e do lado de Santa Rita o cáes de oito metros acha-se com a sua muralha construida em toda a extensão projectada de 320 metros, já tendo sido iniciada a construcção do cáes de protecção aos aterros em direcção a Cinco Pontas.

A ponte sobre o rio Capiberibe, que ligará essas secções do cáes, já está com os encontros e quatro pilares, para os vãos fixos, e o pilar central para o vão movel, concluidos, e com a montagem da super-structura metallica iniciada.

Os serviços de construcção do quebra-mar, que estiveram suspensos por diversas vezes, recommencaram regularmente em outubro com o desenvolvimento dos annos anteriores, attingindo a extensão construida a 1.115m,58 e restando para a sua conclusão apenas 131m,42, proseguindo tambem, embora morosamente, a construcção do molhe de Olinda.

No porto da Bahia os serviços executados constaram de dragagem, aterro, aparelhamento do cáes de oito metros, conclusão do armazem n. 7, contiguo ao cáes e de outros trabalhos complementares.

No prolongamento do quebra-mar interior houve apenas um avanço de 30 metros.

Estão em trafego 925 metros de cáes, com seis armazens, sendo a renda bruta de 2.962:254\$140 em 1915.

No porto da Victoria continuaram paralyzadas todas as obras.

No porto do Rio de Janeiro continuaram a ser executadas por administração as obras referentes ao escoamento das aguas pluviaes, reparações de calçamentos, arborização, demolições de alguns predios e outros pequenos serviços na esplanada aterrada atrás dos novos cács e nos terrenos que resultaram do arrazamento do morro do Senado, dos quaes foram vendidos 13 lotes, sendo apurada a importancia total de 149:907\$160.

Os serviços de exploração commercial do porto continuaram a cargo da « Compagnie du Port de Rio de Janeiro », importando a renda bruta arrecadada em 6.524:803\$124, verificando-se uma differença para menos, comparada com a do anno anterior, de 487:727\$411. Dessa renda arrecadada coube ao Governo, em virtude do contracto em vigor, a importancia de 3.374:860\$042.

No porto de Santos, concedido á Companhia Docas de Santos, as obras executadas durante o anno findo consistiram em calçamento de ruas e pateos, na conclusão do armazem externo n. VII, aterro da faixa destinada aos tanques para oleo, inicio da construcção de dous desses tanques, conclusão da casa de transformadores, encanamentos, bombas, etc.

A receita bruta da exploração do porto foi de 16.914:971\$610 em 1915, verificando-se um decrescimo de 11,57 %, comparada com a do anno precedente.

No porto de Paranaguá foram concluidos os estudos da zona, que comprehende as obras projectadas para o melhoramento do porto, e o levantamento topo-hydrographico do rio Laranjeiras, para abertura do canal do Varadouro, destinado a ligar os Estados do Paraná e S. Paulo.

Em Santa Catharina foram construidos pela respectiva commissão administrativa de estudos e obras dos portos, em Florianopolis 73 metros de muralha, á margem direita do corrego da Bulha,

continuando o aterro atrás do cães e proseguiram os trabalhos de abertura do canal da Laguna ao Araranguá. Na barra de Itajahy o guia corrente teve um avanço de 55 metros.

Na barra do Rio Grande do Sul proseguiram os trabalhos de construção dos molhes para o aprofundamento e protecção do canal de navegação, avançando o de Leste 193 metros, e o de Oeste 1.162, ou seja, ao findar-se o anno, um total de 3.927 metros para o primeiro e de 4.000 para o segundo.

Com o progressivo augmento dos molhes durante o anno passado, a profundidade d'agua no passe da barra foi augmentando, sendo que pelo levantamento da planta executada a 13 de dezembro, verificou-se ter ella attingido a 7m,1 sob o plano de referencia adoptado.

A « Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul », a cujo cargo se acham as obras da barra do Rio Grande, deu tambem regular andamento ás obras de construção do novo porto que fazem parte do seu contracto. Os principaes trabalhos alli executados durante o anno passado consistiram na construção de armazens com uma área coberta de 5.433 metros quadrados, linhas ferreas na extensão de 4.101 metros, calçamento de ruas e pateos em 22.716 metros quadrados e 907 metros de muro e gradil para fechamento da faixa commercial do cães, proseguindo os serviços de installação de força e luz, do abastecimento d'agua, dos esgotos e drainagem, assim como a construção dos depositos de carvão e de inflammaveis.

Em 15 de novembro do anno passado foi inaugurada a exploração de 1.000 metros de cães, tendo em mez e meio de trafego atracado ao cães 95 navios, e elevando-se o movimento de mercadorias a 24.497 toneladas e a 199:823\$400 a renda bruta.

Da renda em papel arrecadada nos serviços dos portos foi recolhida a quantia de 2.686:773\$903 para ser escripturada a favor da Caixa Especial dos Portos; e a renda de 2%, ouro, arrecadada urante o exercicio de 1915 foi de 4.775:906\$177,

ouro, assim discriminada: na Capital Federal 3.002:725\$752 e nos Estados 1.773:180\$425.

Foram distribuidos creditos no valor total de 3.282:540\$ para as despesas nos portos, a serem debitadas á Caixa Especial sendo 687:500\$ para a administração central da Inspectoria Federal de Portos, Rios e Canaes e 2.595:040\$ para os diferentes portos.

Por conta dos fundos especiaes de emprestimos foram distribuidos mais os seguintes creditos: para o porto do Rio de Janeiro 1.751:932\$036, e para o porto do Recife 630:000\$000.

Deve-se ainda levar a debito da Caixa Especial de Portos a quantia de £ 429.250 ou 3.816:032\$500, ouro, dos juros do emprestimo de £ 8.500.000 e mais 865:000\$, papel, de juros do emprestimo interno.

Elevam-se a mais de 6.300:000\$ outros compromissos a satisfazer, em ouro, provenientes da garantia de juros ás companhias constructoras dos portos do Pará, Bahia e Rio Grande do Sul.

O Governo Federal, aproveitando-se da autorização conferida pelo n. XVII do art. 18 da lei n. 2.221, de 30 de dezembro de 1909, expediu o decreto n. 8.313, de 20 de outubro de 1910, approvando a planta da zona a sanear e desapropriando os terrenos e predios comprehendidos na baixada fluminense.

Até 31 de dezembro de 1915, a commissão incumbida da fiscalização do contracto celebrado em 10 de novembro de 1910, para execução das obras de saneamento, estudou, projectou e orçou os canaes das barras dos rios Estrella, Suruhy, Magé, Guapy, Macacú, Guaxindiba, Iguassú e Merity, o saneamento no interior de todas essas bacias, constando de limpeza e desobstrucção de rios, riachos e vallas, abertura de diversos canaes interiores e rectificação das fortes curvas de alguns desses rios.

Todas as obras projectadas estão concluidas, á excepção das relativas ás bacias do Macacú e Iguassú

e do pequeno canal do rio Magé, as quaes estão em andamento.

Os orçamentos das obras projectadas pela comissão e approvadas pelo Governo importam em 14.212:115\$871 calculados em moeda nacional ao cambio da Caixa de Conversão, tendo sido despendida, até 31 de dezembro de 1915 com as obras já concluidas e as que se acham em andamento, a importancia de 11.854:220\$710, sendo calculado o pagamento, ainda não realizado, dos ultimos mezes do anno findo, ao cambio de 11 1/2.

Da ultima emissão de apolices de 5%, papel, autorizada pelo decreto n. 11.434, de 13 de janeiro de 1915, e do saldo existente das emissões anteriores, passou para o corrente anno a importancia em apolices de 2.335:415\$290.

Da verba de 375:000\$ votada para estudos, fiscalização e conservação das obras executadas durante o exercicio de 1915, despendeu-se a importancia de 373:020\$106, ficando o saldo de 1:979\$894.

Em mensagem que vos dirigi a 9 de junho do anno passado, solicitei, de accôrdo com a exposição que me foi então apresentada pelo Sr. Ministro da Viação e Obras Publicas, os meios necessarios para socorrer os Estados do Nordeste brasileiro flagellados pela secca, mediante a execução de obras de reconhecida utilidade; e, nos termos do decreto legislativo n. 2.974, de 15 de julho, abri, por decreto n. 11.641, da mesma data, um credito na quantia de 5.000:000\$000. Mais tarde, ante as solicitações que continuava a receber da zona attingida pela cruel calamidade, cujos effeitos se tornavam cada vez mais intensos, fui forçado a pedir novos recursos, em mensagem de 22 de novembro; e, obtidas as autorizações constantes da lei n. 3.041, de 9 de dezembro, abri os seguintes creditos:

Pelo Ministerio da Viação:

200:000\$ para occorrer a despesas com os transportes terrestres e fluviaes de flagellados pela secca, pelo decreto n. 11.823, de 15 de dezembro;

2.000:000\$ para obras, pelo decreto n. 11.834, de 22 de dezembro.

Pelo Ministerio da Fazenda :

600:000\$ para occorrer ás despesas com o transporte maritimo dos retirantes do Nordeste brasileiro no corrente anno, pelo decreto n. 11.829, de 22 de dezembro de 1915.

Pelo Ministerio do Interior :

700:000\$ para soccorro e assistencia á população flagellada pela secca, pelo decreto n. 12.028, de 19 de abril de 1916.

Pelo Ministerio da Agricultura :

300:000\$ para transporte e localização de flagellados em diversos pontos do Paiz, pelo decreto n. 11.903, de 19 de janeiro de 1916.

O credito de 200:000\$ para occorrer ás despesas com os transportes terrestres e fluviaes, aberto ao Ministerio da Viação, ficou sem applicação. Dos outros dous, de 5.000:000\$ e 2.000:000\$, abertos, respectivamente, pelos decretos ns. 11.641 e 11.834 ao mesmo Ministerio, foram feitas distribuições ás delegacias fiscaes do Piauhy, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba, Pernambuco, Sergipe e Bahiana importancia de 6.167:000\$ para diversas obras e foram applicados em aquisição de material telegraphico (300:000\$), perfuratrizes (90:000\$) e despesas diversas (44:534\$065) — 434:534\$065. Ao todo 6.601:534\$065, restando um saldo de 398:465\$935 para liquidação de pequenas despesas já autorizadas, reforço das distribuições feitas e algum serviço mais urgente.

As obras, construidas ou ainda em execução, foram as seguintes :

Estradas de rodagem de Floriano a Oeiras, Baturité a Guaramiranga, Quixadá a Riacho do Sangue (reparação), Sobral a Meruoca, Mossoró a Alexandria, Macau a Assú, Campina Grande a Patos, Souza a Cajazeiras e Rio Branco a Buique; açudes de Anajás, Riacho do Sangue, Patos, Parazinho Velame, Caio Prado, Guayúba, Bahú, Varzea da Volta, Mulungú, Arapuá, Vinte e Cinco de Março, Pessoa,

Sacco, Bodocongó, Cajazeiras e Serra dos Cavallos, além de reparos e reconstrucções de outros, como Serra Vermelha, Mossoró, Sant'Anna do Mattos, Bebado, Nova Cruz, Santa Cruz, Campinas e Santa Luzia; linhas telegraphicas na extensão approximada de 2.200 kilometros; drenagem e aterros em Ceará Mirim, Maxaranguape, Carnaubal, Catú, Propriá e Cachoeira; barragens submersas em Mossoró, Upa-nema e Seridó; perfuração de poços, auxilios para desenvolver obras, como as dos açudes Acarape e Salão, a cargo da inspectoría, além de outros serviços de pequena importancia, nos diversos Estados em que mais dolorosas foram as consequencias do tremendo flagello.

Por conta do deposito para construcção das linhas da Viação Cearense, mandei applicar a importancia de 2.000:000\$ no prolongamento da Sobral e da Baturité, onde já foi inaugurada a estação de José de Alencar a 20 kilometros do ponto terminal da antiga linha, bem como na construcção do trecho comprehendido entre Amarração e Parnahyba.

Pelas verbas orçamentarias da Inspectoría das Seccas, foram construidos, durante o anno, mais quatro açudes publicos, sendo tres no Estado do Rio Grande do Norte e um no de Sergipe, e projectados mais 10 açudes publicos, dos quaes dous no Estado do Piauhy, um no do Ceará, um no do Rio Grande do Norte, um no de Pernambuco, um no de Alagôas e quatro no da Bahia.

Os poços perfurados pela inspectoría ascendem presentemente a 352, entre publicos e particulares, disseminados em 64 municipios do Nordeste brasileiro, do Piauhy á Bahia, inclusive, sendo que 268 já se acham com uma média de 3.000 litros de vãsão, por hora, prestando os melhores beneficios ás localidades onde foram abertos e suas circumvizinhanças.

A inspectoría, apesar de ter deliberado não proceder mais a perfurações na zona littoranea, para restringir-se á zona sertaneja, onde mais se faz sentir a falta d'agua, viu-se, devido á grande secca, na contingencia de mandar abrir diversos poços, a

pedidos insistentes de particulares e das autoridades locais, na capital do Ceará e em algumas localidades proximas, por se ter ahi tornado muito sensivel a escassez d'agua.

A renda do Correio, propriamente dita, referente ao anno de 1915, attingiu a 8.353:863\$683, não incluindo o trimestre adicional. Comparada essa renda com a que foi apurada até 31 de dezembro de 1914, na importancia de 8.931:710\$800, verifica-se um pequeno decrescimo que deve ser attribuido ás circumstancias decorrentes da crise economica e guerra européa.

A despesa conhecida até 31 de dezembro importava em 18.704:708\$290, sendo 16.873:798\$798 com o pessoal e 1.830:909\$492 com o material.

Existiam em deposito nas casas fortes da directoria geral, em 31 de dezembro ultimo, a importancia de 492.626:373\$130, em sellos e outras formulas de franquia. Foram conferidos formulas e sellos vindos de Nova York do «American Bank Note», na importancia de 184.417:437\$780, durante o anno. No mesmo periodo foi enviada a administrações postaes, succursaes e agências do Districto Federal, a importancia de 41.081:507\$780 de sellos.

O movimento de vales postaes, embora consideravel, apresentou uma pequena diminuição em relação ao anno anterior, quanto ás quantias depositadas. Assim é que em 1915 foram emittidos 301.787 vales na importancia de 38.162:366\$, contra 283.965 vales no valor de 40.549:317\$900, em 1914. A renda produzida pela emissão attingiu a 334:657\$050, contra 344:541\$800, em 1914.

Em virtude da guerra européa está suspenso o serviço de vales internacionaes, sendo, porém, pagos 338 vales na importancia de frs. 55.535,38.

Durante o anno foram recebidas 15.497 encomendas «colis» que produziram uma renda de 7:645\$500 e expedidas 298 contra 34.016 recebidas e 736 expedidas no anno de 1914.

No decurso do anno foi melhorado, tanto quanto o permittiram os recursos orçamentarios, a rêde de communições postaes, sendo creadas e restabelecidas 128 linhas na extensão de 10.453 kilometros e com 23.697 viagens annuaes, servidas por 151 estafetas e conductores com o percurso total de 934.899 kilometros. Deduzindo-se 116 linhas que foram supprimidas por conveniencia do serviço, na extensão de 12.867 kilometros e com 20.012 viagens annuaes, servidas por 144 estafetas e conductores, com o percurso total de 999.075 kilometros conclue-se que houve o accrescimo de 12 linhas, com 3.685 viagens e sete logares de estafetas e conductores, bem como o decrescimo de 2.414 kilometros na extensão das linhas e 64.176 kilometros no percurso annual. Tendo passado do anno anterior 2.187 linhas com a extensão de 149.819 kilometros e 410.519 viagens annuaes, servidas por 3.367 estafetas e conductores percorrendo annualmente a extensão de 31.046.275 kilometros, verifica-se a existencia actual de 2.199 linhas na extensão de 147.405 kilometros com 441.204 viagens annuaes e servidas por 3.374 estafetas e conductores, que effectuam annualmente o percurso de 30.892.099 kilometros.

Foram postados nas diversas repartições do Correio 178.212.246 objectos, dos quaes 6.631.805 registrados, comprehendendo 988.817 cartas com o valor de 165.875:281\$065 e 27.129 encommendas no valor de 10.869:655\$472.

A extensão e o desenvolvimento da rêde telegraphica federal que, em 31 de dezembro de 1914, eram, respectivamente, de 36.472.840 e 68.082.225 metros elevaram-se, até 31 de dezembro de 1915, a 36.705.210 e 68.314.595 metros, havendo, portanto, durante o anno, um augmento de 232.370 metros nas linhas de postes e no desenvolvimento dos conductores.

Em 31 de dezembro de 1914 dispunha a Repartição Geral dos Telegraphos de 743 estações contra 725 em igual data de 1915, sendo 625 telegraphicas,

77 telephonicas, seis semaphoricas e 17 radiotelegraphicas.

O motivo do fechamento de varias estações foi a redução dos creditos para alugueis de casas e consignações para luz e expediente.

Na região assolada pela secca acha-se em andamento a construcção das seguintes linhas :

| Districtos | Construcções | Extensão em metros |
|-----------------------|---|--------------------|
| Piauhý : | | |
| | De Perypery a Itamaraty | 57.500 |
| | » S. João do Piauhý a S. Raymundo | 92.000 |
| | » Aparecida a Urussuhý | 88.000 |
| | » Campo Maior a Alto Longá | 52.000 |
| | » S. Raymundo a Remanso | 95.000 |
| Ceará : | | |
| | De Guaramiranga a Mulungú e Coité | 35.000 |
| | » Aracaty a Fortim | 22.000 |
| | » Lavras a Varzea Alegre. | 18.000 |
| | » Milagres a Brejo dos Santos. | 22.000 |
| | » Sobral a Santa Quitéria | 75.000 |
| Rio Grande do Norte : | | |
| | De Apody a Angicos. | 210.000 |
| | » Pão dos Ferros a Martins | 180.000 |
| Parahyba : | | |
| | De Pombal a Brejo do Cruz | 75.000 |
| | » Piancó a Misericórdia | 80.000 |
| | » Batalhão a Cabaceiros | 72.000 |

Transitaram pelas linhas federaes em 1915 3.655.414 telegrammas com 65.602.588 palavras, contra 3.627.756 com 78.198.581 palavras no anno anterior, verificando-se um pequeno augmento do numero de telegrammas e redução do numero de palavras; o que se deve attribuir ás condições especiaes do momento e á elevação da tarifa, que havia sido reduzida mais do que conviria, avultando o «deficit» de anno para anno. Restabeleceram-se as taxas internacionaes de um franco (transito) e 1fr.,25 (terminal), de cuja redução aliás não havia sido beneficiado o publico e sim as companhias de cabos, que continuaram a cobrar as mesmas taxas totaes.

A taxa da imprensa foi elevada de 25 a 50 réis, e a das cartas pneumaticas de 300 a 500 réis. Foi restabelecida a taxa de 300 réis por palavra pelo

percurso em quatro e mais Estados, voltando a taxa fixa a ser de 600, em vez de 500 réis.

Foram essas as principaes alterações da tarifa e o seu benefico resultado ficou patente no sensivel augmento da receita, sem exaggerado gravame para o publico.

A rêde telephonica ficou accrescida em 56.853 metros no desenvolvimento dos conductores.

As nove estações que constituem o districto radiotelegraphico da Amazonia e do territorio do Acre têm funcionado com a regularidade que a natureza do serviço permite na região tropical a que servem, sujeita a tensões electro-atmosphericas, mormente no ultimo quartel do anno.

A renda total foi na importancia de 799:274\$ contra 689:518\$, no anno anterior, ou seja um augmento de 109:756\$000.

Dessa importancia foram cobrados 273:294\$ á bocca do cofre, correspondendo 525:980\$ ao serviço official, consideravelmente augmentado e feito quasi exclusivamente por meio da radiotelegraphia.

As verbas ordinaria e suplementar consignadas no exercicio de 1915 para o custeio do districto radiotelegraphico importaram na quantia de 500:000\$000.

As rigorosas medidas adoptadas pelo Governo com relação á montagem de estações radiotelegraphicas clandestinas, impediram que fosse tentada qualquer pratica fraudulenta nesse sentido, o que permittiu reabrir as estações costeiras, cujo trafego fôra suspenso como medida radical contra a transmissão de despachos que prejudicassem a manutenção da neutralidade do Brasil.

Com o decreto n. 11.520, de 10 de março, foi expedido novo regulamento para a Repartição Geral dos Telegraphos, reorganizando os respectivos serviços de modo a tornar menos dispendioso o seu custeio, que puderam ser executados com regularidade, não obstante a redução de 4.000:000\$000.

Afóra o intuito de economia, que presidiu á elaboração do novo regulamento, procurou-se cor-

rigir a demasiada centralização que existia e retardava providencias, ás vezes de diminuta importancia.

Os funcionarios que, por effeito do novo regulamento, ficaram addidos, continuaram em exercicio, devendo os guardas-fios, classe numerosa e com o vencimento annual de 2:700\$, além das gratificações addicionaes, ir sendo aos poucos substituidos por jornaleiros com a diaria maxima de 6\$000. Do mesmo modo se tornou menos dispendioso o serviço de entrega de telegrammas, pela substituição, por mensageiros com a diaria maxima de 5\$, dos estafetas que, afóra addicionaes, percebiam vencimentos correspondentes a 3:000\$ annuaes para os de 1ª classe, de 2:200\$ para os de 2ª classe e de diaria até 5\$, para os de 3ª classe.

O «deficit» telegraphico, mais ou menos avultado sempre, apresentou sensivel augmento de 1910 para 1911, em razão da elevação da tabella de vencimentos do pessoal; e continuou depois disso a augmentar, tendo sido de 7.589:000\$ em 1912, de 9.840:000\$ em 1913 e de 8.698:000\$ em 1914. Em 1915, devido a grande redução feita nas despesas e o simultaneo augmento da reccita, conseguiu-se que o «deficit» ficasse reduzido a 3.746:000\$000. Ainda mesmo addicionando a essa importancia a de 1.060:000\$, do credito para pagamento do pessoal que em virtude do novo regulamento ficou addido, apura-se para 1915 o «deficit» de 4.806:000\$, menos 3.892:000\$ do que em 1914.

O anno que findou, contrariamente ao que succedeu em 1914, caracterizou-se por frequentes e abundantes chuvas, quer no verão, quer no decurso do inverno.

A média diaria do fornecimento á Capital Federal, que foi, em 1914, de 216.323.411 litros, elevou-se em 1915 a 241.241.821 litros, volume muito superior aos de 1913, 1912 e 1911, cujos fornecimentos médios registraram, respectivamente, 222.498.895, — 226.387.237, — 237.904.877 litros.

Em 1915 as concessões de pennas d'agua continuaram a decrescer, e tendo sido de 3.794 em 1914 foram apenas de 1.845 em 1915.

As baixas foram, approximadamente, tres vezes maiores, em comparação ao anno de 1914, elevando-se a 572, das quaes, 258 para substituição por hydrometros.

Em resumo, póde-se computar em 1.273 o numero real, augmentado, de pennas d'agua.

O movimento de installações de hydrometros continuou, tambem, a decrescer, sendo que em 1915 installaram-se 503 desses aparelhos, contra 779 no anno de 1914.

Ao correr do anno de 1915 houve 112 baixas definitivas, de sorte que o augmento real foi apenas de 491 aparelhos. Addicionando a esse numero o dos medidores em trabalho até 31 de dezembro de 1914, verifica-se que, ao fim de 1915, havia no Districto Federal 10.789 hydrometros installados.

Durante o anno de 1915, foram, pelos sete districtos da Repartição de Aguas e Obras Publicas assentes encanamentos numa extensão de 10.527m,15 e substituidos numa extensão de 3.174m,90.

Com excellente resultado, proseguiu-se na inspecção das caixas d'agua e installações domiciliarias, afim de serem evitados os desperdicios d'agua.

Devido á obrigatoriedade do emprego de depositos com capacidade para 1.200 litros, cessaram innumeradas reclamações, oriundas do facto de ser uma grande área da cidade abastecida por distribuição intermittente e da circumstancia de não haver nos predios caixas capazes de accumularem agua nas horas de distribuição.

A Estrada de Ferro Rio do Ouro, de um metro de bitola entre trilhos, tinha em trafego em 31 de dezembro de 1915 a extensão total de 143.350 metros.

Correram com regularidade os serviços de transportes, apesar de interrupção das linhas nas pontes sobre os rios Anna Felicia e Utum, o que

motivou um penoso serviço de baldeação no periodo de 14 de janeiro a 2 de abril.

Em 1915 a receita total desta estrada montou a 267:761\$967, assim distribuida :

| | |
|----------------------------|--------------|
| Renda arrecadada | 177:567\$707 |
| ” a arrecadar | 90:194\$260 |
| | <hr/> |
| | 267:761\$967 |

A renda bruta e a despesa com o custeio da estrada de ferro são assim discriminadas :

| | |
|--------------------------------|--------------|
| Renda bruta | 267:761\$967 |
| Despesa com o custeio. | 456:120\$196 |
| | <hr/> |
| Saldo | 188:358\$229 |

Os serviços de esgotos fecaes desta Capital continuam por força de contracto a cargo da « Rio de Janeiro City Improvements Company, Limited », fiscalizada pela Inspectoria de Esgotos da Capital Federal, denominação que passou a ter a Repartição Fiscal do Governo junto á Companhia « City Improvements », pelo novo regulamento de 28 de abril de 1915.

A extensão da rêde de esgotos no Districto Federal em 31 de dezembro do anno findo era de 541.765 metros e a de ramaes domiciliarios de 2.585.240 metros, verificando-se, respectivamente, em relação ao anno anterior o augmento de 4.330 metros naquelles e de 26.120 nestes.

Foram esgotados durante o anno de 1915, 964 casas novas e 342 casas reconstruidas, perfazendo o total de 1.306 installações novas.

O numero de predios esgotados nesta cidade a 31 de dezembro do anno passado era de 71.152.

Com a transformação do systema mixto em « separador absoluto » começada em janeiro de 1913, já foram esgotadas pelo novo systema 7.586 casas.

Estiveram suspensos os trabalhos de esgotos durante todo anno na área ganha ao mar com as obras do porto, devido á falta de verba para pagamento á companhia.

De conformidade com a disposição expressa no contracto, terminou em 15 de setembro de 1915 o

privilegio da Sociedade Anonyma do Gaz do Rio de Janeiro para o fornecimento de energia electrica para a illuminaçãõ particular.

Por deficiencia das verbas votadas para os dous ultimos exercicios, devido ás condições especiaes do momento, foi suspenso o proseguimento da reforma da illuminaçãõ da cidade iniciada em 1910 e deixaram de ser attendidos numerosos pedidos de illuminaçãõ, muitos dos quaes se referem a ruas em pleno centro da cidade, como as que foram abertas na área do antigo morro do Senado e que estão actualmente em grande parte edificadas, ao do Cães do Porto e muitas outras situadas nos diversos bairros e nos suburbios.

Para prover de illuminaçãõ, sem augmento de despesa, os diversos logradouros publicos ainda privados desse melhoramento, seria conveniente a modificação de certas condições contractuaes que muito contribuem para aggravar os encargos do Thesouro com o serviço de illuminaçãõ, entre as quaes cumpre salientar o preço elevado da energia electrica e, bem assim, a que torna obrigatorio o funcionamento, durante a noite inteira, de todos os combustores e lampadas installadas, mesmo nos jardins publicos que se conservam fechados parte da noite.

O movimento da illuminaçãõ publica, no decurso do anno de 1915, foi bastante diminuto. Na illuminaçãõ a gaz, foram collocados seis combustores novos e supprimidos 31, havendo, portanto, uma diminuição de 25 luzes nas existentes no anno anterior, que eram de 22.105, dando um total de 22.080 luzes de gaz funcionando em 31 de dezembro de 1915. A illuminaçãõ electrica foi augmentada, apenas, de 23 lampadas de arco, ás quaes, addicionadas as 8.789 existentes no anno de 1914, dão um total de 8.812 lampadas de arco para o anno findo. Nas lampadas incandescentes não houve alteraçãõ alguma, continuando a funcionar as 616 já existentes em 1914.

O consumo de gaz para a illuminaçãõ publica foi, no anno transacto, de 8.052.792 metros cubicos,

contra 8.057.925, no anno de 1914, sendo o metro cubico de gaz fornecido pelo preço de 199 réis, metade papel, metade ouro.

O consumo de energia electrica para o mesmo fim foi de 17.160.074 kilowatts-hora ou, apenas, 12.060 kilowatts-hora mais que no anno anterior, vigorando o preço de 150 réis, metade papel, metade ouro, o qual é o minimo previsto pelo contracto.

As despesas com a illuminação publica, em 1915, foram de 4.176:516\$600, metade papel, metade ouro, contra 4.177:115\$343, no anno de 1914.

Com a illuminação a gaz despenderam-se 1.602:505\$578, e 2.574:011\$022 com a illuminação electrica.

Quanto á illuminação particular, observou-se no anno de 1915 uma diminuição de 2.054 consumidores de gaz e um accrescimo de 6.201 consumidores de energia electrica, sendo em 31 de dezembro em numero de 21.424 os consumidores de gaz e de 41.693 os de electricidade.

O consumo da illuminação particular foi de 8.215.402 metros cubicos de gaz e 14.346.446 kilowatts-hora de energia electrica.

O gaz consumido para outros misteres, que não a illuminação, elevou-se em 1915 a 8.704.279 metros cubicos, contra 7.577.047 no anno anterior.

Pelos decretos ns. 3.099, de 12 de janeiro e 11.946, de 9 de fevereiro do corrente anno, foram abertos os creditos de 183:557\$719, papel, e 183:557\$719, ouro, 592:308\$702, metade papel, metade ouro, para pagamento á « Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro », por terem sido insufficientes as consignações votadas para os exercicios de 1914 e 1915.

AGRICULTURA

Não ha duvida que uma boa organização de ensino agronomico se soluciona de perto com o desenvolvimento progressivo das fontes productivas de um paiz, a primeira agindo como causa, o segundo succedendo como effeito.

Diversas e numerosas são as causas determinantes da decadencia da industria agro-pecuaria. Na ordem de precedencia, porém, dos factores que concorrem para esse atrazo, accentua-se com frisante relevo a falta de profissionaes competentes dotados dos conhecimentos indispensaveis para bem orientarem e dirigirem uma exploração agricola, por conseguinte, a ausencia da implantação effectiva de methodos adequados ás nossas modalidades mesologicas e exigencias regionaes.

Por esta fórma, á primeira vista, impõe-se a necessidade de remediar a deficiencia de pessoal habilitado e idoneo, proporcionando-se ás classes ruraes que operam a fortuna publica uma instrucção technica, quanto possivel, desenvolvida e aperfeiçoada.

Estas e outras considerações levaram o Governo a usar da attribuição contida na lei orçamentaria vigente, reconstituindo sobre bases novas e sem augmento de despesa o ensino agricola e veterinario, creado na Republica pelo decreto n. 8.319, de 20 de outubro de 1910. Assim, foram transferidas para a Escola de Agricultura annexa ao Posto Zootecnico de Pinheiro as sédes da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria, outr'ora instalada no proprio nacional sito nesta Capital á rua General Canabarro, e da Escola Média ou Theorico-Pratica de Agricultura da Bahia, fundindo-se em um só os tres alludidos estabelecimentos de ensino, com a denominação de Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinaria.

Além do intuito de melhor conceituar a qualidade e os fins do Ensino Superior Agronomico, unico em condições de poder ministrar os elementos profissionaes necessarios á instituição e direcção das demais ordens de ensino agricola especial ou pratico, a remodelação levada a effeito obedeceu ao criterio de uma coordenação scientifica didactica mais apropriada das materias que constituem os programmas anteriores, substituindo-se quanto possivel a parte theorica pela experimental e positiva.

Traçado em linhas geraes o criterio a seguir no que concerne ao fomento da producção animal nos estabelecimentos zootechnicos federaes, e dada a influencia que estes vão tendo no desenvolvimento da industria do gado no paiz, o Governo sente a necessidade de crear outras fazendas-modelo, além das existentes, para isso escolhendo zonas adequadas.

A industria de lacticinios e a exportação de carnes congeladas, constituindo as duas questões mais em fóco no momento, pela crescente procura, nos mercados estrangeiros, dos nossos productos de origem animal, estão sendo cuidadas com especial solitudine.

Quanto á primeira, o Governo acaba de adoptar o regulamento que dá execução á lei sobre a fabricação e defesa commercial da manteiga; com referencia á segunda, tornando-se imprescindivel o melhoramento do gado indigena por meio de cruzamento com as raças aperfeiçoadas estrangeiras, conseguiu o Governo, do anno passado a esta parte, não obstante as difficuldades suscitadas pela actual guerra européa, obter cerca de 200 bovinos reproductores, esperando ainda, dentro do actual exercicio, effectuar novas acquisições.

Esse gado está sendo destinado, em parte, a reforçar ou renovar os plantéis do Posto Zootechnico de Pinheiro e da Fazenda-Modelo de Santa Monica e a dotar as demais dependencias pastoris do Ministerio da Agricultura dos elementos indispensaveis á prosperidade das mesmas.

Os dous estabelecimentos acima, ambos situados no Estado do Rio de Janeiro, vão offerecendo resultados compensadores do esforço envidado para a sua plena effiçencia. Provenientes tanto do Posto Zootechnico de Pinheiro como da Fazenda Modelo de Santa Monica, foram vendidos, o anno passado, em hasta publica, 80 animaes pertencentes a raças diversas, todos nascidos no Paiz.

A renda do Posto Zootechnico de Pinheiro, que em 1913 havia sido apenas de 31:669\$360, baixando em 1914 a 22:691\$510, elevou-se a 40:154\$550 em

1915. Por sua vez, a despesa com a compra de forragens tambem diminuiu, passando de 28:970\$220, em 1914, a 19:916\$220, em 1915.

O Posto Zootechnico de Lages, ainda destituído de animacs de estirpe nobre destinados á padreação, ficará dentro em breve aparelhado de modo a poder ampliar a criação de reproductores puros na zona a que serve. Neste estabelecimento fizeram-se com successo, durante o anno passado, experiencias sobre culturas de plantas forrageiras exoticas, considerando-se resolvida por taes ensaios a questão da alimentação hibernal do gado.

A Fazenda-Modelo de Uberaba, especialmente escolhida para a selecção do typo nacional caracú, bem como o Posto de Ribeirão Preto e a Fazenda-Modelo de Ponta Grossa brevemente estarão em condições de accusar exito igualmente satisfactorio.

Estão sendo iniciados os serviços de installação das fazendas-modelo recentemente creadas em Pernambuco e ilha de Marajó, no Pará, as quaes, por todo o exercicio corrente, deverão começar a funcionar, trazendo dest'arte o concurso que o Governo espera das mesmas para o desenvolvimento systematico da criação nacional nas extensas regiões do norte do Paiz.

São incontestaveis a valia e utilidade dos serviços que continúa prestando a Secção de Veterinaria do Serviço de Industria Pastoril. Nos laboratorios dessa repartição foram realizadas pesquisas sobre a raiva, a peste de coçar, o carbunculo verdadeiro, a tristeza do gado bovino, a pastereulose aviaria, a febre aphotosa, a peste dos porcos, etc., sendo, de par com as investigações scientificas, elaborados productos biologicos para a vaccinação contra a raiva, o carbunculo bacteridiano e bactediano, a pastereulose bovina, o hog-cholera e outras molestias de caracter infeccioso.

Dentre os elementos de defesa contra as molestias infectuosas cumpre destacar os banheiros

carrapaticidas, que se vão multiplicando nas zonas de criação do Paiz, graças á propria efficacia que lhes serve de propaganda.

O serviço de vacinação foi igualmente intensivo, sendo distribuidas pelos varios Estados 686.820 doses de vaccina contra a peste da manqueira e 101.128 doses de serum contra o carbunculo verdadeiro.

Resente-se ainda o Serviço de Industria Pastoral da falta de um codigo relativo á acção publica de vigilancia e assistencia veterinaria, máo grado os compromissos que, no sentido de adoptal-o, tem a União assumido no exterior, em diferentes Congressos de Veterinaria.

As consequencias da luta mundial que tão duramente têm actuado sobre as nações neutraes fizeram com que, o anno passado, a corrente immigratoria soffresse uma diminuição ainda mais sensivel que em 1914. Entraram apenas, segundo os dados computados, 32.206 immigrants contra 82.573 em 1914 e 192.683 no anno transacto.

Sobrevindo a crise actual que pesa sobre o Paiz, oriunda de causas diversas, viu-se o Governo a braços com a solução de um problema delicado e de character urgente, qual fosse o de amparar e socorrer grande numero de operarios que, sem trabalho, sem pão e sem tecto, vagueavam, em massas, pelas ruas desta Capital. A solução que o momento comportava e foi tomada concretizou-se em fazel-os acolher á Hospedaria de Immigrantes, durante a noite e encaminhal-os quer para os nucleos coloniaes, quer para a lavoura particular.

Iguaes providencias foram tomadas em relação aos sertanejos do Contestado e aos emigrados do Nordeste Brasileiro assolado pelo flagello da secca, de tal modo que de 16 de julho a 31 de novembro do anno passado foram recebidas neste porto 19 levas de retirantes, em numero de 4.661 pessoas. Destas levas foram endereçadas á lavoura particular e a

nucleos coloniaes 685 familias, constituidas por 3.833 pessoas, além de 558 avulsos, ou seja o total de 4.391 pessoas.

Até agora fundaram-se em varios Estados 20 nucleos de colonização, dos quaes sete já se achavam emancipados a 31 de dezembro ultimo. Em janeiro do corrente anno foi emancipado mais o Nucleo Colonial João Pinheiro. A acção do Governo Federal tem consistido tambem em secundar tentativas de igual natureza nos Estados do Rio Grande do Sul e de Minas Geraes.

Até fins de 1915 a população recenseada nesses nucleos era de 32.623 pessoas, sendo 16.980 do sexo masculino e 15.643 do sexo feminino.

Os lotes ruraes pagos, em numero de 749, produziram a importancia de 346:823\$752 e os urbanos, em iguaes condições, em numero de 634, produziram a de 33:534\$391, subindo, pois, a 380:358\$143 o pagamento total realizado pelos colonos.

Até 31 de dezembro de 1914 o importe de taes pagamentos orçou por 278:380\$851, o que equivale dizer que durante o anno passado foram recolhidos aos cofres federaes 101:977\$292, representando a média mensal de 8:498\$108.

Os trabalhos technicos sob a responsabilidade da Directoria de Meteorologia e Astronomia nada deixaram a desejar.

Em virtude de se não ter effectuado ainda a remoção do Observatorio Nacional para local mais amplo, onde com mais segurança e propriedade possam ser feitas investigações sobre a astronomia pura, o pessoal scientifico continúa sendo aproveitado na determinação de posições geographicas e de elementos magneticos.

Deste modo, diversas posições geographicas foram determinadas nos Estados do Sul e, principalmente, em varias localidades do Estado do Rio de Janeiro, afim de servirem, as ultimas, de ponto de apoio ao levantamento da carta desse Estado.

Encontram-se funcionando 209 estações meteorológicas, sendo 113 pertencentes á rêde federal e 82 ás rêdes subvencionadas dos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Geraes e S. Paulo.

O Museu Nacional foi reorganizado pelo decreto n. 11.896, de 24 de janeiro ultimo. Melhor regularizados, activados e simplificados os assumptos scientificos a seu cargo, providencias se têm feito sentir tanto para estender e remodelar os laboratorios locais, como para augmentar o numero de mostruarios das differentes secções.

O horto botanico, que é, por assim dizer, a parte viva da Secção de Botanica, vae sendo do mesmo modo systematicamente desenvolvido e abrangerá o « arboretum » votado á phytogeographia do Brasil.

A Congregação, por diversas vezes, resolveu se fizessem excursões de reconhecida vantagem, nos termos do regulamento, tendo-se realizado algumas com grande presteza e proveito inclutavel, como succedeu com as que tiveram por objecto o estudo do bezouro da canna de assucar em Pernambuco e com as pesquisas da praga dos arrozaes em Gonçalves Ferreira, no Estado de Minas Geraes.

Voltou novamente ao Museu a collecção de animaes vivos, estando já adiantada a restauração da collectanea de plantas vivas para os estudos de physiologia vegetal.

Com o regulamento approvedo pelo decreto n. 11.998, de 22 de março do corrente anno, o Serviço de Agricultura Pratica acha-se integrado em suas funcções essenciaes e precisas, revestidas tanto a sua direcção technica como a sua direcção administrativa das utilidades praticas affectas ás suas condições.

Essa reforma obedeceu a um systema integral e coordenador, instituindo-se estações geraes de experimentação com os campos de demonstração ás mesmas subordinados, radicalmente refundido o

ensino ambulante a cargo dos inspectores, chefes de culturas e instructores agricolas.

O novo plano de serviço crêa ao lado de cada lavoura particular, a cargo do ensino ambulante, pequenos campos de ensaios com o evidente intuito de que venham a constituir outras tantas escolas praticas de agricultura, pelo conhecimento directo de factos certos e verificados, accessiveis ás classes lavradoras menos instruidas, contribuindo assim para vulgarizar os methodos racionaes de cultura, como para demonstrar, pelos successos conseguidos, as vantagens economicas que os novos sýstemas possam sempre offerecer quando applicados em maior escala.

Nos campos de demonstração e em propriedades agricolas existentes em diversos Estados foram lavradas terras, em uma área de 1.449.952 metros quadrados, segundo as instrucções dos aradores do ministerio.

Foram distribuidas aos agricultores, a titulo gratuito, no anno findo, 81.202.613 grammas, ou sejam mais de 81 toneladas, de sementes diversas, principalmente de cereaes, gramineas forrageiras, algodão etc., e 13.680 mudas de arvores fructiferas, não menores de 85 centimetros; nas vizinhanças dos campos 32.251 mudas de plantas horticolas e outras de facil transporte.

Do mesmo modo se distribuiram 7.730 kilos de adubos chimicos.

Foram applicados insecticidas e fungicidas, no total de 297 kilos, na desinfecção das plantas das propriedades agricolas e consumidos 2.300 kilos no ataque á formiga saúva.

No Jardim Botanico a acção do tempo se ha feito sentir de modo a tornar necessarios e urgentes trabalhos de conservação infelizmente difficultados pela deficiencia de pessoal apto para auxiliar os serviços de jardinagem.

Por igual, está exigindo melhor regulamen-tação o serviço de expedição de plantas e sementes.

O herbario precisa ser desenvolvido, segundo as exigencias progressivas dos trabalhos, em harmonia com os fins de um jardim botânico. Relewa dizer que essa área por elle occupada não comprehende sequer a decima parte das plantas da flora nacional.

A litteratura botânica está a reclamar também uma solicitude mais attenta.

Proseguiram os serviços para a pacificação dos indios, bem como para a localização dos trabalhadores nacionaes, de accôrdo com os recursos que o estado financeiro permittiu applicar a esse elemento da defesa do trabalho organizado do interior do Paiz.

As inspectorias do Serviço foram reduzidas de dez para seis; os postos de attracção passaram a ser apenas dous em cada inspectoria, permanecendo em fundação as tres povoações indigenas distribuidas pelos Estados de S. Paulo, Paraná e Matto Grosso.

Tambem foi reduzido ao minimo possivel o pessoal não só na directoria como nos Estados.

Mesmo com essa organização foram mantidas em relações pacificas e encaminhadas para a lavoura as tribus guerreiras que os trabalhos anteriores do Serviço conduziram a cessar as hostilidades com as populações agricolas convizinhas.

A industria sericicola, ainda incipiente entre nós, é digna de incessante animação, que se deve caracterizar desde logo por facilitar-se a aquisição de casulos nacionaes por parte das fabricas de tecidos de seda.

Exceptuada a Colonia Rodrigo Silva, não existem fabricas de tecidos de seda dispondo de machinas para a fiação de casulos, de sorte que, dada a insufficiencia de casulos nacionaes, se vêem ellas na contingencia de importar a materia prima em fio bruto.

Uma vez existindo abundancia de casulos, taes fabricas deixarão de importar a materia prima do estrangeiro, fazendo em vez disso a aquisição de machinas necessarias á fiação dos casulos aqui produzidos.

Essa providencia deve ser completada com a propaganda mais intensa acerca da criação do bicho da seda e consequente desenvolvimento do plantio da amoreira.

Duas necessidades urgentes, tornadas quasi angustiosas no momento pela carestia dos transportes internacionaes, têm occupado a attenção e as energias do Serviço Geologico e Mineralogico: as jazidas de carvão e as de minerio de ferro.

Quanto ás jazidas de ferro, occupou-se o Serviço principalmente das de Minas Geraes, que são as de maior valor.

Entre as de carvão, em plena lavra estão sómente as jazidas do Rio Grande do Sul.

Já eram conhecidas as características do carvão do Rio Grande e de Santa Catharina, bem como os melhores processos para sua purificação e aproveitamento ; assim:

Quebrado, lavado e agglomerado em tijolos, esse carvão se presta muito bem ás fornalhas das caldeiras maritimas (navegação);

O carvão de segunda qualidade, obtido nas lavagens, mettido em gazogeneos, fornece combustivel gazoso de muito bom rendimento nos motores de explosão, e ainda melhor rendimento dará nesta ultima applicação o proprio carvão bruto, como sae da mina (geração e transporte da energia electrica);

Segundo se sabe agora, por experiencias devidas a esforços da administração da Estrada de Ferro Central do Brasil, o carvão bruto, pulverizado e insufflado na fornalha das locomotivas, produz muito bons resultados como gerador de calor (viação ferrea).

Temos, pois, um material que se vae acreditando para preencher as necessidades mais urgentes. Resta só que se comece a extracção em larga escala, para servir, pelo menos, ás mais imperiosas applicações.

O problema, comtudo, não é tão facil, porque as camadas finas limitam grandemente a producção.

Os que têm ido vêr e estudar as jazidas de carvão no Sul, em geral, têm chegado ao calculo de uma extracção diaria maxima de 300 a 400 toneladas por fossa (dous poços gemeos) ou por uma galeria quando os trabalhos subterraneos attingam certo desenvolvimento. Não se deve nos primeiros tempos contar com extracção superior a essa.

As novas occurrencias, principalmente as que podem dar a chave da estructura da zona carvoeira, como as de Torres e as do valle do Paranapanema, estão sendo objecto de estudos, dos quaes foram incumbidos um geologo e um ajudante.

Sobre o mesmo assumpto e da mais alta monta são os estudos das bacias carboníferas do Amazonas, de cujas qualidades e possança ha esperanças muito maiores.

Quanto, porém, ao transporte desse carvão para os differentes pontos da costa do Paiz, não é elle mais difficil do que o que procede do grande centro productor europeu. Demais, o carvão barato ha de forçosamente baratear o transporte, salvo grandes anormalidades. O Governo liga ao assumpto o maior interesse.

Acêrca das jazidas de minerio de ferro de Minas Geraes possui o Serviço boa cópia de dados, accumulados ha mais de oito annos e que têm aliás sido aproveitados por particulares e empresas, que adquiriram jazidas com o principal intuito de exportar o minerio.

Da producção inicial das minas de carvão resalta a importancia das quédas d'agua para fornecer a energia completamente indispensavel aos diversos misteres da industria. O estudo desse elemento de riqueza, como o de todas as aguas que sirvam á irrigação, á navegação e a todos os destinos de geral necessidade, é outro objecto que incumbe ao Serviço Geologico, o qual já tem em adiantada elaboracção um mappa geral das forças hydraulicas do Paiz inteiro.

Durante o anno proximo findo funcionaram com regularidade as escolas de aprendizes artifices

mantidas pela União nos diversos Estados da República, com excepção da do Rio Grande do Sul, onde se julgou mais conveniente subvencionar o Instituto Technico-Profissional de Porto Alegre, estabelecimento esse que se acha perfeitamente aparelhado com as ferramentas e machinas necessarias aos officios alli ensinados, dispondo, além disso, de um corpo docente competente, do qual fazem parte especialistas contractados na Europa e nos Estados Unidos.

As escolas de aprendizes artifices, em sua maioria, ainda não se acham convenientemente installadas, devido isto principalmente a não reunirem os respectivos predios as condições precisas para institutos dessa natureza ; e si, por um lado, os Estados não têm attendido ao appello que neste sentido lhes fez o Governo Federal, nos termos do art. 1º, paragrapho unico, do decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909, por outro lado não é possível a este providenciar immediatamente, dada a nossa actual situação financeira, para a construcção de edificios apropriados a tal fim.

A matricula das escolas de aprendizes artifices em 1915 attingiu ao numero 3.127 de alumnos, distribuidos pelos seguintes Estados : Amazonas, 52 ; Pará, 168 ; Maranhão, 301 ; Piauhy, 163 ; Ceará, 260 ; Rio Grande do Norte, 103 ; Parahyba, 200 ; Pernambuco, 153 ; Alagôas, 325 ; Sergipe, 164 ; Bahia, 96 ; Espirito Santo, 105 ; Rio de Janeiro, 224 ; S. Paulo, 125 ; Paraná, 309 ; Santa Catharina, 129 ; Minas Geraes, 86 ; Goyaz, 59, e Matto Grosso, 105.

A renda produzida pelas officinas dessas escolas importou em 58:005\$765.

Seria de toda a conveniencia que habilitado fosse o Governo com os necessarios recursos para manter durante algum tempo em officinas europeas ou norte-americanas alguns dos alumnos que revelarem maior aptidão e aproveitamento na aprendizagem escolar. Desta maneira, poderemos, dentro em pouco, ter pessoal habilitado para bem desem-

penhar os cargos de mestres e contra-mestres de nossas officinas.

Accentuado desenvolvimento tem tido o serviço de patentes de invenção, a cargo da Directoria Geral de Industria e Commercio da respectiva Secretaria de Estado.

Não obstante a conflagração européa, que não podia deixar de influir para o decrescimento deste serviço, visto como muitos pedidos de privilegio procedem de inventores domiciliados em nações que se acham em estado de guerra, foram no anno proximo findo expedidas 508 patentes, sete certidões de melhoramentos e 90 titulos de garantia provisoria.

A renda produzida por todo o serviço attingiu nesse periodo a 141:822\$310, importancia que accusa, todavia, um augmento, embora pequeno, sobre a da renda do anno anterior.

Ultimamente têm surgido reclamações por parte de pessoas que se consideram prejudicadas com a expedição de patentes relativas a algumas invenções. Nem sempre, entretanto, tem sido possivel attender a taes reclamações, visto não o permittir a actual lei reguladora do assumpto.

Reconhecida, desse modo, a necessidade de se modificar essa legislação, no intuito de melhor assegurar não só os direitos do inventor como os dos demais interessados, foi pelo Ministerio da Agricultura encaminhado á Commissão de Agricultura da Camara dos Deputados um projecto para servir de base á nova lei de patentes.

Espero que não deixará de ser tomado em consideração ainda este anno o referido projecto, convertendo-se-o em lei, feitas as modificações que forem julgadas acertadas.

Não sendo possivel dar actualmente ao serviço de propaganda do Brasil na Europa o desenvolvimento que devera ter, em vista das condições em que se acha aquelle continente, e attendendo ainda á conveniencia de uma severa redução na despesa

publica, resolveu o Congresso Nacional consignar apenas a importancia de 97:800\$, ouro, para occorrer ás necessidades do serviço.

Não se podendo manter com essa limitada dotação os dous escriptorios estabelecidos em Paris e Genebra, resolveu o Governo supprimir este ultimo, por lhe parecer de mais vantagem a conservação do primeiro, onde, ainda assim, foram feitas sensiveis reducções não só quanto ao pessoal como em relação ao material.

Os objectos que faziam parte do mostruario do escriptorio de Genebra foram offerecidos aos museus daquella cidade, com a condição de serem expostos com a indicação de sua procedencia.

Continúa em progressão sempre crescente o movimento do Serviço de Informações. A reforma por que passou, em 1915, conferiu-lhe tambem a incumbencia da organização e distribuição de boletins semanaes de cotações commerciaes nas principaes praças da Republica, tendo sido tal serviço ampliado posteriormente com as do mercado do Rio, que competiam á Junta dos Corretores.

A instabilidade da regulamentação dos serviços a cargo da Directoria Geral de Estatistica tem perturbado bastante o seu regular funcionamento. Evitar ou remediar o inconveniente que tem impedido o progresso da estatistica no Brasil é, sem duvida, o meio mais pratico de melhorar esse ramo do serviço publico.

Para conseguir esse resultado, torna-se indispensavel, porém, dar definitivamente á Directoria Geral de Estatistica uma organização especial e estavel, além da necessaria autonomia na direcção dos respectivos trabalhos.

Durante o anno de 1915 completou a Repartição de Estatistica um minucioso inquerito sobre a instrução publica, civil e militar, em todos os municipios do Brasil, contendo informações sobre o ensino primario, secundario, profissiona e superior.

Além desta publicação, estão prestes a ser distribuídos dous volumes do 1º annuario estatístico, nos quaes, methodicamente organizados, se encontram indagações varias sobre diversos assumptos referentes ao territorio, á população e ao movimento economico e social de todos os Estadós.

Realizou-se de 30 de janeiro a 7 de fevereiro do corrente anno, no jardim da Praça da Republica, a primeira exposição-feira de fructas, organizada pela Commissão Permanente de Exposições, creada pela lei n. 2.584, de 4 de janeiro de 1912, presidida pelo Ministro da Agricultura, Industria e Commercio e composta do representante do Prefeito do Districto Federal, dos presidentes da Sociedade Nacional de Agricultura e do Centro Industrial do Brasil e do director do Museu Commercial do Rio de Janeiro, secretario geral.

Embora não tivesse a Commissão Permanente de Exposições disposto de verba alguma para organizar o certamen, logrou ella realizal-o com os melhores resultados, sem que se verificasse «deficit», antes verificando-se saldo. Numerosos foram os expositores que concorreram ao certamen apresentando bellos specimens de fructas, julgadas e premiadas pelo Jury de Recompensas. O publico mostrou real interesse pelo certamen, tendo sido registrada a entrada de 8.554 pessoas.

Em vista do exito da primeira exposição-feira organizada pela Commissão Permanente de Exposições e attendendo ás grandes vantagens que de semelhantes certamens resultam para a extensão e o aperfeiçoamento da lavoura, para o incremento do commercio e barateamento dos productos agricolas, resolvi mandar cunhar as medalhas de premios conferidos pelo Jury de Recompensas.

Proseguindo na execução do seu plano de exposições-feiras, a Commissão Permanente de Exposições trata de organizar em julho proximo exposições-feiras de horticultura e fructicultura e ainda no correr do presente anno uma exposição feira de gado.

FAZENDA

Os documentos já apresentados ao vosso estudo demonstravam a existencia de compromissos anteriores a 1 de janeiro de 1915 no valor de, ouro, 36.358:585\$866, papel, 311.285:562\$637.

Até 31 de março do corrente anno, foram pagas contas até o valor de, ouro, 30.136:363\$644 e papel, 155.096:337\$437, sendo que os pagamentos foram effectuados do seguinte modo :

Compromissos-ouro :

| | |
|------------------------------------|-----------------|
| Em letras-ouro | 24.817:199\$200 |
| » titulos do « Funding » | 4.444:444\$444 |
| » dinheiro | 874:720\$000 |
| | <hr/> |
| | 30.136:363\$644 |

Compromissos-papel :

| | |
|---|------------------|
| Em letras-papel (além da importancia de 58.551:300\$ emittida para pagamento de compromissos não computados na avaliação de que se trata). | 111.866:800\$000 |
| » letras-ouro, por se tratar de dividas nesta especie, indevidamente avaliadas em papel, no valor de... 11.523:016\$720, ouro, correspondendo em papel, ao cambio de 16 d., a | 19.445:141\$240 |
| » apolices | 9.331:895\$000 |
| » dinheiro | 14.452:501\$097 |
| | <hr/> |
| | 155.096:337\$437 |

De 1 a 26 de abril ultimo pagaram-se mais 8.585:174\$100, papel, sendo: 4.278:985\$ em apolices e 4.306:189\$109 em dinheiro.

Das letras-ouro, parte foi consolidada em apolices-papel, á solicitação dos interessados, calculado o valor da divida-ouro em papel ao cambio do dia, e entregue a importancia correspondente em apolices-papel de 5 %, ao typo de 92 %. Essa operação, apenas iniciada, elevou-se á quantia de, ouro, 144:000\$, até 31 de março ultimo.

Das letras-papel foi resgatada a somma de 119.214:500\$, restando em circulação a quantia de 51.203:600\$000.

Nos termos da lei de 28 de agosto ultimo, foram consolidadas letras-papel em apolices de 5 %, emittidas a 85 %, na somma de 12.741:100\$000.

De 1 a 26 de abril do corrente anno, essas sommas foram alteradas, tendo-se consolidado mais as seguintes importancias: 752:900\$ de letras-ouro e 1.117:400\$ de letras-papel.

O valor em circulaçãõ destas ultimas é, portanto, nesta data, de 50.086:200\$000.

Dos compromissos do Thesouro anteriores a 1915 restavam, pois, por pagar, em 31 de março ultimo :

| | |
|----------------|------------------|
| Ouro. | 6.222:222\$222 |
| Papel. | 156.189:225\$200 |

Convem notar que nesta ultima importancia se acham incluidas as seguintes parcelas :

| | Papel |
|--|-------------------------|
| Dividas do Thesouro para com outras repartições, que serão liquidadas por jogos de contas. | 30.000:000\$000 |
| Divida do Thesouro á Caixa de Conversão (a prazo de cinco annos). | 19.200:000\$000 |
| Contas já processadas e ainda não pagas. | 21.494:375\$555 |
| Margem de previsão, para supprir quaesquer omissões | 20.000:000\$000 |
| Pagamentos de trabalhos da Barra do Rio Grande do Sul, ainda não liquidados | 40 500:000\$000 |
| | <u>131.194:375\$555</u> |

A effectividade desses pagamentos depende, quanto a uns, da vontade dos credores, que ainda não vieram receber o valor de seus creditos ; quanto a outros do andamento normal dos processos, que, por mais actividade que se lhes tenha procurado imprimir, ainda não puderam ser concluidos.

Os creditos, de natureza varia, votados para esse fim, elevaram-se a :

| | |
|-----------------|------------------|
| Ouro. | 149:964\$210 |
| Papel | 111.154:696\$433 |

e sua utilização tem sido a que consta do seguinte resumo :

| NUMERO E DATA DO DECRETO | MINISTERIOS | NATUREZA DO CREDITO | IMPORTANCIA | DIVIDIAS PROCRSADAS | VALDO EXISTENTES |
|--|--|---|--|--|------------------------|
| Decreto n. 11.873, de 13 de janeiro de 1916, Lei n. 2.021, de 5 de janeiro de 1915, | Fazenda | Dividas relacionadas Exercicios findos (credito orgam- tario) | ouro 49:0349310 100:0000000 140:0019910 | ouro 49:0349310 100:0000000 140:0019910 | |
| Decreto n. 11.402, de 30 de dezembro de 1914, | Viação | Central, Odeio e Cruz Alta | Papel 51.000:0000000 | Papel 40.041:1700004 | Papel 1.055:5209335 |
| » 11.591, de 28 de abril de 1915, | Guerra | Contestado | 1.530:0000000 | 1.408:3200005 | 1:1790705 |
| » 11.593, de 2 de junho de 1915, | » | Despesas de contrato | 6.500:0000000 | 1.808:4180101 | 5.897:5849935 |
| » 11.707, de 23 de novembro de 1915, | Fazenda | Exercicios findos | 16.653:6770508 | 16.406:2100009 | 217:4370199 |
| » 11.835, de 22 de dezembro de 1915, | Guerra | Pracas do prot | 4.085:6310732 | 4.085:6310732 | |
| » 11.873, de 12 de janeiro de 1916, | Fazenda | Dividas relacionadas | 4.853:7150019 | 4.853:7150019 | |
| » 11.919, de 26 de janeiro de 1916, | Viação | Prorrogamento da Central | 21.031:6720151 | 10.422:3119035 | 13.050:3600189 |
| Lei n. 2.021, de 5 de janeiro de 1915, | Fazenda—Exercicios findos (credito organmtario) | » | 110.151:0930433 4.000:0000000 | 80.019:0160515 4.000:0000000 | 21.141:6799335 |
| | | | 111.151:0930433 | 90.019:0160515 | 21.141:6799335 |

Para attender a essa liquidação, aos compromissos do exercicio de 1915 e a obrigações contractuaes e outras decorrentes de decisões do Poder Judiciario, foram creados até 31 de março proximo os seguintes recursos:

| | EMITIDAS | RESGATADAS | EM CIRCULAÇÃO |
|---|------------------------|------------------|------------------------|
| LETRAS-OURO: | | | |
| Na Thesouraria | | | |
| Geral . . . | 8.621:934\$808 | | 8.621:934\$808 |
| Em Londres: | | | |
| £ 3.111.310. | 27.718:311\$111 | | 27.718:311\$111 |
| | <u>36.340:245\$919</u> | <u>.</u> | <u>36.340:245\$919</u> |
| LETRAS-PAPEL: | 170.418:100\$000 | 119.214:500\$000 | 51.203:600\$000 |
| APOLICES: | | | |
| Para substituição de emissão de letras-papel. | | | 15.419:600\$000 |
| » construção de estradas de ferro | | | 15.599:000\$000 |
| » saneamento da Baixada Fluminense. | | | 2.426:000\$000 |
| » pagamento de sentença judiciais | | | 681:000\$000 |
| » " " compromissos anteriores a 1915 | | | 10.983:900\$000 |
| » substituição do papel-moeda | | | 165.000:000\$000 |
| » pagamento de dividas do Lloyd Brasileiro | | | 691:000\$000 |
| » " " despesas de diversos ministerios. | | | 17.742:000\$000 |
| EMISSÃO DE PAPEL-MOEDA: | | | |
| Em 1914 | | | 232.500:000\$000 |
| » 1915 | | | 160.000:000\$000 |
| » 1916 (janeiro a março) | | | 33.500:000\$000 |

Com o decorrer do tempo, as graves perturbações, originadas da impontualidade na solução dos compromissos, foram-se attenuando e amortecendo.

Como prova, basta salientar as mudanças operadas nas taxas de desconto e na cotação dos fundos publicos.

Tomados os extremos, evoluíram na praça do Rio de Janeiro pela fórmula seguinte as taxas de desconto:

| | Maximo | Minimo |
|---|--------|--------|
| De novembro de 1914 a setembro de 1915. | 11 % | 8 % |
| » outubro de 1915 a janeiro de 1916 | 11 % | 7 % |
| » fevereiro de 1916 a março de 1916 | 10 % | 6 ½ % |

Quanto á segunda, tomaremos como elementos de comparação os mezes de agosto de 1915 e abril de 1916.

Cotações de títulos brasileiros em Londres

| | AGOSTO 1915 | | ABRIL 1916 ATÉ O DIA 24 | |
|--|-------------|--------|-------------------------|--------|
| | Minimo | Maximo | Minimo | Maximo |
| Apólices federaes: | | | | |
| 1839 — 4 % | 44 | 45 | 45 1/4 | 47 |
| 1835 — 5 % | 56 | 61 | 58 1/2 | 59 3/4 |
| «Funding» — 5 % | 95 | 98 | 87 1/2 | 88 1/2 |
| » 1914 | 68 3/4 | 69 1/2 | 71 1/4 | 75 7/8 |
| 1903 — 5 % | 83 | 88 | 78 | 78 3/4 |
| Conversão — 4 %, 1910 | 41 1/2 | 42 1/2 | 44 1/2 | 45 |
| 1908 — 5 % | 55 1/2 | 59 | 59 1/4 | 60 |
| S. Paulo — 1838 | 88 | 88 1/2 | 81 | 87 |
| » » 1899 | 89 | 89 | | |
| » » 1904 | 88 1/2 | 88 1/2 | 97 | 98 1/2 |
| » » 1913 — 5 % | 89 | 90 3/4 | | |
| Bello Horizonte | 89 | 90 3/4 | | 31 1/2 |
| Leopoldina Railway Co. | 33 | 33 | 31 | 180 |
| S. Paulo Railway Co. | 156 | 163 | 179 | 56 3/4 |
| Brazilian Traction L. and Power Co | 45 1/2 | 50 | 53 | 8 1/2 |
| Brasil Railway Co. | 4 1/2 | 6 | 8 | |
| Dumont Coffee Co | 8 1/8 | 8 1/4 | 7 3/4 | 8 |

Com relação aos títulos internos, a demonstração abaixo aponta as suas cotações máximas e mínimas nos meses de agosto de 1915 e março de 1916. Por ella se vê que a mesma apolice que chegou a descer a 691\$, em agosto do anno passado, attingiu, em março do corrente anno, á cotação máxima de 775\$, sendo que a cotação mínima no dito mez foi apenas de 750\$000.

| APOLICES | AGOSTO DE 1915 | | MARÇO DE 1916 | |
|---|----------------|----------|---------------|----------|
| | Maxima | Minima | Maxima | Minima |
| Geraes de 5 %, miudas. | \$16\$000 | 763\$000 | 803\$000 | 780\$000 |
| » » 1:000\$000, 5 % | 907\$000 | 711\$000 | 800\$000 | 784\$000 |
| » » 5 % (títulos provisórios) | 800\$000 | 691\$000 | 775\$000 | 750\$000 |
| Empréstimo Nacional de 1913, port. | 880\$000 | 875\$000 | 875\$000 | 860\$000 |
| » » » 1909, nom. | 782\$000 | 706\$000 | 770\$000 | 745\$000 |
| » » » 1911, » | 776\$000 | 697\$000 | 755\$000 | 740\$000 |
| Sentenças Judiciarias, 1:000\$, 5 %, nom. | — | — | 750\$000 | |
| Empréstimo Nacional de 1915, miudas, nom. | — | — | 725\$000 | 710\$000 |
| » » » 1:000\$, 5 %, nom. | — | — | 755\$000 | 735\$000 |

A esses symptomas cumpre accrescentar outro, revelador do estado da pequena economia nacional.

No Rio de Janeiro, a Caixa Economica apresentou o seguinte movimento :

| | Entradas | Sahidas | Saldo | < Deficit > |
|---------------------|-----------------|-----------------|----------------|-----------------|
| 1913 | 25.933:803\$507 | 41.272:743\$989 | — | 15.338:445\$132 |
| 1914 | 14.357:787\$757 | 21.169:501\$006 | — | 6.811:803\$249 |
| 1915 | 19.765:630\$293 | 19.789:829\$632 | — | 4:199\$331 |
| 1916 (tres mezes). | 7.080:175\$782 | 5.311:742\$355 | 1.768:433\$127 | |

Na impossibilidade de dar algarismos relativos ao nosso commercio interno, ahi vão resumidos os que se referem ao nosso intercambio com as demais nações.

O commercio exterior do Brasil, em 1915, apresenta, em confronto com o dos annos anteriores, os seguintes algarismos:

Quanto ao seu volume:

| | EM MIL TONELADAS | | | |
|--------------------------------|------------------|---------|---------|---------|
| | 1912 | 1913 | 1914 | 1915 |
| Exportação | 1.301 | 1.367 | 1.299 | 1.780 |
| Importação | 5.207 | 5.863 | 3.476 | 2.799 |
| Total | 6.508 | 7.230 | 4.775 | 4.579 |
| + ou — na exportação | — 3.906 | — 4.496 | — 2.177 | — 1.109 |

Quanto ao seu valor em moeda-papel:

| | EM CONTOS DE RÉIS | | | |
|--------------------------------|-------------------|-----------|-----------|-----------|
| | 1912 | 1913 | 1914 | 1915 |
| Exportação | 1.119.737 | 972.731 | 750.980 | 1.022.634 |
| Importação | 951.369 | 1.007.495 | 561.853 | 582.996 |
| Total | 2.071.106 | 1.980.226 | 1.312.833 | 1.605.630 |
| + ou — na exportação | + 168.368 | — 35.764 | + 189.127 | + 439.638 |

Quanto ao seu equivalente em moeda-ouro

| | EM MIL £ | | | |
|--------------------------------|----------|---------|----------|----------|
| | 1912 | 1913 | 1914 | 1915 |
| Exportação | 74.649 | 64.849 | 46.527 | 52.970 |
| Importação | 63.425 | 67.166 | 35.473 | 30.088 |
| Total | 138.074 | 132.015 | 82.000 | 83.058 |
| + ou — na exportação | + 11.224 | — 2.317 | + 11.054 | + 22.882 |

Em conjuncto, nosso commercio exterior accusa, em 1915, um decrescimo de 4% no seu volume e um accrescimo de 22% e 1, 3% no valor papel e no ouro, respectivamente.

Para esse resultado contribuíram diversamente a exportação e a importação, tendo esta decrescido

na quantidade e no valor, ouro, augmentando, no entanto, o seu valor em moeda corrente.

O volume da importação, comparado com o de 1914, foi menor de 19,5% e o seu valor, ouro, de 15%.

O custo das mercadorias teve um augmento médio de 5,4%, o que explica a divergencia das porcentagens da quantidade e do valor. O custo em ouro, a bordo, no Brasil, accusa geralmente uma maior média de augmento, sendo a razão da média, relativamente baixa, 5,4%, no computo geral da importação, o facto desta ter sido, em 1915, composta, quasi que exclusivamente, de artigos de primeira necessidade e de custo inferior á média geral da importação dos annos precedentes. Isso explica o facto de ser o augmento médio relativamente pequeno, quando é notorio que, para mercadorias de valor elevado, o coefficiente do accrescimento teve desenvolvimento muitissimo menor.

Os artigos de preço mais elevado encontram-se na Classe III — Artigos Manufacturados. A importação desses artigos baixou muito em 1915, representando sómente 36% do total da importação, em logar de 50%, média dos annos anteriores.

Para a alta de preços contribuiu principalmente a elevação dos fretes. Sobre 1914 o augmento médio do frete, em 1915, foi de 32%, em moeda ouro, correspondendo esse augmento, em moeda papel, a 60%. Para certas mercadorias, como o carvão, o frete que, nos tempos normaes, representava 100% do seu custo, representa actualmente 400%.

A importação, pelas suas respectivas classes, accusa as seguintes differenças:

| CLASSES | MIL TONELADAS | | | MIL £ | | |
|------------------------------|---------------|-------|-------|--------|--------|--------|
| | 1913 | 1914 | 1915 | 1913 | 1914 | 1915 |
| Animaes vivos . . | 33 | 7 | 2 | 353 | 140 | 43 |
| Materias primas . | 3.167 | 2.170 | 1.600 | 14.063 | 7.357 | 7.931 |
| Manufacturas . . | 1.320 | 535 | 432 | 27.655 | 17.132 | 10.794 |
| Generos alimenticios | 1.042 | 731 | 765 | 15.062 | 10.775 | 11.317 |

Na classe de materias primas, relativamente a 1914, a diminuição, na quantidade, foi de 36% e o augmento no valor de 8%, tendo havido uma elevação de preço, em 1915, equivalente a 44%. Na classe das manufacturas, diminuíram a quantidade e o valor, este em 38% e aquella em 20%. A importação de generos alimenticios augmentou na quantidade e no valor.

Si se comparar a importação de 1915 com a de 1913, por exemplo, as differenças attingem a proporções enormes, principalmente nas classes que representam mercadorias de caracter reproductivo.

Quanto á exportação, os algarismos referentes ás quantidades, em 1915, são os mais altos que já consignaram as nossas estatisticas. E' digno de registo o augmento do volume da nossa exportação na quadra actual, onde tudo é empecilho ao desenvolvimento do nosso commercio, lutando, como lutamos, com deficiencia de meios de transporte marítimo. Na maior parte dos paizes neutros se verifica em 1915, em relação a 1913, anno anterior á guerra, maior exportação, devido tão sómente á valorização de seus productos e não a maior desenvolvimento de sua producção. Para esse augmento, concorreram é certo, as dificuldades do trafego marítimo, em fins de 1914, como consequencia da guerra, sendo os transportes desse periodo do anno transferidos para o seguinte. No Brasil, devido á quédá nas cotações de seus principaes productos, quer em relação a 1914, anno de grande baixa, quer em relação aos annos anteriores, e devido tambem ao augmento de agio do ouro, o valor de nossa exportação, em 1915, supera o de 1914 sómente em 13%, quando a porcentagem de augmento na quantidade é de 37%.

O preço médio global de cada tonelada exportada foi de £ 29, em 1915, tendo sido de £ 36, em 1914, de £ 47, em 1913 e de £ 57, em 1912.

Pelo preço médio de 1912 a nossa exportação teria sido, em 1915, de £ 102.000.000 em vez de

£ 52.970.000, como foi, e representaria sobre o valor da nossa maior exportação, o que se verificou em 1912, um augmento de £ 27.000.000.

A exportação subdividiu-se da seguinte fórma:

| | MIL TONELADAS | | | MIL £ | | |
|------------------------------------|---------------|-------|-------|--------|--------|--------|
| | 1913 | 1914 | 1915 | 1913 | 1914 | 1915 |
| Animaes e seus productos. | 50 | 46 | 61 | 3.332 | 2.601 | 4.255 |
| Mineraes e seus productos. | 130 | 157 | 303 | 706 | 796 | 1.173 |
| Vegetaes e seus productos. | 1.186 | 1.066 | 1.416 | 60.811 | 43.130 | 47.542 |

Em todas as classes a exportação foi, em 1915, superior na quantidade, á dos dous annos precedentes, e sómente na classe III foi inferior, no valor, á do anno de 1913.

As variações nos principaes artigos foram:

| ARTIGOS | 1915 | | + ou - EM 1915 SOBRE 1914 | |
|--------------------|-----------|--------|---------------------------|------------|
| | Toneladas | Mil £ | Quantidade | Valor |
| Algodão. | 5.228 | 287 | - 83,0 o/o | - 84,0 o/o |
| Assucar. | 59.074 | 756 | + 85,0 o/o | + 10,2 o/o |
| Borracha | 35.165 | 7.040 | + 5,0 o/o | - 0,3 o/o |
| Cacáo | 44.980 | 2.894 | + 10,0 o/o | + 52,0 o/o |
| Café | 1.040.721 | 32.100 | + 50,0 o/o | + 19,0 o/o |
| Couros | 33.224 | 2.956 | + 22,0 o/o | + 63,0 o/o |
| Fumos | 27.096 | 1.162 | + 0,4 o/o | - 24,0 o/o |
| Mate | 75.885 | 1.856 | + 28,0 o/o | + 12,0 o/o |
| Pelles. | 4.573 | 741 | + 84,0 o/o | + 45,0 o/o |
| Diversos. | 449.361 | 3.088 | + 23,0 o/o | + 10,0 o/o |

**MOVIMENTO DA EXPORTAÇÃO DOS NOVE PRINCIPAIS ARTIGOS
NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 1915 E 1916**

| ARTIGOS ... | MEDIDAS | QUANTIDADE | | VALOR EM CONTOS (Papéis) | | EQUIVALENTE EM MIL \$ | | UNIDADE | VALOR MÉDIO POR UNIDADE | | | |
|----------------------------------|--------------------|------------|----------|-----------------------------|----------|--------------------------|----------|----------------|-------------------------|----------|---------------|----------|
| | | 1915 | 1916 (*) | 1915 | 1916 (*) | 1915 | 1916 (*) | | Em réis, papel | | Em réis, ouro | |
| | | | | | | | | | 1915 | 1916 (*) | 1915 | 1916 (*) |
| 1. Algodão | Tonelada | 1,926 | 18 | 1,686 | 017 | 92 | 1 | Kilo | \$875 | 14993 | \$123 | \$552 |
| 2. Amassar | " | 18,757 | 5,459 | 4,615 | 2,669 | 250 | 199 | " | \$216 | \$196 | \$118 | \$208 |
| 3. Borracha | " | 11,305 | 10,008 | 40,609 | 51,218 | 2,191 | 2,003 | " | \$3534 | \$4123 | \$4712 | \$3115 |
| 4. Cachaça | " | 0,682 | 11,383 | 11,072 | 11,517 | 632 | 090 | " | \$2205 | 14285 | \$3580 | \$346 |
| 5. Café | 1.000 sacas (*) | 4,555 | 3,407 | 171,311 | 139,328 | 9,370 | 6,518 | Saca | \$5314 | 409016 | 173153 | 179085 |
| 6. Couros | Tonelada | 7,312 | 10,717 | 9,170 | 17,070 | 500 | 801 | Kilo | 14250 | 14672 | \$905 | \$711 |
| 7. Fumo | " | 3,691 | 3,073 | 3,189 | 3,303 | 172 | 163 | " | \$882 | \$925 | \$111 | \$395 |
| 8. Mate | " | 16,618 | 22,465 | 7,717 | 11,403 | 493 | 516 | " | \$163 | 4507 | \$227 | \$216 |
| 9. Peles | " | 807 | 1,270 | 2,459 | 4,005 | 131 | 210 | " | \$4019 | \$4933 | 14175 | 14952 |
| Total dos nove artigos | | — | — | 253,481 | 215,580 | 13,767 | 11,793 | | | | | |
| Diversos | | — | — | 9,482 | 22,403 | 456 | 1,076 | | | | | |
| Total geral | | — | — | 260,963 | 237,983 | 14,223 | 12,869 | | | | | |

(*) Os algarismos de 1916 estão sujeitos a pequenas modificações.
(*) Saca de café — 60 kilos.

Comercio exterior do Brasil (1º Trimestre — 1915 e 1916)

PESO EM TONELADAS

| | 1915 | 1916 | + ou — em 1916 sobre 1915 |
|--------------------------------|-----------|-----------|---------------------------------|
| Exportação | 305.715 | 279.581 | — 17.154 |
| Importação | 513.831 | 618.319 | + 71.455 |
| Total | 913.579 | 997.880 | + 51.301 |
| + ou — na exportação | — 150.149 | — 238.758 | |

VALOR EM CONTOS-PAPEL

| | 1915 | 1916 | + ou — em 1916 sobre 1915 |
|--------------------------------|-----------|-----------|---------------------------------|
| Exportação | 261.891 | 267.983 | + 7.092 |
| Importação | 110.200 | 163.811 | + 53.551 |
| Total | 371.131 | 431.827 | + 60.616 |
| + ou — na exportação | + 150.601 | + 104.130 | |

VALOR EM MIL £

| | 1915 | 1916 | + ou — em 1916 sobre 1915 |
|--------------------------------|---------|---------|---------------------------------|
| Exportação | 14.223 | 12.869 | — 1.354 |
| Importação | 5.990 | 7.893 | + 1.873 |
| Total | 20.213 | 20.732 | + 519 |
| + ou — na exportação | + 8.233 | + 5.006 | |

VALOR POR TONELADA

| | RÉIS-PAPEL | | EM £ | |
|----------------------|------------|---------|------|------|
| | 1915 | 1916 | 1915 | 1916 |
| Exportação | 65\$770 | 70\$800 | 3,6 | 3,4 |
| Importação | 20\$170 | 26\$500 | 1,0 | 1,3 |

EXPORTAÇÃO DE CARNE RESFRIADA E CONGELADA

(Janeiro a março de 1915 e 1916)

RIO DE JANEIRO

| | QUANTIDADE | | VALOR EM MIL RÉIS-PAPEL | |
|---------------------|------------|-----------|-------------------------|-----------|
| | 1915 | 1916 | 1915 | 1916 |
| Janeiro | 615 | — | 369\$ | |
| Fevereiro | — | 1.339.052 | — | 937:335\$ |
| Março | — | 1.700 | — | 1:930\$ |
| Total | 615 | 1.340.752 | 369\$ | 939:236\$ |

SANTOS

| | QUANTIDADE | | VALOR EM MIL RÉIS-PAPEL | |
|---------------------|------------|-----------|-------------------------|-------------|
| | 1915 | 1916 | 1915 | 1916 |
| Janeiro | 9.934 | 1.179.144 | 5:000\$ | 931:136\$ |
| Fevereiro | 75.655 | 458.812 | 45:200\$ | 867:073\$ |
| Março | 42.279 | 1.293.094 | 29:531\$ | 1.038:475\$ |
| Total | 134.893 | 2.936.030 | 80:734\$ | 2.339:684\$ |

RESUMO POR PROCEDENCIA

| | QUANTIDADE | | VALOR EM MIL RÉIS-PAPEL | |
|------------------|------------|-----------|-------------------------|-------------|
| | 1915 | 1916 | 1915 | 1916 |
| Rio | 615 | 1.340.752 | 369\$ | 939:236\$ |
| Santos | 134.893 | 2.936.030 | 80:734\$ | 2.339:684\$ |
| Total | 135.513 | 4.276.832 | 81:103\$ | 3.278:920\$ |

RESUMO POR DESTINO

| | QUANTIDADE | | VALOR EM MIL RÉIS-PAPEL | |
|--------------------------|------------|-----------|-------------------------|-------------|
| | 1915 | 1916 | 1915 | 1916 |
| Estados Unidos | — | 605.547 | — | 484:438\$ |
| França | 38.240 | 2.432.815 | 22:944\$ | 1.812:907\$ |
| Grã-Bretanha | 76.270 | 957.453 | 46:589\$ | 757:306\$ |
| Italia | 21.003 | 281.212 | 11:590\$ | 224:989\$ |
| Total | 135.513 | 4.276.832 | 81:163\$ | 3.278:920\$ |

A exportação de carnes, que se iniciara em dezembro de 1914, com um carregamento de 1.400 kilos, teve grande desenvolvimento em 1915. Foram exportadas 8.514 toneladas, no valor de 6.121:000\$, papel, sendo 563 toneladas do porto do Rio, 7.498 de Santos e 3 1/2 do Pará. Destinaram-se á Inglaterra 4.360 toneladas, á Italia 2.055, aos Estados Unidos 1.997 e á França 101. Em março de 1915, foram exportados, pela primeira vez no Brasil, 80 kilos de peixe congelado, embarque feito no porto do Rio de Janeiro. Essa exportação desenvolveu-se durante o anno, no fim do qual o total exportado attingiu a 28.640 kilos, avaliados em 39:065\$, destinando-se todos os embarques á Republica Argentina.

Devido á guerra, cessaram, quanto á exportação, as relações directas com alguns paizes europeus. Deixaram de figurar no quadro da nossa exportação a Allemanha, a Austria-Hungria, a Belgica e a Russia. Para outros paizes europeus a nossa exportação teve augmento notavel, sendo de 400 % para a Noruega, de 347 % para a Suecia e de 326 % para a Dinamarca. Já em 1914, para esses paizes, a nossa exportação augmentara em muito, relativamente ao anno anterior. Para a França a exportação foi maior em 58 %, para a Argentina em 22 % e para os Estados Unidos em 16 %. Com os demais paizes as oscillações foram diminutas.

Apresentaram maior valor a importação dos Estados Unidos 56 % mais que em 1914, a da Suecia 53 % e a da Argentina 40 %. As maiores diferenças para menos verificaram-se : na Allemanha, com uma diminuição de 92 %, na Austria, com 89 %, na Belgica, com 95 %, na França, com 46 % e na Grã-Bretanha, com 22 %.

A exportação de moedas metalicas foi de £ 5.149.000 contra £ 8.257.000, em 1914. Destinaram-se á Grã-Bretanha, aos Estados Unidos e á Argentina. A importação constou de £ 45.000 contra £ 852.000 no anno anterior.

Quanto ao movimento marítimo, as entradas de embarcações, em portos nacionais, foi, durante os três últimos annos:

| | NUMERO | | | MILHAR DE TONELAGEM | | |
|--|--------|---------|---------|---------------------|---------|---------|
| | 1913 | 1914 | 1915 | 1913 | 1914 | 1915 |
| Nacionais | 20.905 | 17.863 | 18.504 | 10.344 | 8.928 | 9.001 |
| Estrangeiras | 6.877 | 5.210 | 4.095 | 18.826 | 14.918 | 10.494 |
| Total | 27.782 | 23.073 | 22.599 | 29.170 | 23.846 | 19.495 |
| Diferença para menos sobre 1913. | | -16,9 % | -18,5 % | | -18,2 % | -33,0 % |

O movimento de entradas dos navios estrangeiros e nacionais, que fazem o longo curso, foi:

| NUMERO | | | MILHAR DE TONELAGEM | | |
|--------|-------|-------|---------------------|--------|--------|
| 1913 | 1914 | 1915 | 1913 | 1914 | 1915 |
| 7.584 | 5.719 | 4.583 | 19.592 | 15.488 | 11.068 |

As diferenças para menos nas entradas, nos navios de longo curso, relativamente ao numero e á tonelagem, em 1914 sobre 1913, foram respectivamente de 24% e 21% e em 1915, confrontado com 1913, de 39% e 43%.

A média da tonelagem de registro de cada embarcação de longo curso era de 2.580 toneladas, em 1913, de 2.880, em 1914 e foi, em 1915, de 2.400.

Verifica-se que a diminuição no numero de navios é inferior á da tonelagem, o que significa que, em média, as embarcações entradas em 1915 eram menores que as dos annos anteriores.

Em confronto com 1914, augmentaram as entradas dos navios nacionais, quer em relação ao seu numero, quer quanto á sua tonelagem.

Da estatística dos balancetes dos bancos nacionais e estrangeiros que funcionam no Brasil, destacam-se os seguintes titulos:

| ACTIVO | Contos de réis | | |
|------------------------------|----------------|-----------|-----------|
| | 1913 | 1914 | 1915 |
| Letras descontadas | 294.450 | 262.139 | 243.221 |
| Empréstimos em c/c. | 440.312 | 391.829 | 389.160 |
| Letras a receber. | 333.182 | 296.235 | 284.385 |
| Depósitos e cauções. | 1.283.362 | 1.487.023 | 1.570.450 |
| Dinheiro em caixa | 214.272 | 311.511 | 341.875 |

| PASSIVO | | | |
|------------------------------|-----------|-----------|-----------|
| Depositos á vista | 475.137 | 389.231 | 439.883 |
| » a prazo | 253.298 | 260.742 | 273.360 |
| Valores depositados. | 1.519.016 | 1.737.430 | 1.818.756 |

O dinheiro em caixa nos bancos representava, em 1913, 45 % dos depositos á vista, que constituem as responsabilidades mais immediatas. Essa porcentagem passou a ser de 80 %, em 1914, e de 77 %, em 1915. Sobre o total da moeda em circulação, havia retido, nos bancos, 24 %, em 1913, 32 %, em 1914 e 31,8 %, em 1915.

As letras descontadas, comparativamente a 1913, soffreram diminuição em 1914 e 1915, sendo no primeiro anno de 11 % e no segundo de 17 %, phenomeno em grande parte explicavel pela redução das transacções commerciaes, em consequencia dos obices trazidos pela guerra á liberdade das permutas.

Cada vez mais se accentuam os factos prenunciadores de uma convalescença economica, retardada embora, e em gravissima escala, pela crise decorrente da belligerancia de quasi toda a Europa.

Menos promissor, entretanto, é o aspecto de nossa vida orçamentaria do ponto de vista do Thesouro.

Reconhecida a crise como proveniente do excesso de gastos, e averiguado que cumpria resolvê-la em um periodo de receitas enormemente deprimidas pela guerra, o Governo enveredou pelo caminho que lhe cumpria: reduzir os onus dos contractos vigentes, espaçar o prazo do pagamento de seus compromissos, cortar largamente na despesa e apurar a arrecadação.

Já foi dito, paginas atraz, o esforço despendido e os resultados obtidos quanto ás revisões contractuaes.

Tambem ficou exposto, em documentos apresentados ao Congresso, no decorrer do anno findo, o plano adoptado e seguido quanto á solução de compromissos.

Relativamente á despesa publica, a traducção numerica do esforço está na seguinte demonstração :

| | Ouro | Papel |
|---|------------------------|-------------------------|
| Despesa realizada em 1914. | 83.908:220\$007 | 613.800:569\$199 |
| » » » 1915. | 80.804:654\$153 | 522.756:565\$047 |
| Abatendo-se as quantias relativas aos compromissos anteriores a 1915 e que foram pagos nesse exercicio. | 30.136:363\$644 | 155.096:337\$437 |
| teremos a despesa liquida de | <u>50.668:290\$509</u> | <u>367.660:227\$610</u> |

Comparando esses dispendios, temos :

| | | |
|------------------------------|------------------------|-------------------------|
| 1914 | 83.908:220\$007 | 613.800:569\$199 |
| 1915 | 50.668:290\$509 | 367.660:227\$610 |
| Para menos em 1915 | <u>33.239:929\$498</u> | <u>246.140:341\$589</u> |

Ainda ha economias possiveis, que devem ser feitas, e para as quaes pedirei a collaboração do Poder Legislativo. Mas é innegavel o grande sacrificio já effectuado, e se torna evidente o empenho do Poder Executivo em não fraquear no caminho das reduções possiveis.

A arrecadação tem sido alvo do mais intenso cuidado.

Os algasrimos abaixo tornam patente o crescimento dos diversos titulos de receita, com excepção daquelles que se relacionam directamente com as circumstancias especiaes creadas pela luta européa : taes os impostos de importação.

1913 — RECEITA

| Renda dos tributos: | Ouro | Papel |
|--|-------------------------|-------------------------|
| Imposto de importação, entrada, etc. | 99.371:598\$191 | 175.849:096\$692 |
| » » consumo | — | 65.091:019\$315 |
| » sobre circulação | 21:324\$039 | 28.057:727\$676 |
| » » a renda | 41:706\$894 | 7.123:325\$562 |
| » » loterias | — | 1.499:905\$000 |
| Outras rendas. | — | 8.660:931\$425 |
| Rendas patrimoniaes | — | 329:172\$719 |
| » industriaes | 1.882:728\$753 | 68.707:925\$344 |
| Extraordinaria | 22.856:152\$838 | 10.996:141\$202 |
| Renda com applicação especial | 29.398:871\$294 | 24.331:064\$666 |
| » a classificar | 8:397\$869 | 370:889\$761 |
| | <u>153.580:779\$878</u> | <u>391.017:199\$362</u> |
| Renda não escripturada no Thesouro, constante de demonstrações e tele-grammas. | 123:881\$191 | 3.305:361\$032 |
| | <u>153.704:661\$069</u> | <u>394.322:560\$394</u> |

1914 — RECEITA

| | Ouro | Papel |
|---|------------------------|-------------------------|
| Imposto de importação, entrada e saída de navios, etc. | 52.917:023\$808 | 97.573:979\$922 |
| Imposto de consumo. | — | 52.129:617\$439 |
| " sobre circulação. | 12:613\$703 | 23.699:919\$956 |
| " " a renda. | 24:928\$780 | 6.294:181\$697 |
| " " loterias. | — | 1.047:280\$000 |
| Outras rendas. | — | 5.616:948\$612 |
| Rendas patrimoniaes. | — | 308:520\$626 |
| " industriaes. | 912:200\$182 | 53.191:352\$032 |
| Extraordinaria. | 6.664:410\$031 | 8.768:741\$305 |
| Renda com applicação especial. | 15.139:786\$791 | 20.055:922\$353 |
| " a classificar. | 48:895\$950 | 2.861:481\$874 |
| | <u>75.719:859\$245</u> | <u>271.547:945\$816</u> |
| Renda não escripturada, constante de demonstrações e telegrammas. | 49:372\$702 | 2.569:689\$247 |
| | <u>75.769:231\$947</u> | <u>274.117:635\$063</u> |

1915 — RECEITA

| | Ouro | Papel |
|--|------------------------|-------------------------|
| Imposto de importação, entrada e estadia de navios, etc. | 22.308:442\$201 | 48.864:108\$934 |
| Imposto de consumo. | — | 31.676:463\$224 |
| " sobre circulação. | 11:176:\$036 | 17.385:519\$148 |
| " " a renda. | 232:540\$777 | 8.322:184\$391 |
| " " loterias. | — | 798:888\$200 |
| Outras rendas. | — | 4.013:033\$052 |
| Rendas patrimoniaes. | — | 193:780\$124 |
| " industriaes. | 550:588\$920 | 20.696:773\$123 |
| Extraordinaria. | 38:983\$623 | 3.729:861\$068 |
| Renda com applicação especial. | 7.437:660\$746 | 4.530:879\$690 |
| " a classificar. | 481:968\$524 | 28.604\$293\$647 |
| | <u>31.061:360\$827</u> | <u>168.815:784\$601</u> |
| Rendas não escripturadas no Thesouro, constantes de demonstrações e telegrammas. | 18.223:203\$243 | 186.058:356\$316 |
| | <u>49.284:564\$070</u> | <u>354.874:140\$917</u> |

Para que se possa apreciar o movimento da Receita e Despesa nos dous ultimos exercicios, mandei organizar os seguintes quadros, que fornecem os esclarecimentos que puderam ser obtidos, e que são incompletos e sujeitos a ultteriores modificações, devido ao atrazo de alguns balanços :

1914 — RECEITA

| | Ouro | Papel |
|---|------------------------|-------------------------|
| Imposto de importação, entrada etc. | 52.917:023\$808 | 97.573:979\$922 |
| " " consumo. | — | 52.129:617\$439 |
| " sobre circulação. | 12:613\$703 | 23.699:919\$956 |
| " " a renda. | 24:928\$780 | 6.294:181\$697 |
| A transportar. | <u>52.954:566\$291</u> | <u>179.697:699\$014</u> |

| | | |
|---|-------------------------|-------------------------|
| Transporte | 52.954:566\$291 | 179.697:699\$014 |
| Imposto sobre loterias | — | 1.047:280\$000 |
| Outras rendas | — | 5.616:948\$612 |
| Rendas patrimoniaes | — | 306:520\$626 |
| » industriaes | 912:200\$182 | 53.191:352\$032 |
| Extraordinaria | 6.664:410\$031 | 8.768:741\$305 |
| Renda com applicação especial | 15.139:786\$791 | 20.055:922\$353 |
| » a classificar | 48:895\$950 | 2.861:481\$874 |
| | <u>75.719:859\$245</u> | <u>271.547:945\$816</u> |
| Renda não escripturada, constante de demonstrações e telegrammas | 49:372\$702 | 2.569:689\$247 |
| | <u>75.769:231\$947</u> | <u>274.117:635\$063</u> |
| Depositos (Saldo) | 4.133:479\$878 | |
| Somma | <u>79.902:711\$825</u> | <u>274.117:635\$063</u> |
| Operações de credito: | | |
| Emissão de papel-moeda | — | 232.500:000\$000 |
| » » letras do Thesouro | 11.935:367\$074 | 41.838:200\$000 |
| » » titulos do («Funding») | 21.393:257\$298 | |
| » » apolices | — | 25.865:000\$000 |
| » » moedas de prata | — | 10.328:000\$000 |
| » » » nickel | — | 13.404:800\$000 |
| Conversão de especie | — | 103.812:789\$172 |
| | <u>113.231:336\$197</u> | <u>701.866:424\$235</u> |
| Saldo do exercicio de 1913 | <u>108.130:857\$752</u> | <u>143.820:336\$478</u> |
| | <u>221.362:193\$949</u> | <u>845.686:760\$713</u> |

1914 — DESPESA

| | Ouro | Papel |
|---|-------------------------|-------------------------|
| Ministerio da Justiça e Negocios Interiores | 10:933\$259 | 22.812:815\$845 |
| Ministerio das Relações Exteriores | 2.837:134\$115 | 475:060\$672 |
| » da Marinha | 3.373:910\$334 | 33.803:802\$784 |
| » » Guerra | 205:986\$483 | 70.196:496\$933 |
| » » Viação e Obras Publicas | 8.485:108\$194 | 148.191:199\$232 |
| » » Agricultura, Industria e Comercio | 287:616\$029 | 9.914:736\$096 |
| Ministerio da Fazenda | 64.399:040\$524 | 155.024:364\$478 |
| | <u>79.599:728\$938</u> | <u>440.418:476\$040</u> |
| Despesa não escripturada, constante de demonstrações e telegrammas | 4.308:491\$069 | 139.068:325\$683 |
| | <u>83.908:220\$007</u> | <u>579.486:801\$723</u> |
| Depositos (« Deficit ») | — | 34.313:767\$476 |
| | <u>83.908:220\$007</u> | <u>613.800:569\$199</u> |
| OPERAÇÕES DE CREDITO | | |
| Resgate de papel-moeda | — | 7.306:548\$000 |
| » » moedas de prata e nickel do antigo cunho | — | 16:797\$200 |
| Conversão de especie | 69.187:693\$046 | |
| | <u>153.095:913\$053</u> | <u>621.123:914\$399</u> |
| Saldo do exercicio de 1914 | <u>68.266:280\$896</u> | <u>224.562:846\$314</u> |
| | <u>221.362:193\$949</u> | <u>845.686:760\$713</u> |

1915 — RECEITA

| | Ouro | Papel |
|---|-------------------------|-------------------------|
| Imposto de importação, entrada, etc | 22.308:442\$201 | 48.864:108\$934 |
| Impostos de consumo | — | 31.876:463\$224 |
| » sobre circulação | 11:176\$036 | 17.385:519\$148 |
| » » a renda | 232:540\$777 | 8.322:184\$391 |
| » » loterias | — | 798:888\$200 |
| Outras rendas | — | 4.013:033\$052 |
| Rendas patrimoniaes | — | 193:780\$124 |
| » industriaes | 550:588\$920 | 20.696:773\$123 |
| Extraordinaria | 38:983\$623 | 3.729:861\$068 |
| Renda com applicação especial . . | 7.437:660\$746 | 4.530:879\$690 |
| » a classificar | 481:968\$524 | 28.604:293\$647 |
| | <u>31.061:360\$827</u> | <u>168.815:784\$601</u> |
| Recursos — Emissão de titulos do «Funding» de 1914 | 43.789:400\$040 | |
| Depositos (Saldo) | 925:346\$726 | |
| | <u>75.776:107\$593</u> | <u>168.815:784\$601</u> |
| Rendas não escripturadas no Thesouro, constantes de demonstrações e telegrammas | 18.223:203\$243 | 186.058:356\$316 |
| | <u>93.999:310\$836</u> | <u>354.874:140\$917</u> |
| Operações de credito : | | |
| Emissão de letras do Thesouro . . | 31.806:367\$548 | 128.579:900\$000 |
| » » papel-moeda | — | 160.000:000\$000 |
| » » apolices | — | 47.150:800\$000 |
| Conversão de especie | — | 22.684:233\$770 |
| | <u>125.805:678\$384</u> | <u>713.289:074\$687</u> |
| Saldo de 1914, sujeito a alterações. | 68.266:280\$896 | 224.562:846\$314 |
| | <u>194.071:959\$280</u> | <u>937.851:921\$001</u> |

1915 — DESPESA

| | Ouro | Papel |
|--|------------------------|-------------------------|
| Ministerio da Justiça e Negocios Interiores | 8:148\$146 | 11.544:697\$598 |
| Ministerio das Relações Exteriores . . | 2.098:566\$039 | 45:000\$000 |
| » da Marinha | 149:612\$584 | 4.671:587\$949 |
| » » Guerra | 361\$447 | 27.079:888\$234 |
| » » Viação e Obras Publicas . . | 8.518:972\$758 | 32.954:818\$611 |
| » » Agricultura, Industria e Commercio | 262:832\$002 | 3.477:306\$267 |
| Ministerio da Fazenda | 63.790:569\$511 | 52.665:569\$932 |
| | <u>74.829:062\$487</u> | <u>132.438:868\$591</u> |
| Despesa não escripturada no Thesouro, constante de demonstrações e telegrammas | 5.975:591\$666 | 374.173:120\$143 |
| | <u>80.804:654\$153</u> | <u>506.611:988\$734</u> |
| Depositos (« Deficit ») | — | 16.144:576\$313 |
| A transportar | 80.804:654\$153 | 522.756:565\$047 |

| | | |
|--|-------------------------|-------------------------|
| Transporte | 80.804:654\$153 | 522.756:565\$047 |
| Operações de credito : | | |
| Resgate de letras do Thesouro | 19.612:594\$036 | 119.214:500\$000 |
| Conversão de especie | 14.559:566\$096 | |
| Diferença de typo das apolices, a 85 %, dadas em pagamento e em substituição por letras | — | 3.885:890\$000 |
| | <u>114.976:814\$285</u> | <u>645.856:955\$047</u> |
| Saldo de 1915, sujeito a alterações. | 79.095:144\$995 | 291.994:965\$954 |
| | <u>194.071:959\$280</u> | <u>937.851:921\$001</u> |

No exercicio de 1914, nota-se que a receita propriamente dita foi de 79.902:711\$825, ouro, e 274.117:635\$063, papel, e a despesa de..... 83.908:220\$007, ouro, e 613.800:569\$199, papel, o que dá um: « deficit » de 4.005:508\$182, ouro, e 339.682:934\$136, papel.

No exercicio de 1915, verifica-se a receita de 93.999:310\$836, ouro, e 354.874:140\$917, papel, e a despesa de 80.804:654\$153, ouro, e..... 522.756:565\$047, papel, apurando-se, em consequencia, um saldo, ouro, de 13.194:656\$683 e um « deficit », papel, de 167.882:424\$130. Convertendo o saldo ouro em papel, ao cambio de 16 d., ou sejam 22.265:983\$152, e subtrahindo esta quantia do « deficit », papel, fica este reduzido á importancia de 145.616:440\$978.

É preciso notar, porém, que nesse « deficit » se acham incluídas as sommas de 30.136:363\$644, ouro, e 155.096:337\$437, papel, de compromissos anteriores a 1915 e que foram satisfeitos no referido exercicio.

Deduzidas essas importancias, aquelle « deficit » diminuirá sensivelmente, si não desaparecer.

Os quadros supramencionados apontam discriminadamente as operações de credito feitas pelo Thesouro, afim de conseguir os recursos necessarios á satisfacção dos dispendios além da renda arrecadada.

Os dados que se seguem provêm da apuração feita pela Commissão de Partidas Dobradas.

EXERCICIO DE 1916 — Thesouro Nacional — 2º Pagadoria — Balanço de Receita e Despesa do 1º trimestre de 1916

| RECEITA | | | | DESPESA | | | |
|---|--------------|-------------|----------------|--|--------------|----------------|----------------|
| TITULOS DE RECEITA | | OURO | PAPEL | TITULOS DE DESPESA | | OURO | PAPEL |
| Renda ordinaria: | | | | | | | |
| 31. Impostos sobre vencimentos | 477\$135 | 80:557\$108 | — | Ministerio da Justica | 11:180\$000 | 808:205\$992 | |
| 30. Sellos do Estado | — | 87\$1181 | — | do Exterior | — | 50:335\$153 | |
| Por Venda | — | 761\$345 | 81:559\$975 | da Guerra | — | 172:097\$750 | |
| 45. Renda de proprios nacionaes | — | — | 392\$359 | Viação | 153:818\$779 | 5:023:070\$153 | |
| Renda Extraordinaria: | | | | Agricultura | — | 101:020\$229 | |
| 72. Indemnizações | — | — | 81:922\$331 | | | | |
| Movimento de Fundos: | | | | | | | |
| Supplimentos recebidos da Thesouraria . . | 163:928\$010 | — | 9:800:000\$000 | » Fazenda | 6:083\$106 | 9:768:318\$186 | 9:530:135\$933 |
| Exercicio de 1915: | | | 9:718,969 | » Saldo que passa para abril | — | — | 371:555\$320 |
| Supplimentos recebidos | — | — | 9:891:701\$003 | | | | 9:530:135\$933 |
| | 163:104\$145 | — | — | | 164:106\$145 | — | 9:891:701\$003 |

Com referencia á receita, a experiencia do 1º trimestre, embora falha pela insufficiencia de communicações sobre a productividade das taxas e dos impostos, dá a impressão de que foi orçada com prudencia.

Assim se notam os seguintes resultados:

Rendimento das repartições federais no período de janeiro a março de 1916, comparado com o de igual período de 1914 e 1915 e com as tres duodecimas partes da receita orçada para o exercicio corrente

| DISCRIMINAÇÃO | DE JANEIRO A MARÇO | | | | | | | | | |
|---|--------------------|----------------|---------------|----------------|----------------|----------------|-------------------|-----------------|-------------------|-----------------|
| | ANNOS | | | | | | DIFERENÇAS | | | |
| | 1914 | | 1915 | | 1916 | | Entre 1914 e 1915 | | Entre 1915 e 1916 | |
| | Ouro | Papel | Ouro | Papel | Ouro | Papel | Ouro | Papel | Ouro | Papel |
| RENDA DOS TIBUTOS | | | | | | | | | | |
| Impostos de importação | 18.797:985449 | 33.285:1504179 | 7.241:0288927 | 15.584:0156283 | 9.779:423352 | 17.120:124395 | - 9.018:593097 | -16.185:0254784 | + 2.538:3914525 | + 1.535:1094112 |
| Impostos de consumo | — | 11.727:8974535 | — | 15.090:592029 | — | 25.885:564639 | — | +14.157:6674104 | — | +10.791:9724910 |
| Impostos sobre a circulação | 2:0504966 | 4.712:4584840 | 1:3654313 | 6.732:2974668 | — | 7.273:5974996 | - 2:0504966 | + 2.581:1384856 | 1:3854313 | + 511:3004028 |
| Impostos sobre a renda | 3:7274331 | 661:2804363 | 25:3454852 | 2.284:6514135 | — | 2.918:6014576 | - 3:7274331 | + 2.257:3414513 | 25:3454852 | + 633:9504741 |
| Impostos sobre loterias | — | 273:5804000 | — | 288:6614833 | — | 198:3604000 | — | - 75:3004000 | — | - 90:3014833 |
| Outras rendas | — | 2.752:3404913 | — | 2.076:6414991 | — | 2.623:6234563 | — | - 128:7234350 | — | + 546:6914972 |
| Rendas patrimoniaes | — | 201:2674080 | — | 61:0204365 | — | 287:8064166 | — | + 88:5394388 | — | + 226:7854801 |
| Rendas industriais | 186:5464580 | 12.550:8994405 | 89:4254551 | 9.525:0204369 | — | 4.550:6194903 | - 186:5464580 | - 8.000:2794902 | 89:4254551 | - 4.974:4014066 |
| Renda extraordinaria | 1.283:9594833 | 2.613:1694851 | 6:4094280 | 2.795:9704978 | — | 2.881:2344787 | - 1.283:9594833 | + 238:0664323 | 6:4094280 | + 85 2564809 |
| Renda com applicação especial | 5.416:1374100 | 1.495:0834861 | 2.240:9274540 | 1.132:9004450 | 2.452:4664204 | 731:3624316 | - 2.663:6804898 | - 733:7244345 | + 211:5384364 | - 401:5464334 |
| Renda a classificar | 978:0024235 | 6.571:4684739 | 5:3554416 | 1.821:8904370 | — | 199:0704243 | - 978:0024235 | - 6.372:3984498 | 5:3554416 | - 1.622:6294127 |
| Renda conhecida | 26.388:4094197 | 76.844:5654769 | 9.609:8584219 | 57.993:4894671 | 12.231:8894556 | 64.669:9674784 | -14.136:5194341 | -12.174:5974985 | + 2.622:0314337 | + 7.276:4784113 |
| Por falta de comunicação, deixaram de ser computadas as repartições abaixo, cuja renda estimativa é a seguinte: | | | | | | | | | | |
| De janeiro a março: | | | | | | | | | | |
| Contabilidade da Marinha | — | — | — | — | — | 540:0004000 | — | + 540:0004000 | — | + 540:0004000 |
| Estrada de Ferro Oeste de Minas | — | — | — | — | — | 900:0004000 | — | + 900:0004000 | — | + 900:0004000 |
| Pagadorias do Tesouro | — | 600:0004000 | — | 600:0004000 | — | 1.500:0004000 | — | + 900:0004000 | — | + 900:0004000 |
| Correio Geral | — | — | — | — | — | 525:0004000 | — | + 525:0004000 | — | + 525:0004000 |
| Correio do Estado do Rio | — | — | — | — | — | 132:0004000 | — | + 132:0004000 | — | + 132:0004000 |
| Telegraphos | — | — | — | — | — | 2.220:0004000 | — | + 2.220:0004000 | — | + 2.220:0004000 |
| Tesouraria Geral | — | — | — | — | — | 1.050:0004000 | — | + 1.050:0004000 | — | + 1.050:0004000 |
| Delegacia em Londres | — | — | — | — | 285:0004000 | — | + 285:0004000 | — | + 285:0004000 | — |
| Comissão Fiscal das Obras do Porto | — | — | — | — | — | 300:0004000 | — | + 300:0004000 | — | + 300:0004000 |
| De fevereiro a março: | | | | | | | | | | |
| Estrada de Ferro Central do Brasil | — | — | — | — | — | 7.200:0004000 | — | + 7.200:0004000 | — | + 7.200:0004000 |
| De março: | | | | | | | | | | |
| Contabilidade da Guerra | — | — | — | — | — | 440:0004000 | — | + 440:0004000 | — | + 440:0004000 |
| | 26.388:4094197 | 77.444:5654769 | 9.609:8584219 | 57.993:4894671 | 12.231:8894556 | 79.542:9674784 | -13.851:5194641 | + 2.098:4024015 | + 2.907:0314337 | +21.549:4784113 |

| | ANNOS | | | DIFERENÇA | |
|---|-----------------|----------------|-----------------|-------------------|-------------------|
| | 1914 | 1915 | 1916 | Entre 1914 e 1915 | Entre 1915 e 1916 |
| | Ouro | 26.388:4094197 | 9.609:8584219 | 12.516:8894556 | - 13.851:5194641 |
| Agio do ouro ao cambio de 16 d. | 18.115:0974058 | 6.801:9724590 | 6.801:9724590 | — | — |
| Papel | 77.444:5654769 | 57.993:4894671 | 15.646:1114875 | - 2.468:9854177 | + 9.044:1394285 |
| Total em papel | 121.928:0724018 | 74.805:3204180 | 107.705:9894315 | - 14.222:1024893 | + 33.500:8484735 |

| | OURO | PAPEL |
|---|--|-----------------|
| | Arrecadação de janeiro a março | 12.516:8894556 |
| 8 73. Tres duodecimas partes da contribuição do Estado de S. Paulo cujo recolhimento não foi feito, razão por que deixaram de ser computadas na arrecadação | 640:0804000 | — |
| N. 74. Tres duodecimas partes do «Funding» | 10.697:2834368 | — |
| Total | 23.854:2564222 | 79.542:9674784 |
| Tres duodecimas partes da receita orçada para 1916, inclusive a renda com applicação especial | 27.670:6164864 | 87.291:4994998 |
| Menos que o Orçamento | 3.816:3604442 | - 7.743:5324214 |

| | |
|---|----------------|
| Ouro | 3.816:3604442 |
| Agio do ouro ao cambio de 12 d. | 4.770:4504550 |
| Papel | 7.748:5324214 |
| Diferença total em papel | 16.335:3434206 |

Com os elementos comprobatorios da tendencia ascendente na arrecadação,ahi vão os dados referentes ao 1º trimestre do corrente anno, da cobrança effectuada pela Recebedoria do Rio de Janeiro:

Demonstração da renda arrecadada pela Recebedoria do Districto Federal no 1º trimestre de 1916, comparada com a de igual periodo de 1915

Discriminação das rendas :

RECEITA ORDINARIA

Imposto de consumo:

| | 1916 | 1915 | Diferença para mais ou menos |
|--|-----------------------|-----------------------|------------------------------------|
| Taxa sobre fumo | 769:554\$240 | 579:487\$695 | + 190:066\$545 |
| Registro | 143:860\$000 | 79:625\$000 | + 64:235\$000 |
| > > bebidas | 835:010\$660 | 818:456\$000 | + 16:552\$660 |
| Registro | 199:300\$000 | 99:640\$000 | + 99:660\$000 |
| > > phosphoros | 484:400\$000 | 1.038:400\$000 | - 554:000\$000 |
| Registro | 125:460\$000 | 63:765\$000 | + 61:695\$000 |
| > > sal — Registro | 1:640\$000 | 540\$000 | + 1:100\$000 |
| > > calçados | 188:882\$800 | 130:491\$700 | + 58:391\$100 |
| Registro | 39:940\$000 | 21:420\$000 | + 18:520\$000 |
| > > perfumarias | 85:409\$330 | 44:525\$240 | + 40:884\$080 |
| Registro | 34:060\$000 | 15:965\$000 | + 18:095\$000 |
| > > especialidades pharmaceuticas | 96:123\$780 | 70:639\$680 | + 19:489\$100 |
| Registro | 36:160\$000 | 17:750\$000 | + 18:410\$000 |
| > > conservas | 97:600\$000 | 61:041\$500 | + 36:558\$500 |
| Registro | 37:540\$000 | 11:690\$000 | + 25:850\$000 |
| > > vinagre | 33:439\$880 | 18:925\$800 | + 14:513\$880 |
| Registro | 1:080\$000 | 550\$000 | + 530\$000 |
| > > velas | 86:545\$000 | 68:000\$000 | + 18:545\$000 |
| Registro | 5:980\$000 | 2:180\$000 | + 3:800\$000 |
| > > bengalas | 1:494\$150 | 130\$000 | + 1:364\$150 |
| Registro | 3:580\$000 | 1:820\$000 | + 1:760\$000 |
| > > tecidos | 738:090\$920 | 524:237\$500 | + 213:853\$420 |
| Registro | 75:140\$000 | 35:980\$000 | + 39:160\$000 |
| > > espartilhos | 1:671\$400 | — | + 1:671\$400 |
| Registro | 2:460\$000 | 60\$000 | + 2:400\$000 |
| > > papel para forrar casas | 8:946\$000 | 1:050\$000 | + 7:896\$000 |
| Registro | 4:140\$000 | 1:100\$000 | + 3:040\$000 |
| > > cartas de jogar — Registro | 2:140\$000 | 630\$000 | + 1:510\$000 |
| > > chapéos | 149:195\$400 | 101:468\$000 | + 47:727\$400 |
| Registro | 25:580\$000 | 12:295\$000 | + 13:285\$000 |
| > > discos para gramophones | 6:018\$300 | — | + 6:018\$300 |
| Registro | 1:500\$000 | 600\$000 | + 900\$000 |
| > > louças e vidros | 8:108\$000 | 200\$000 | + 7:908\$000 |
| Registro | 22:730\$000 | 3:820\$000 | + 18:910\$000 |
| > > ferragens | 15:339\$500 | — | + 15:339\$500 |
| Registro | 10:060\$000 | — | + 10:060\$000 |
| | <u>4.372:184\$150</u> | <u>3.826:545\$115</u> | + 545:639\$035 |

| Imposto sobre a renda: | 1916 | 1915 | Diferença para mais ou menos |
|---|-----------------------|-----------------------|------------------------------------|
| Imposto sobre circulação: | | | |
| Imposto do sello por verba | 213:354\$985 | 233:086\$991 | - 69:732\$006 |
| > sobre bilhetes de loterias | 197:950\$000 | 160:200\$000 | + 37:750\$000 |
| > adhesivo | 1.849:455\$000 | 1.584:500\$000 | + 264:955\$000 |
| > de transporte terrestre | 498:258\$250 | 197:729\$950 | + 300:528\$300 |
| > de transporte marítimo | 51:812\$150 | 63:048\$250 | - 11:236\$100 |
| | <u>2.810:830\$385</u> | <u>2.288:565\$191</u> | <u>+ 522:265\$194</u> |
| Discriminação das rendas: | | | |
| Imposto sobre subsidios e vencimentos | 39:870\$150 | 23:720\$055 | + 16:150\$095 |
| > consumo d'agua | 420:781\$816 | 710:222\$701 | - 289:441\$055 |
| > de 5 o/o, dividendo de companhias | 810:965\$198 | 23:623\$200 | + 787:341\$098 |
| > 2 o/o sobre sorteio dos clubs | 2.619\$570 | 2:388\$150 | - 268\$280 |
| > 10 o/o sobre peculios | 11:435\$433 | 6:304\$196 | + 5:131\$237 |
| > casas de sport | - | 4:000\$000 | - 4:000\$000 |
| | <u>1.285:672\$297</u> | <u>770:758\$302</u> | <u>+ 514:913\$995</u> |
| Outras rendas | | | |
| Premios de depositos publicos | 8:733\$096 | 11:608\$131 | - 2:875\$035 |
| Taxa judiciaria | 26:523\$486 | 27:888\$143 | - 1:364\$657 |
| | <u>35:256\$582</u> | <u>39:496\$274</u> | <u>- 4:239\$692</u> |
| RENDAS PATRIMONIAES | | | |
| Renda dos proprios nacionaes. Das riquezas naturaes e fóros: | 2:180\$000 | 2:070\$000 | + 110\$000 |
| Fóros de terrenos de marinha | 2:774\$180 | 900\$000 | + 1:874\$180 |
| Dos Laudemios: | | | |
| Laudemios | 1:750\$000 | 1:668\$000 | + 82\$000 |
| RENDAS INDUSTRIAES | | | |
| Renda do « Diario Official » | 264\$000 | 229\$500 | + 34\$500 |
| | <u>6:968\$180</u> | <u>4:867\$500</u> | <u>+ 2:100\$680</u> |
| RECEITA EXTRAORDINARIA | | | |
| Montepio dos empregados publicos do Ministerio da Fazenda | 2:415\$168 | 1:878\$085 | + 537\$383 |
| Indemnizações | 286\$546 | - | + 286\$546 |
| Imposto de industrias e profissões do Districto Federal | 2.592:230\$789 | 2.566:157\$769 | + 26:073\$020 |
| | <u>2.594:932\$803</u> | <u>2.568:035\$854</u> | <u>+ 26:896\$949</u> |
| RENDA COM APPLICAÇÃO ESPECIAL | | | |
| Productos da cobrança da divida activa | | | |
| Imposto de consumo d'agua | 66:719\$318 | 95:050\$989 | - 28:331\$671 |
| > industrias e profissões | 33:711\$751 | 63:062\$956 | - 29:351\$205 |
| > predial | 2\$432 | - | + 2\$432 |
| > de transmissão de propriedade | 14\$419 | 1:891\$107 | - 1:876\$688 |
| Concerto de hydrometros | 149\$099 | 1:010\$683 | - 861\$584 |
| Multa de registro | 30\$400 | - | + 30\$400 |
| | <u>100:627\$419</u> | <u>161:015\$715</u> | <u>- 60:388\$296</u> |

| | 1916 | 1915 | Diferença para mais ou menos |
|---|------------------------|-----------------------|------------------------------------|
| Todas e quaesquer rendas eventuaes percebidas em papel | | | |
| Multas da divida activa . . . | 17:230\$765 | 23:913\$261 | - 6:032\$496 |
| > de impostos lançados . . . | 45:189\$954 | 36:313\$299 | + 8:816\$655 |
| > por infracção de leis e regulamentos. | 7:912\$322 | 11:664\$960 | - 3:72\$338 |
| Reforma de apolices | 208\$500 | 33\$500 | + 175\$000 |
| Fundamento da Guarda Civil . | - | 915\$150 | - 915\$150 |
| Renda de Depositos Publicos . | 49\$265 | 1:068\$144 | - 1:018\$879 |
| Venda de impressos | 630\$000 | \$ | + 630\$000 |
| Imposto de 1 % sobre leilões de fallencias | 5\$167 | \$ | + 5\$167 |
| Inscripção de exames na Escola Naval. | \$ | 50\$000 | - 50\$000 |
| Productos do leilão de animaes no Posto Zootechnico de Pinheiro | \$ | 10:820\$000 | - 10:820\$000 |
| Indemnização do Correio . . . | \$ | 20\$000 | - 20\$000 |
| Assentamento de pennas d'agua | \$ | 141\$751 | - 141\$751 |
| | <u>71:305\$973</u> | <u>84:970\$065</u> | <u>- 13:664\$092</u> |
| Novas contribuições do Montepio Civil. | 771\$934 | 929\$411 | - 157\$477 |
| | <u>72:077\$907</u> | <u>85:899\$476</u> | <u>- 13:821\$569</u> |
| DEPOSITOS | | | |
| De diversas origens: | | | |
| Procuratorio da Fazenda . . . | 2:760\$000 | 7:992\$000 | - 5:232\$000 |
| Multas pertencentes a empregados. | 3:905\$200 | 7:650\$000 | - 3:744\$800 |
| Multas depositadas para recursos | 5:023\$780 | 7:150\$000 | - 2:126\$220 |
| Porcentagens do Juizo Federal | 12:558\$375 | \$ | + 12:558\$375 |
| | <u>42:247\$355</u> | <u>22:792\$000</u> | <u>+ 1:455\$355</u> |
| RECAPITULAÇÃO | | | |
| Receita ordinaria | 8.503:943\$414 | 6.925:361\$882 | + 1.578:578\$532 |
| Rendas patrimoniaes | 6:988\$180 | 4:867\$500 | + 2:100\$680 |
| Receita extraordinaria | 2.591:932\$803 | 2.568:035\$854 | + 26:896\$949 |
| Renda com applicação especial | 172:705\$326 | 246:915\$191 | - 74:209\$865 |
| Depositos. | 24:247\$355 | 22:792\$000 | + 1:455\$355 |
| | <u>11.302:797\$078</u> | <u>9.767:975\$427</u> | <u>+ 1.534:821\$651</u> |

Consoante a autorização contida no art. 2º, § 4º, alinea 7, da lei n. 2.919, de 31 de dezembro de 1914, foi dado, por decreto n. 11.511, de 4 de março de 1915, novo regulamento á arrecadação e fiscalização do imposto de consumo.

Nesse acto foram introduzidas as modificações creadas pela lei citada, n. 2.919, e as aconselhadas pelas exigencias do serviço, bem como foram consolidados muitos actos administrativos constantes do trabalho organizado em 1910, para elucidação do regulamento, então vigente, junto ao decreto n. 5.890, de 10 de fevereiro de 1906.

Entre as medidas adoptadas destacam-se, pela sensível modificação feita no regimen até então em vigor, as concernentes á cobrança do imposto sobre o fumo e seus preparados e aos tecidos e relativos aos agentes fiscaes, creando para estes o concurso e a promoção e extinguindo os da descarga e producção do sal. Além disso foram reduzidos os quadros do pessoal de alguns Estados, sem inconveniencia para o serviço e com economia para o Thesouro.

O regimen da cobrança do imposto sobre o fumo obedeceu á prescripção do art. 2º, § 4º, da lei n. 2.919. Attendendo, apenas, ás reclamações levantadas em torno da citada prescripção, por exigir duas vezes pagamento do imposto sobre o mesmo producto, foi resolvido, até que o Congresso deliberasse a respeito, que ficaria suspenso o pagamento do imposto para fumo desfiado, picado ou migado pelas fabricas, para applical-o ao fabrico de cigarros, nos proprios estabelecimentos.

As enormes fraudes que se têm verificado na arrecadação do imposto sobre tecidos eram devidas em grande parte ao facto das guias selladas só acompanharem os productos até aos depositos das respectivas fabricas.

Com as medidas adoptadas, a fiscalização encontrará agora as mesmas guias em poder dos commerciantes que adquirirem os productos directamente das fabricas ou dos seus depositos, podendo assim certificar-se com mais segurança do pagamento do imposto devido.

Tendo a lei n. 2.919, precitada, tributado novos productos e elevado a taxação de alguns outros, foi adoptado, para cobrança do imposto creado e da differença da taxa elevada, o mesmo regimen até então posto em pratica em todos os casos analogos.

Essa medida occasionou tambem varias reclamações, por entenderem alguns contribuintes que os productos em seu poder, que já houvessem pago imposto, não poderiam estar obrigados ao pagamento da differença de taxa.

Havendo a Camara dos Deputados firmado a verdadeira interpretação da lei nesses diversos casos, tornou-se indispensavel rever o regulamento, o que se deu por decreto n. 11.807, de 9 de dezembro do mesmo anno de 1915, estabelecendo o empacotamento e prévio pagamento do imposto, antes da sahida da fabrica, do fumo desfiado, picado ou migado; o pagamento do imposto sobre o «stock» sómente dos productos ultimamente tributados e mais alguns detalhes de fiscalização aconselhados pelas circumstancias.

Novas reclamações foram então levantadas em torno da medida sobre o pagamento dos «stocks», bem como sobre outras medidas do regulamento, em pontos que escapavam á competencia do Poder Executivo. Sobre todos elles se pronunciou o Congresso, approvando o regulamento, com algumas disposições novas, filhas da experiencia já colhida e do espirito de tolerancia que cumpria adoptar na applicação da lei. Tornando-se preciso providenciar sobre as modificações assim introduzidas pelas leis de orçamento e ainda com o fito de consolidar a legislação sobre os impostos de consumo, tornou-se imprescindivel organizar novo regulamento, concretizando todas as medidas adoptadas, o qual foi baixado com o decreto n. 11.951, de 16 de fevereiro de 1916.

Fica assim explicado o motivo por que dentro de um anno foram expedidos tres regulamentos.

Entre as reclamações apresentadas, algumas não puderam ser acceitas pelos motivos adduzidos pelo Ministro da Fazenda nas respostas dadas aos interessados; outras, entre ellas, as attinentes ao imposto das rendas e fitas de producção nacional e a authenticação dos livros da escripta geral dos estabelecimentos industriaes, estão sendo convenientemente estudadas e sobre ellas o Governo se manifestará opportunamente.

Entre as medidas tomadas pelo regulamento em vigor, figura a inspecção permanente da arrecadação e fiscalização nos Estados, e na circumscripção do

Districto Federal e municipio de Nictheroy. Aquella está sendo exercida por agentes fiscaes do imposto de consumo e esta por empregados de Fazenda, dos que se têm manifestado mais conhecedores desse ramo do serviço publico.

O resultado de taes inspecções já se vae fazendo sentir em beneficio das rendas publicas.

Cresceu de intensidade a fiscalização nos varios aparelhos arrecadadores; as contas foram tomadas com mais apuro; irregularidades passadas foram verificadas ou estão sendo apuradas, com a presteza possivel no cumprimento das formalidades processuaes e o dever de permittir a defesa aos accusados.

Dos algarismos constantes deste trabalho se verifica que continúa a depressão nas receitas aduaneiras. Ora arrecadamos, em 53% da renda total, o producto das alfandegas, e este está reduzido a menos da metade do que era normalmente.

Esses phenomenos, consoante os conselhos de uma sã politica orçamentaria, indicavam a necessidade imperiosa da elaboração de um orçamento verdadeiro, em que todos os gastos e todas as receitas figurassem devidamente computados. Foi o que procurou realizar a lei vigente.

Salvo em um ou outro ponto, susceptivel de reparo, e que serão corrigidos em tempo opportuno, a despesa votada é a que se deverá effectuar, exceptuados os capitulos em que nenhuma previsão segura podia existir em consequencia da continua alteração dos preços decorrentes da guerra e da crise de transporte: assim se dá quanto a combustiveis, oleos, peças de machinas, etc.

Assim tambem só agora começam a pesar os onus da liquidação do acervo de compromissos que o Governo teve de saldar, avolumando os gastos do Ministerio da Fazenda.

Com essas observações preliminares, é justo affirmar que a lei actual vale por uma nova economia sobre a anterior.

Comparando o orçamento da despesa para 1915 com o que foi votado para 1916, nota-se o seguinte :

A despesa para 1915 importou em, ouro, 70.999:236\$886 e, papel, 380.035:444\$571.

A fixada para 1916 importou em ouro 84.365:086\$786 e, papel, 409.850:762\$188.

Do confronto entre algumas verbas apura-se a existencia de diferenças para mais e para menos, tanto na especie ouro, como na especie papel.

As diferenças para mais, ouro, provêm de :

No Ministerio da Justiça, augmento da sub-consignação — Material — da verba para a Escola Nacional de Bellas Artes, para pensões a alumnos e artistas premiados ;

No Ministerio do Exterior, criação de mais alguns logares de consules, bem como reforço de algumas verbas, julgadas insufficientes, e que exigiram supplementação ;

No Ministerio da Guerra, votação da verba para commissão de officiaes do Exercito em paiz estrangeiro ;

No Ministerio da Fazenda provém o augmento de ter sido incluída a despesa com o pagamento de juros dos emprestimos externos para as obras dos portos do Rio de Janeiro e Pernambuco, despesa essa que era classificada na applicação da renda especial ; com a importancia destinada ao pagamento de juros dos titulos, ouro, emittidos para liquidação do « deficit » em exercicios anteriores a 1915 e, finalmente, com a dotação de 2.666:666\$666 para pagamento de impostos e outras despesas devidas no estrangeiro sobre a emissão dos titulos do « Funding-loan » de 1914, devendo accrescentar-se tambem a despesa com a cunhagem na Casa da Moeda, para o que se consignaram 500:000\$000.

Desappareceu, portanto, a applicação da renda especial, classificada no Ministerio da Fazenda, na importancia, ouro, de 16.114:631\$112.

As diferenças para mais, papel, provêm de :

No Ministerio da Justiça, augmento nas verbas : Secretaria do Senado, Secretaria da Camara, Po-

licia do Districto Federal, Corpo de Bombeiros e votação da verba — Subvenções — na importancia de 723:000\$000 ;

No Ministerio da Guerra, augmento de 332:788\$191, attendendo-se a que o anno de 1916 é bissexto, e dahi calcular-se a despesa com diarias e etapas á razão de 366 dias;

No Ministerio da Viação, foram feitas estimativas mais exactas e incluíram-se serviços anteriormente custeados por creditos especiaes, votando-se em consequencia as verbas necessarias para combustivel na Estrada de Ferro Central do Brasil, para despesa com o custeio da Estrada de Ferro Itapura a Corumbá e Rêde de Viação Cearense, e para augmento do numero de dias no calculo dos empregados diaristas das repartições dos Correios e Telegraphos;

No Ministerio da Agricultura, houve necessidade de reforço de varias verbas insufficientes para os serviços de agricultura pratica nos Estados;

No Ministerio da Fazenda, augmento da verba para pagamento de juros do emprestimo interno para o porto do Rio de Janeiro, de juros de titulos emitidos, creditos supplementares e a criação de duas outras, destinadas a pagamento de domingos e dias feriados aos operarios da União e para pagamento de addidos de todos os ministerios.

Em resumo, caracteriza-se o orçamento pela inclusão da quasi totalidade dos serviços precedentemente pagos mediante creditos especiaes, pela concessão de verbas sufficientes para que os ministerios possam viver no regimen dos duodecimos mensaes e pelos augmentos decorrentes da liquidação de compromissos anteriores.

A 31 de dezembro de 1915 a divida externa da União elevava-se ao total de £ 108.629.438-2-0 assim discriminada:

| Emprestimos : | £ |
|-------------------|-----------------|
| De 1883 | 2.713.100- 0-0 |
| " 1888 | 4.173.100- 0-0 |
| " 1889 | 17.468.300- 0-0 |

Emprestimos:

| | |
|---|-----------------|
| » 1895 | 6.925.900- 0-0 |
| » 1898 (« Funding »). | 8.368.600- 0-0 |
| » 1901 (« Rescission ») | 12.935.480- 0-0 |
| » 1903 (Obras do Porto do Rio de Janeiro) | 7.698.100- 0-0 |
| » 1906 (Lloyd). | 210.500- 0-0 |
| » 1908 | 1.839.400- 0-0 |
| » 1908-1909 (Estrada de Ferro Itapura a Corumbá). | 3.951.400- 0-0 |
| » 1909 (Obras do Porto do Recife). | 1.600.000- 0-0 |
| » 1910 | 9.767.500- 0-0 |
| » 1910 (Estrada de Ferro de Goyaz). | 3.938.580- 0-0 |
| » 1910 (Lloyd) | 1.000.000- 0-0 |
| » 1911 (Obras do Porto do Rio de Janeiro) | 4.042.900- 0-0 |
| » 1911 (Viação Bahiana) | 2.400.000- 0-0 |
| » 1911 (Viação Cearense) | 2.400.000- 0-0 |
| » 1913 | 11.000.000- 0-0 |
| » 1914 (« Funding »). | 6.196.578- 2-0 |

108.629.438- 2-0

A 31 de dezembro de 1914 o total da dívida externa importava em

104.481.728-14-0

tendo augmentado em 1915 de

4.147.709- 8-0

a saber:

Emissão de titulos do « Funding » de 1914:

Para pagamento de juros dos seguintes empréstimos:

| | |
|--|--------------|
| De 1883 | 122.089-10-0 |
| » 1888 | 187.789-10-0 |
| » 1889 | 698.732- 0-0 |
| » 1895 | 346.295- 0-0 |
| » 1901 (« Rescission ») | 517.419- 4-0 |
| » 1906 (Lloyd). | 10.525- 0-0 |
| » 1908 | 91.970- 0-0 |
| » 1908-1909 (Estrada de Ferro Itapura a Corumbá) | 197.570- 0-0 |
| » 1909 (Obras do Porto do Recife) | 40.000- 0-0 |
| » 1910 | 390.700- 0-0 |
| » 1910 (Estrada de Ferro de Goyaz) | 157.543- 4-0 |
| » 1910 (Lloyd). | 40.000- 0-0 |
| » 1911 (Obras do Porto do Rio de Janeiro) | 161.716- 0-0 |
| » 1911 (Viação Bahiana). | 96.000- 0-0 |
| » 1911 (Viação Cearense) | 96.000- 0-0 |
| » 1913 («Funding») | 550.000- 0-0 |

3.704.349- 8-0

Para pagamento de garantia de juros

500.000- 0-0

4.204.349- 8-0

Abatendo-se a importancia do resgate, em 1915, de titulos do empréstimo de 1898 (« Funding »)

56.640- 0-0

4.147.709- 8-0

De conformidade com o contracto de 19 de outubro de 1914, foram emittidos, até 31 de dezembro de

1915, titulos do «Funding» no valor de £ 6.196.578-2-0 para os seguintes pagamentos :

| Juros dos emprestimos : | | £ |
|---|--|-------------------|
| De 1883 | | 183.134- 5-0 |
| » 1888 | | 281.684- 5-0 |
| » 1889 | | 1.048.098- 0-0 |
| » 1895 | | 519.442-10-0 |
| » 1901 (« Rescission ») | | 776.128-16-0 |
| » 1906 (Lloyd) | | 15.787-10-0 |
| » 1908 | | 137.955- 0-0 |
| » 1909 (Obras do Porto do Recife) | | 80.000- 0-0 |
| » 1910 | | 586.050- 0-0 |
| » 1910 (Lloyd) | | 60.000- 0-0 |
| » 1910 (Estrada de Ferro de Goyaz) | | 236.314-16-0 |
| » 1911 (Obras do Porto do Rio de Janeiro) | | 244.928- 0-0 |
| » 1911 (Rêde de Viação Cearense). | | 144.000- 0-0 |
| » 1911 (Rêde de Viação Bahiana) | | 144.000- 0-0 |
| » 1913 | | 825.000- 0-0 |
| » 1908-1909 (Estrada de Ferro Itapura a Corumbá) | | 296.355- 0-0 |
| | | <hr/> |
| | | 5.578.878- 2-0 |
| Pagamento de garantia de juros : | | |
| A' Estrada de Ferro Noroeste do Brasil | | 86.815-13- 1 |
| » » » » de S. Paulo ao Rio Grande | | 413.184- 6-11 |
| Resgate de titulos sorteados do emprestimo de 1911 | | 117.700- 0- 0 |
| | | <hr/> |
| | | 6.196.578- 2- 0 |
| De janeiro a março deste anno foram ainda emitidos titulos do « Funding » no valor de | | |
| | | 1.311.650- 7- 0 |
| A saber : | | |
| Para pagamento dos juros de emprestimos : | | |
| De 1895. | | 173.147-10-0 |
| » 1909 (Obras do Porto do Recife). | | 40.000- 0- 0 |
| » 1910 | | 195.350- 0- 0 |
| » 1888 | | 93.894-15- 0 |
| » 1889 | | 349.366- 0- 0 |
| » 1913 | | 275.000- 0- 0 |
| » 1906 (Lloyd) | | 5.262-10- 0 |
| » 1910 (Lloyd). | | 20.000- 0- 0 |
| » 1910 | | 78.771-12- 0 |
| » 1911 | | 80.858- 0- 0 |
| | | <hr/> |
| | | 1.311.650- 7- 0 |
| O total da divida externa a 31 de março ultimo importava em | | |
| | | 109.941.088- 9- 0 |
| sendo : | | |
| Divida até 31 de dezembro ultimo | | 108.629.438- 2- 0 |
| » de janeiro a março deste anno | | 1.311.650- 7- 0 |
| | | <hr/> |
| | | 109.941.088- 9- 0 |
| | | <hr/> <hr/> |

A 31 de dezembro de 1915 a divida interna da União elevava-se a 781.904:300\$, assim discriminada :

| | | |
|---------------------------------|------------------|------------------|
| Apolices geraes de 5% | 515.026:000\$000 | |
| » » » 4% | 119:600\$000 | 515.145:600\$000 |
| | <hr/> | |

| | | |
|---|-----------------|-------------------------|
| Emprestimo interno para as Obras do Porto do Rio de Janeiro: | | |
| Decreto n. 4.865, de 16 de junho de 1903 | | 17.300:000\$000 |
| Emissão de apolices para a construção e aquisição de Estradas de Ferro: | | |
| Decreto n. 7.314, de 4 de fevereiro de 1909 | 20.000:000\$000 | |
| Decreto n. 7.872, de 23 de fevereiro de 1910 | 6.000:000\$000 | |
| Decreto n. 8.027, de 26 de maio de 1910 | 2.039:000\$000 | |
| Decreto n. 8.098, de 16 de julho de 1910 | 1.999:000\$000 | |
| Decreto n. 8.154, de 18 de agosto de 1910 | 19.980:000\$000 | |
| Decreto n. 8.286, de 6 de outubro de 1910 | 1.164:000\$000 | |
| Decreto n. 8.633, de 29 de março de 1911 | 29.999:000\$000 | |
| Decreto n. 9.345, de 24 de janeiro de 1912 | 49.998:000\$000 | |
| Decreto n. 9.935, de 18 de dezembro de 1912 | 50:000\$000 | |
| Decreto n. 10.135, de 25 de março de 1913 | 49.990:000\$000 | |
| Decreto n. 11.098, de 26 de agosto de 1914 | 20.000:000\$000 | |
| Decreto n. 11.642, de 28 de julho de 1915 | 13.938:000\$000 | 215.157:000\$000 |
| Emissão de apolices para as Obras da Baixada do Rio de Janeiro: | | |
| Decreto n. 9.138, de 22 de novembro de 1911 | 4.997:000\$000 | |
| Decreto n. 10.282, de 18 de junho de 1913 | 4.997:000\$000 | |
| Decreto n. 11.434, de 21 de julho de 1915 | 2.291:000\$000 | 12.285:000\$000 |
| Emissão de apolices para pagamento de reclamações bolivianas: | | |
| Decreto n. 7.736, de 16 de dezembro de 1909 | | 1.624:000\$000 |
| Emissão de apolices para o pagamento de despesas do Lloyd Brasileiro: | | |
| Decreto n. 10.387, de 13 de agosto de 1913 | | 554:000\$000 |
| Emissão de apolices para pagamento de despesas dos diversos ministerios: | | |
| Decreto n. 9.528, de 24 de abril de 1912. | | 17.742:000\$000 |
| Emissão de apolices para pagamento de sentenças judiciais: | | |
| Decreto n. -11.516, de 4 de março de 1915 | | 597:000\$000 |
| Emissão de apolices para o pagamento de compromissos do Thesouro anteriores a 1915: | | |
| Decretos ns. 11.694 e 11.699, de 28 de agosto e 15 de setembro de 1915. | | 1.499:700\$000 |
| | | <u>781.904:300\$000</u> |

| | |
|--|------------------|
| Comparados os totaes da divida interna a 31 de dezembro de 1914. | 758.672:600\$000 |
| » a 31 de dezembro de 1915 | 781.904:000\$000 |
| verifica-se a differença de | 23.231:700\$000 |
| Para mais em 1915, que provém das seguintes emissões : | |
| Para pagamento de sentenças judiciais | 597:000\$000 |
| » construcção de estradas de ferro | 18.174:000\$000 |
| » as obras do saneamento da baixada do Estado do Rio de Janeiro. | 2.378:000\$000 |
| » pagamento de despesas do Lloyd | 554:000\$000 |
| » " " compromissos do Thesouro anteriores a 1915 | 1.499:700\$000 |
| » pagamento de reclamações bolivianas | 29:000\$000 |
| | <hr/> |
| | 23.231:700\$000 |
| De janeiro a março deste anno foram emittidas apolices no valor de 26.820:800\$, sendo: | |
| Para pagamento de construcção de estradas de ferro. | 1.661:000\$000 |
| » " " obras de saneamento da baixada do Estado do Rio de Janeiro | 135:000\$000 |
| » pagamento de sentenças judiciais | 84:000\$000 |
| » " " compromissos do Thesouro anteriores a 1915 e consolidação da divida constituida em letras do Thesouro. | 24.903:800\$000 |
| » pagamento de despesas do Lloyd Brasileiro | 37:000\$000 |
| | <hr/> |
| | 26.820:800\$000 |
| Com essas emissões a divida interna elevou-se a 31 de março ultimo á quantia de 808.725:100\$, sendo: | |
| Até 31 de dezembro de 1915 | 781.904:300\$000 |
| De janeiro a março de 1916 | 26.820:800\$000 |
| | <hr/> |
| | 808.725:100\$000 |
| | <hr/> |

Pelo decreto n. 11.642, de 21 de julho de 1915, foi o Governo autorizado a emittir mais 20.000:000\$ em apolices de 1:000\$, juros de 5%, para o pagamento de construcção de estradas de ferro.

Por conta dessa emissão foram emittidas, até 31 de março findo, apolices no valor de 15.599:000\$000.

Pelos decretos ns. 11.694 e 11.699, de 28 de agosto e 15 de setembro de 1915, foi o Governo autorizado a emittir apolices de 5% de juro, para o pagamento de compromissos anteriores a 1915 e consolidação da divida em letras do Thesouro.

Foram emittidas, até 31 de março ultimo, apolices no valor de 26.403:500\$, por conta dessa autorização.

No quadro seguinte está incluída a historia do papel-moeda do Brasil, desde 1889 até 31 de março ultimo.

Movimento do papel-moeda em circulação de 30 de novembro de 1889 a 31 de março de 1916

| DATA | EMISSÕES | | | | | RESGATOS | | | | | | | | | | IMPORTANCIA EM CIRCULAÇÃO | | |
|------------------------|------------------|-----------------------|------------------|---------------------------------|---------------------|------------------|------------------|----------------------------|---|----------------------|---------------------------|--------------------------------|------------------|-----------------|-----------------|------------------------------|-----------------------|------------------|
| | DO GOVERNO | ATRIUTO AOS BANCOS | TROCO DE BONS | EXCAMPLEIO D O S B A N C O S | TOTAL DA EMISSÃO | DO GOVERNO | * PENDING LOAN * | EXPERIMENTOS AOS BANCOS | TIPOS DOS EXPERIMENTOS AOS BANCOS | DESCONTO DE NOTAS | MOEDA SUB- INDIALIA | NOTAS QUE PERDEM O VALOR | TROCO DE BONS | TROCO DE NICHEL | TROCO DE PAULA | | TOTAL DOS RESGATOS | |
| 30 de novembro de 1889 | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | 179.364.996\$00 |
| 31 " " 1889 | — | 19.400.000\$00 | — | — | 19.400.000\$00 | 3.275.000\$00 | — | — | 4.650\$00 | 1\$00 | — | — | — | — | — | — | 3.279.457\$00 | 195.485.538\$00 |
| 31 " " 1890 | — | 500.000\$00 | — | — | 500.000\$00 | 25.000.000\$00 | — | — | 33.897\$980 | 127\$610 | — | 18.665\$500 | — | — | — | — | 25.420.565\$00 | 170.564.972\$00 |
| 31 " " 1891 | — | — | — | — | — | 3.470.016\$50 | — | — | 70.091\$230 | 193\$180 | 1.207.041\$00 | 31.825\$000 | — | — | — | — | 307.574\$500 | 5.124.394\$00 |
| 31 " " 1892 | 1.689\$000 | 49.955.000\$000 | — | — | 49.957.489\$000 | — | — | — | 50.008\$850 | 463\$140 | — | 55.623\$500 | — | — | — | — | 225.203\$000 | 165.380.678\$000 |
| 31 " " 1893 | 6.000.000\$000 | 70.000.000\$000 | — | — | 76.000.000\$000 | 5.329.753\$500 | — | — | 9.275\$900 | 31\$200 | — | 17.123\$500 | — | — | — | — | 120.214\$500 | 215.111.964\$500 |
| 31 " " 1894 | 77.000.000\$000 | 5.000.000\$000 | — | — | 82.000.000\$000 | — | — | — | 2.538\$650 | 58\$850 | 368.545\$000 | 15.014\$000 | — | — | — | — | 5.367.214\$000 | 285.744.783\$000 |
| 31 " " 1895 | — | — | — | — | — | 30.000.000\$000 | — | — | 693\$000 | 3\$100 | — | 7.002\$000 | — | — | — | — | 381.098\$500 | 307.358.652\$000 |
| 31 " " 1896 | — | — | — | — | — | 2.600\$000 | — | — | — | — | 699.903\$500 | 8.000\$000 | — | — | — | — | 30.007.125\$000 | 710.505\$500 |
| 31 " " 1897 | — | — | — | — | — | 2.314.416\$000 | — | — | — | — | — | 61.911\$000 | — | — | — | — | 2.376.387\$000 | 571.641.025\$000 |
| 31 " " 1898 | — | — | — | — | — | 9.950.427\$500 | — | — | — | — | — | 15.000\$000 | — | — | — | — | 10.011.783\$000 | 754.958.605\$000 |
| 31 " " 1899 | 35.000.000\$000 | — | — | — | 35.018.600\$000 | 1.130.000\$000 | 45.000.000\$000 | — | 46.356\$000 | — | — | 16.000\$000 | — | — | — | — | 46.228.270\$000 | 773.727.153\$000 |
| 31 " " 1900 | — | — | — | — | — | 7.000.000\$000 | 27.000.000\$000 | — | 92.270\$000 | — | — | 2.000\$000 | — | — | — | — | 46.228.270\$000 | 733.727.153\$000 |
| 31 " " 1901 | — | — | — | — | — | — | 19.000.000\$000 | — | 94.434\$000 | — | — | 14.000\$000 | — | — | — | — | 34.066.434\$000 | 680.451.058\$000 |
| 31 " " 1902 | — | — | — | — | — | — | — | — | 23.806\$900 | 26\$500 | — | 17.479\$000 | — | — | — | — | 19.181.281\$000 | 672.709.908\$000 |
| 31 " " 1903 | — | — | — | — | — | — | — | — | 33.923\$700 | 30\$600 | — | 17.000\$000 | — | — | — | — | 4.914.474\$000 | 675.536.784\$000 |
| 31 " " 1904 | — | — | — | — | — | — | — | — | 121.688\$900 | 30\$100 | — | 17.000\$000 | — | — | — | — | 537.942\$000 | 674.978.942\$000 |
| 31 " " 1905 | — | — | — | — | — | — | — | — | 285.068\$500 | 58\$600 | — | 17.000\$000 | — | — | — | — | 1.239.034\$000 | 674.739.908\$000 |
| 31 " " 1906 | — | — | — | — | — | — | — | — | 218.522\$500 | 41\$250 | 190.165\$000 | — | — | — | — | — | 4.247.292\$500 | 669.492.608\$750 |
| 31 " " 1907 | — | — | — | — | — | — | — | — | 189.701\$050 | 36\$450 | — | 17.479\$000 | — | — | — | — | 4.899.648\$250 | 664.792.960\$500 |
| 31 " " 1908 | — | — | — | — | — | — | — | — | 35.169\$540 | 104\$850 | 1.973.615\$000 | 3.706\$000 | — | — | — | — | 2.061.333\$500 | 642.531.727\$000 |
| 31 " " 1909 | — | — | — | — | — | — | — | — | 36.064\$590 | 6\$900 | 102.200\$000 | 20.203\$700 | — | — | — | — | 4.059.879\$170 | 634.682.582\$000 |
| 31 " " 1910 | — | — | — | — | — | — | — | — | 5.842\$205 | — | 18.142\$775 | 18.575\$000 | — | — | — | — | 6.230.120\$000 | 628.432.732\$000 |
| 31 " " 1911 | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | 2.721.309\$000 | 799.553\$500 | — | — | — | — | 7.447.470\$500 | 621.005.252\$500 |
| 31 " " 1912 | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | 12.728\$000 | — | — | — | — | 8.485.628\$000 | 607.025.528\$000 |
| 31 " " 1913 | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | 4.006\$000 | — | — | — | — | 5.494.101\$000 | 601.488.303\$500 |
| 31 " " 1914 | 136.000.000\$000 | 96.500.000\$000 | — | — | 232.500.000\$000 | — | — | — | — | — | — | 2.610\$000 | — | — | — | — | 4.273.282\$500 | 622.486.018\$500 |
| 31 " " 1915 | 155.500.000\$000 | 3.500.000\$000 | — | — | 159.000.000\$000 | — | — | — | — | — | — | 1.717\$000 | — | — | — | — | 361.468\$000 | 982.089.527\$500 |
| 31 " " 1916 | 33.500.000\$000 | — | — | — | — | — | — | — | — | — | — | 151\$000 | — | — | — | — | 10.800\$000 | 982.089.527\$500 |
| 31 " " 1916 | 444.001.489\$000 | 244.856.000\$000 | 80.000.000\$000 | 340.714.370\$000 | 1.109.571.859\$000 | 120.351.372\$500 | 91.000.000\$000 | 7.306.548\$000 | 36.331\$000 | 1.282.943\$735 | 824\$430 | 7.420.297\$500 | 465.783\$015 | 12.811.701\$700 | 32.381.879\$600 | 273.358.284\$500 | 1.015.578.569\$000 | |
| Summa | 444.001.489\$000 | 244.856.000\$000 | 80.000.000\$000 | 340.714.370\$000 | 1.109.571.859\$000 | 120.351.372\$500 | 91.000.000\$000 | 7.306.548\$000 | 36.331\$000 | 1.282.943\$735 | 824\$430 | 7.420.297\$500 | 465.783\$015 | 12.811.701\$700 | 32.381.879\$600 | 273.358.284\$500 | 1.015.578.569\$000 | |

A exposição seguinte trata da applicação dada ás emissões feitas em virtude das leis ns. 2.863 e 2.986, de 4 e 29 de agosto de 1914 e 1915 e das medidas financeiras que ellas contêm.

Lei n. 2.863 :

| | |
|--|-------------------------|
| Emissão autorizada. | 250.000:000\$000 |
| Importancia emittida para liquidação de compromissos do Thesouro Nacional | 150.000:000\$000 |
| Importancia de papel-moeda incinerado por conta desta emissão. | 10.022:551\$000 |
| Importancia a amortizar | <u>139.977:449\$000</u> |

As incinerações de papel-moeda foram suspensas em virtude do decreto n. 2.895, de 15 de dezembro de 1914.

| | |
|---|------------------------|
| Importancia emittida para emprestimos a bancos . . . | 100.000:000\$000 |
| Amortizações realizadas pelos bancos, até 31 de março de 1916. | 85.901:801\$073 |
| Saldo a debito dos bancos, na mesma data | <u>14.098:198\$927</u> |

Este debito acha-se garantido com a caução de effeitos commerciaes, no valor nominal de réis 27.193:691\$998.

Os juros pagos pelos bancos, até 31 de março, elevavam-se a 3.961:837\$954.

Lei n. 2.896 :

| | |
|---|-------------------------|
| A lei n. 2.986, de 28 de agosto de 1915, autorizou o Poder Executivo a emittir papel-moeda até o maximo de | 350.000:000\$000 |
| O decreto n. 11.693, de 28 de agosto de 1915, autorizou a emissão parcial de. | 150.000:000\$000 |
| O decreto n. 11.897, de 18 de janeiro de 1916, autorizou, para auxilios á lavoura, á industria e ao commercio, a emissão de | 11.000:000\$000 |
| O decreto n. 11.983, de 10 de março de 1916, autorizou a emissão parcial de | 40.000:000\$000 |
| deixando o saldo de. | <u>201.000:000\$000</u> |
| Emissão realizada: | |
| Para auxilios á lavoura, á industria e ao commercio | 11.000:000\$000 |
| Para os outros fins da lei n. 2.986 | 165.000:000\$000 |
| havendo um saldo a emittir de | 25.000:000\$000 |
| Emissão autorizada | <u>201.000:000\$000</u> |

Para ulterior resgate do papel-moeda emitido foram depositadas na Caixa de Amortização cautelas de apolices representativas de 165.000 apolices de 1.000\$, o que dá a somma de 165.000:000\$000.

A emissão de 165.000:000\$ de papel-moeda foi applicada da seguinte fórma:

| | |
|--|-------------------------|
| Liquidação de compromissos. | 9.413:817\$957 |
| Pagamento de fracções de capital e de juros de letras. | 85:593\$926 |
| Emprestimos ao Banco do Brasil. | 30.000:000\$000 |
| Depositado no Banco do Brasil para supprimentos a delegacias fiscaes | 36.500:000\$000 |
| Importancia recebida pela Thesouraria Geral do Thesouro para supprir a deficiencia da receita | 89.000:588\$117 |
| | <u>165.000:000\$000</u> |
| Liquidação de compromissos: | |
| Foi paga, até 31 de março, a importancia total de | <u>18.745:712\$957</u> |
| Sendo: | |
| em apolices, ao preço de 85 %, do valor nominal de 10.978:700\$, ou o liquido de | 9.331:895\$000 |
| em moeda corrente | 9.413:817\$957 |
| | <u>18.745:712\$957</u> |
| Resgate de letras no Thesouro: | |
| Foram resgatadas, mediante substituição por apolices, letras no valor nominal de | 12.738:400\$000 |
| sommando-se-lhe os respectivos juros, na importancia de | 474:313\$926 |
| teremos o total de | <u>13.212:713\$926</u> |
| que foi pago em apolices ao preço de 85 %, do valor nominal de 14.893:200\$, que, deduzindo o premio de 15%, dá a importancia liquida de | 12.659:220\$000 |
| em apolices ao par | 467:900\$000 |
| em moeda corrente. | 85:593\$926 |
| | <u>13.212:713\$926</u> |
| Premios de apolices: | |
| Importaram em. | <u>3.880:785\$000</u> |
| Assim demonstrados: | |
| 15 % de 10.978:700\$ de apolices para liquidação de compromissos | 1.646:805\$000 |
| 15 % de 14.893:200\$ de apolices para resgate de letras | 2.233:980\$000 |
| | <u>3.880:785\$000</u> |

Continúa suspenso, nos termos da lei, o troco por moeda-ouro das notas da Caixa de Conversão.

O saldo actual dos bilhetes conversíveis em circulação é de 94.559:930\$000.

Vae em seguida o quadro da média mensal das cotações officiaes do cambio, a 90^d/_v, sobre Londres, de janeiro de 1915 a março de 1916.

| | |
|---------------------|--------------------|
| 1915 | |
| Janeiro | 13 $\frac{7}{8}$ |
| Fevereiro | 12 $\frac{3}{4}$ |
| Março | 13 $\frac{1}{64}$ |
| Abril | 12 $\frac{43}{64}$ |
| Maior | 12 $\frac{9}{32}$ |
| Junho | 12 $\frac{27}{64}$ |
| Julho | 12 $\frac{53}{64}$ |
| Agosto | 12 $\frac{5}{16}$ |
| Setembro | 12 $\frac{3}{32}$ |
| Outubro | 12 $\frac{1}{4}$ |
| Novembro | 12 $\frac{1}{4}$ |
| Dezembro | 12 $\frac{3}{32}$ |
| 1916 | |
| Janeiro | 11 $\frac{9}{16}$ |
| Fevereiro | 11 $\frac{43}{64}$ |
| Março | 11 $\frac{47}{64}$ |

Continúa o Banco do Brasil sob a presidencia do Dr. Homero Baptista, cujos valiosos esforços julgo inutil encarecer, por serem a natural continuação de uma longa vida toda dedicada ao serviço publico.

Na leitura attenta do relatorio que, sobre as operações desse estabelecimento, no anno de 1915, foi minuciosamente elaborado pelo seu presidente, adquire-se a certeza do empenho com que a directoria procura consolidar gradualmente as verbas do activo deste instituto de credito, bem como dos relevantes serviços pelo mesmo prestados ao commercio, á industria e ao Governo, o que foi feito com grande esforço, attendendo-se aos exiguos recursos de que dispunha, num momento em que a crise economico-financeira ainda se mantinha intensa, como acontecia no anno proximo passado.

Procurando attender de algum modo a essa situação precaria do Banco, o Congresso Nacional

incluiu no decreto n. 2.986, de 28 de agosto desse mesmo anno, autorização ao Governo para o fim de auxiliar este estabelecimento de credito.

Em virtude dessa autorização foi firmado o contracto de um emprestimo de 50.000:000\$, concedido pelo Thesouro Nacional ao Banco, a juros de 3% ao anno, de accôrdo com o decreto citado, o qual, por circumstancias varias, só pôde tornar-se effectivo no dia 11 de novembro do referido anno. Desse emprestimo já o Banco se utilizou da quantia de 30.000:000\$, sendo em 1915, 25.000:000\$ e neste anno, 5.000:000\$000.

Ligado como está o Thesouro Nacional ao Banco, do qual é o Governo Federal accionista de metade do capital e maior credor, tem este grande interesse em vel-o prestigiado e occupando o lugar que lhe compete como primeiro instituto de credito nacional e, nesse sentido, têm sido dadas as minhas instrucções, as quaes folgo em affirmar que têm sido cumpridas sem discrepancia.

Assim é que, no exercicio de 1915, foram realizadas por intermedio do Banco todas as remessas que o Governo teve necessidade de fazer aos seus banqueiros na Europa para o serviço da Divida Externa e outros compromissos, as quaes avultaram na importante cifra de £ 5.186.578-0-0, serviço esse executado pela matriz e suas agencias.

Coube tambem ao Banco servir de intermediario em operações de credito que teve o Governo necessidade de fazer, assumindo em algumas a responsabilidade directa. Estas operações, todas de prazo curto, foram liquidadas dentro do exercicio.

Resgatou o Banco, no exercicio de 1915, a importante somma de 147.455:000\$140 (£ 9.220.997), valor de certificados-ouro anteriormente emitidos por conta do Thesouro Nacional para pagamento do imposto em ouro nas alfandegas da União, da qual, deduzindo-se o valor da emissão nesse mesmo periodo, £ 5.118.388, se verifica que houve por parte do Banco uma amortização de sua responsabilidade, nessa conta, de £ 4.102.609 ou sejam 82.000:000\$000.

Todos estes serviços, que seriam relevantes em qualquer occasião, se tornam dignos de maior nota, attendendo-se ao momento em que foram executados, pelas difficuldades que assoberbavam o Banco, assim como pelo auxilio prestado ao Thesouro numa situação em que o numerario era francamente escasso.

Serviço que reputo tambem de alta importancia e que está de accôrdo com os intuitos do Governo e do Congresso Nacional é o que o Banco tem procurado realizar, e deliberadamente o está fazendo, com a criação de agencias nos Estados da Republica, pois dellas depende a melhoria do intercambio estadual, bem como das transferencias de fundos e da movimentação do nosso meio circulante, dando margem á utilização mais ampla dos cheques bancarios.

Destas agencias já estão funcionando dez, devendo, dentro de prazo que não será muito remoto, ser creadas outras tantas.

Assim conjugados os interesses publicos e os do Banco, auxiliados por um regimen severo de reconstituição de parte a parte, julgo que dentro em pouco terá o nosso primeiro instituto de credito entrado em uma situação de franca prosperidade.

Noticias detalhadas sobre o Lloyd Brasileiro constarão do Relatorio do Ministerio da Fazenda.

Por emquanto, basta salientar que foi este o elemento regulador nos transportes ao longo do nosso littoral e no serviço internacional para o Prata e para a America do Norte.

Novos desenvolvimentos estão sendo estudados.

Do ponto de vista financeiro a renda dos seus serviços está resumida na seguinte exposição:

Exploração da Navegação

CREDITO

| | | | | |
|----------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|--|
| Paquetes: | | | | |
| Receita de vapores | | | 30.350:212\$615 | |
| Menos: | | | | |
| Custeiio de vapores | 20.832:647\$389 | | | |
| Serviço de desinfeccão | 4:271\$151 | | | |
| Telegrapho sem fio | 167:122\$850 | | | |
| Serviço de estiva | 88:768\$372 | | | |
| Bonificações | 63:385\$170 | | | |
| Afretamento | 2.327:217\$329 | 23.483:412\$261 | 6.866:800\$354 | |

| | | | |
|--|----------------|----------------|-----------------------|
| Pequenas embarcações: | | | |
| Receita | 796:452\$610 | | |
| Menos: | | | |
| Custeio | 702:186\$469 | | 94:266\$141 |
| Barca d'agua, c/ explora- ção | | | 5:082\$522 |
| | | | <u>6:966:149\$017</u> |
| Diques e officinas: | | | |
| Diques, c/ de exploração | | 1.088:822\$030 | |
| Receita de officinas . . | 2.284:856\$064 | | |
| Menos: | | | |
| Custeio de officinas . . | 2.198:314\$141 | 86:541\$923 | 1.175:363\$953 |
| Diversas: | | | |
| Alugueis | | 3:371\$360 | |
| Multas | | 5:915\$010 | |
| Diferenças de cambio . . | | 10:145\$230 | |
| Juros de titulos diversos . | | 1:302\$560 | |
| Diferenças em carvão . . | | 129:808\$318 | 150:542\$478 |
| Total | | | <u>8.292:055\$448</u> |

DEBITO

| | | | |
|---|----------------|----------------|-----------------------|
| Despesas geraes, inclusive vencimento do pessoal | 1.138:314\$971 | | |
| Juros, descontos e commis- sões | 6.870\$770 | | |
| Material encostado | 163:231\$267 | | |
| Inspectoria de Machinas . . | 5:571\$259 | | |
| Administração | 39:834\$000 | | |
| Material desarmado. | 30:115\$268 | | |
| Custeio de agencias. | 719:433\$956 | | |
| Faltas e avarias | 26:190\$410 | | |
| Seguros diversos. | 27:069\$300 | | |
| Fundos de seguros em New- York | 18:871\$120 | | |
| Custas judiciaes | 2:272\$750 | | |
| Eventuaes. | 269:568\$104 | | |
| Descontos em titulos do Governo | 189:956\$180 | 2.637:289\$355 | |
| Exploração de trapi- ches : | | | |
| Custeio. | 994:851\$728 | | |
| Receita. | 569:082\$630 | 425:769\$098 | 3.063:058\$453 |
| | | | <u>5.228:996\$995</u> |
| Menos: | | | |
| Naufragio do « Orion ». | | | 880:000\$000 |
| | | | <u>4.348:996\$995</u> |
| Mais: | | | |
| Subvenção | | | 4.393:782\$943 |
| Saldo demonstrado. | | | <u>8.742:779\$938</u> |

De accôrdo com o que ficou resolvido na Conferencia Financeira Pan-Americana de Washington, reuniu-se no Rio de Janeiro a secção brasileira da Alta Commissão Internacional de uniformização de leis sobre intercambio, commercio e arbitramento internacional.

Dessa Commissão fizeram parte os Srs. Ministro da Fazenda, presidente, Dr. Amaro Cavalcanti, vice-presidente e Drs. Homero Baptista, Inglez de Souza, Rodrigo Octavio, J. F. de Paula e Silva, J. C. Rodrigues, Alberto de Faria e J. P. Wileman, membros, e Raoul Dunlop, secretario.

Depois de estudado o assumpto, a Commissão apresentou o seu relatorio, com indicações sobre:

A instituição de um padrão monetario — ouro; Letras de Cambio, Papeis Commerciaes e Conhecimentos de Caixa; Uniformidade da classificação das mercadorias e dos regulamentos aduaneiros; Uniformidade das Leis sobre caixeiros-viajantes; Instrumentos officiaes e commerciaes utilizados para a arrecadação e fiscalização das rendas aduaneiras; Marcas de fabrica; Patentes de invenção e Direitos autoraes; Arbitramento na solução de contendas commerciaes.

Mais tarde, a Delegação Brasileira, presidida pelo Sr. Ministro da Fazenda, e constituída pelos Srs. Drs. Inglez de Souza, Custodio de A. Magalhães, Paula e Silva e o Sr. Raoul Dunlop, como secretario geral, partiu para Buenos-Aires, afim de tomar parte no Congresso Financeiro Pan-Americano. Opportunamente, serão publicadas as actas dos trabalhos da Conferencia.

A Commissão Brasileira recebeu as mais captivantes demonstrações de gentileza, não só dos Governos Argentino e Uruguayo, como tambem das Delegações de todos os paizes americanos que alli se fizeram representar, attenções que folgo em agradecer neste momento.

É excusado salientar a importancia politica e financeira dessa reunião, que, de futuro, trará ao

Brasil e ao nosso Continente resultados muito apreciáveis.

Dos algarismos orçamentarios, entretanto, decorre a convicção da necessidade urgente da criação de novos recursos.

No actual periodo de alta de combustiveis, de lubrificantes, de machinas, etc., ha uma proporcionalidade a firmar com os fretes cobrados, sob pena de pagar, por impostos accrescidos, todo o Brasil, a economia artificial que beneficiaria a zonas limitadas do nosso Paiz.

Generos ha de grande commercio e que produzem lucros avultados, que não contribuem para a despesa publica. Não é justa similhante isenção quando todos os brasileiros têm de contribuir para vencer as difficuldades da hora presente.

Reducções indefensaveis foram feitas em certos tributos, como os dos cigarros, e conviria com urgencia reparar esse inconveniente.

Dessa revisão resultará podermos cumprir as estipulações orçamentarias dentro dos recursos do Paiz, sem lançar mão de operação de credito.

É bem de ver que essa conclusão se não refere aos pagamentos effectuados em titulos do «Funding». Para estes, a situação depende da terminação da guerra européa.

Pelos quadros publicados no ultimo «Relatorio» do Ministerio da Fazenda se verifica que a média arrecadada nas alfandegas, de impostos de importação, no quadriennio anterior á guerra, e reduzido o ouro a papel, se eleva a cerca de réis 325.000:000\$000. Em 1914, a arrecadação foi de 181.676:000\$, seja um «deficit» de 143.325:000\$, e, em 1915, foi apenas de 157.000:000\$ ou sejam réis 168.000:000\$ abaixo da citada média. Sómente ahi, e admittindo o cambio de 12 «pence», são quasi oito e meio milhões de libras esterlinas, isto é, mais do que o necessario para reassumirmos os encargos em especie, suspensos pelo contracto do «Funding».

Essa conclusão é verdadeira, ainda mesmo levando em conta o phenomeno previsivel de que, após o restabelecimento de relações commerciaes desimpedidas, não será logo attingido o nivel anterior ás hostilidades.

Mas é necessario considerar a hypothese contraria : a prolongação das hostilidades além do prazo no qual vigora nosso accôrdo externo.

Quer em um caso, quer em outro, uma unica politica : intensificar as normas actuaes de restricção de despesas, de revisão reductora de compromissos, de eliminação de todos os gastos addiaveis, de fomento a nossas fontes de receita, de criação de tributos sobre riqueza ainda isenta de encargos, de distribuição equitativa destes ultimos, e de abstenção de novos empreendimentos onerosos.

Essa politica deve ser seguida sem sentimentalismo e com a virilidade que o momento historico reclama imperiosamente, e que o Brasil está nas condições de poder exigir de seus filhos.

Senhores Membros do Congresso Nacional :

S ão estas as informações que ora me cabe apresentar-vos. Outras e mais detalhadas constarão dos relatorios dos Srs. Ministros.

Congratulando-me comvosco pela vossa reunião, podeis estar certos de que continuareis a contar com a minha mais dedicada cooperação para o completo desempenho de vossas elevadas funcções.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 1916.

Wenceslau Braz P. Gomes,

PRESIDENTE DA REPUBLICA.